



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

IRREGULARIDADES APONTADAS PELO SENHOR
PEDRO COLLOR DE MELLO

Notas Taquigráficas da Reunião de 29/06/92
DEPOENTE: Luís Octávio da Motta Veiga

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

628

Secretário



CONGRESSO NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, criada através do Requerimento nº 52, Congresso Nacional, de 1992, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

A pauta desta reunião é o depoimento do Dr. Luís Octávio da Motta Veiga, que já se encontra nas dependências do Congresso Nacional. Antes, porém, quero abordar como extrapauta um assunto da maior importância, proposto por vários Parlamentares de vários partidos e acatados pelo Sr. Relator, Senador Amir Lando, que é a convocação para depor como testemunha, perante esta CPI, da Sra. Ana Maria Acioli Gomes, do Sr. Francisco Eriberto Freire França e da Secretária do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, a Sra. Rose. E a quebra do sigilo bancário da Sra. Ana Maria Acioli Gomes, CPF nº 073.601.264-87, em todo o sistema financeiro nacional e, da Secretária Rose também, com o mesmo critério da quebra do sigilo.

Submeto à votação a convocação da Sra. Ana Maria, do Sr. Francisco e da Sra. Rose.

Os Srs. Parlamentares que aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Aprovado.

Aprovada a convocação das três testemunhas, marco a data do Sr. Francisco Eriberto Freire França para quarta-feira, às 10h, nesta sala.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Parlamentar.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 629

Benito Gama



O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, eu gostaria de informar a V.Exa. e aos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito que eu e o Senador Suplicy estamos dando entrada, nos termos regimentais, com base na legislação, em requerimento, para que seja ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Collor de Mello, uma vez que o Senhor Presidente tem interpelado depoentes, tem recorrido à cadeia de rádio e televisão para tratar da CPI; tem dado entrevista, inclusive para os editores dos principais jornais, com o objetivo de discutir as acusações de toda a pauta da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Considero que nesse momento, com a matéria publicada na revista Isto É, é hora da Comissão Parlamentar de Inquérito analisar o requerimento para ouvir Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Parlamentar.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Para adicionar ao requerimento, já sujeito à deliberação e aprovação de convocação dessas testemunhas, eu gostaria de incluir também a requisição de extratos bancários, que possam expressar e informar à CPI as remessas de depósitos, emissão e pagamentos de cheques, objeto das notícias que geraram a necessidade da convocação desses depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. ODACIR SOARES - Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu desejaria contraditar o requerimento formulado pelo Deputado José Dirceu, pelo fato simples, do ponto de vista constitucional, de que o Senhor Presidente da República está sujeito a forum especial, privilegiado que, segundo a Constituição, é a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. De modo que esse requerimento, precipitadamente formulado pelo Senador Eduardo Suplicy e pelo Deputado José Dirceu, obviamente se destina às primeiras páginas dos jornais amanhã, porque S.Exas., apesar de não terem formação jurídica, sabem muito bem, pela própria experiência parlamentar, que não tem o menor cabimento, do ponto de vista do Direito, que é mera demagogia, com o objetivo explícito de formular amanhã as manchetes das primeiras páginas dos jornais.

Fica, portanto, contraditado o requerimento, formulado a des- tempo e sem nenhuma base jurídica.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Peço a palavra, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Em votação a quebra do sigilo bancário da Sra. Ana Maria e da Secretária Rose.

Os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados.
(Pausa)

Aprovado

Está aprovada a convocação e a quebra do sigilo bancário das testemunhas Ana Maria e da Sra. Rose.

Concedo a palavra pela ordem ao nobre Parlamentar José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria dizer ao Senador Odacir Soares que, data venia, considero ofensiva,
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



até porque sou bacharel em advocacia, a afirmação que S.Exa. faz com relação ao Senador Eduardo Suplicy e a este Deputado.

A Constituição estabelece que para se processar o Senhor Presidente da República deve se recorrer à licença por 2/3 dos Deputados na Câmara e o julgamento será perante Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade. Não estamos propondo o início do processo de crime de responsabilidade do Senhor Presidente da República. Gostaria que o Senador Odacir Soares mostrasse onde a Constituição proíbe, já que a Lei estabeleceu as regras da Comissão Parlamentar de Inquérito dizem que quaisquer autoridades Federal, Estadual e Municipal podem ser ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Evidentemente, o Presidente da República é uma autoridade Federal e pode ser ouvido pela CPI. Não entendo que haja base legal. A CPI pode tomar a decisão política de ouvi-lo ou não pela maioria dos seus membros, ouvi-lo é o nosso desejo, mas não com base na Legislação. Basta pegar a Lei de 1952, nobre Senador, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e ver que qualquer autoridade, a nível federal, estadual e municipal, pode ser ouvida pela CPI. Quero que o Senhor Presidente da República seja ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito; há base nos depoimentos, nas denúncias, nos fatos que são públicos para que o Senhor Presidente da República seja ouvido. O Senhor Presidente pode falar da CPI em cadeia de rádio e televisão; falar com os editores de jornais, interpelar depoentes e não pode ser ouvido pela CPI. Acredito que é um contra-senso e que é público.

Então, Sr. Presidente, é com base na Legislação vigente como argumento no requerimento, com base na Constituição da República que reitero o requerimento do Senador Eduardo Suplicy e meu: que o Senhor



Presidente da República seja ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Não vou tecer considerações sobre as primeiras páginas dos jornais, até porque todos aqui conhecem a minha vida pública, política e parlamentar e sabem que não necessito desse expediente, em hipótese alguma, para fazer parte da vida e da história política do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Presidente, creio que se fôssemos tratar desse problema aqui, agora, seguramente tomaríamos um tempo enorme, porque a matéria é extremamente polêmica.

Entendo, preliminarmente, que há dificuldade na convocação do Presidente da República na medida em que ele é representante de um dos poderes constitucionais da República. Acho que o melhor que poderíamos fazer seria, antes dessa matéria vir ao plenário da CPI, formarmos uma convicção jurídica a respeito da propriedade ou da impropriedade da convocação, e a melhor maneira de nos orientarmos seria exatamente a audiência jurídica do requerimento, para que tenhamos um rumo certo.

O Sr. Odacir Soares - Senador, permite um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não há permissão de aparte.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Acho, sinceramente - se o Deputado José Dirceu e o Senador Eduardo Suplicy desejam ouvir o Presidente da República, gostaria de tecer uma consideração rápida - a que nossa função aqui é de levantar a existência de delitos. Se chegarmos a um bom resultado que haja caracterização de crime comum, só temos um papel a fazer, que é a remessa ao Ministério Público, que é o dono da ação penal, e aí a polícia será acionada ou, quem sabe, a ação direta do Procurador ao Poder Judiciário - primeira hipótese.



A segunda hipótese se restringe à questão do crime de responsabilidade, que é definido na Constituição Federal e disciplinado na Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, que continua em pleno vigor. O crime político, ou melhor, o crime de responsabilidade tem sempre conotação com o crime comum. Agora, o crime de responsabilidade é que degenera, cria vias para o exercício do impedimento ou **impeachment**, porque provada a existência do crime de responsabilidade, a sanção imediata é a perda do cargo. Portanto, é uma decisão do Congresso Nacional; restringe-se ao juiz a admissibilidade da Câmara dos Deputados e o processo de julgamento do Senado Federal com a Presidência do Ministro do Supremo Tribunal Federal. De modo que havendo prova evidente, ao longo dos trabalhos da CPI, de que há o envolvimento do Presidente da República, caracterizando-se a existência de crime de responsabilidade, não temos outra alternativa se não com base, exatamente, na existência desses crimes, a oficialização direta ao Ministério Público ou à Câmara dos Deputados. De modo que a presença do Presidente, em princípio, seria dispensável. Agora, não quero dizer com isso que não seja possível. Tenho alguma dúvida, mas acho que a maneira de clarearmos isso seria o levantamento de um parecer jurídico em que isso ficasse bem esclarecido para que possamos definir com segurança e propriedade. É a opinião que emito neste instante.

O **Sr. MIRO TEIXEIRA** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O **Sr. ELCIO ALVARES** - Sr. Presidente, para efeito de economia processual, peço a palavra.

O **SR. PRESIDENTE** (Benito Gama) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Miro Teixeira; logo após, ouviremos o Senador Elcio Alvares.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Conversei com o Deputado José Dirceu, cuja preocupação foi o encaminhamento do requerimento à Mesa.

Penso que uma discussão, numa reunião administrativa da Comissão, é o caminho mais adequado para tirarmos as conclusões sobre esse assunto, com o que o Deputado José Dirceu concorda. O seu objetivo não é o sensacionalismo, mas a apuração dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, não estamos vivendo aqui uma Comissão que está inovando em matéria de processo que envolve a responsabilidade do Presidente da República.

Estou ao lado do Senador Humberto Lucena, que, na ocasião, exercia a presidência da Casa. Há um magnífico parecer, na Biblioteca do Senado, à disposição de quem quiser, exatamente sobre a mecânica de comissão parlamentar de inquérito.

Está-se falando muito em comissão parlamentar de inquérito e está-se lendo pouco. Todos se recordam da famosa CPI da Corrupção, quando se levantou a hipótese de convocar o Presidente José Sarney. Há um magnífico trabalho, contraditando um parecer do Dr. Saulo Ramos, que, como consultor do Presidente da República à época, tentou pulverizar todos os argumentos da Comissão. Porém, num ponto - a Comissão contraditou ponto por ponto -, houve uma dúvida que se instalou e, logo depois, foi aclarada. Evidentemente, existem inúmeros tratadistas aqui, na Biblioteca do Senado, e vamos encontrar que o Presidente é Chefe de um Poder.

Assim sendo, seguindo a consideração do Senador Maurício Corrêa, aditada agora pelo Deputado Miro Teixeira, vamos resolver isso administrativamente, consultando as luzes maiores daqueles juristas

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 632



que já trataram da matéria, para dar a esta Comissão um balizamento que não permita nenhuma interpretação política. Entretanto, ficamos exclusivamente com um texto do dispositivo constitucional e, acima de tudo, seguindo uma trilha que não está inovando; é a repetição de outros episódios já acontecidos nesta Casa do Congresso.

Então, V. Exa. deixará a matéria, conforme foi sugerido pelo Senador Maurício Corrêa, para uma reunião administrativa, quando, então, através dessa assessoria, que sempre funcionou nesta Casa, ou de outros pareceristas que poderão externar a sua opinião, teríamos não ao arrepio da paixão política, mas, dentro da linha estrita da interpretação constitucional, uma decisão a respeito desse requerimento do Deputado José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, concordo plenamente com a exposição feita pelo Vice-Presidente. Creio que esse é o caminho, deixarmos para uma reunião administrativa e, até lá, ouvirmos os pareceres técnicos da Casa.

Acrescentaria apenas, Sr. Presidente, que falar em convocação não é hora nem o momento. Mas, considerando que, em determinado momento, o Presidente da República disse à Nação que se colocava à disposição inclusive da Polícia Federal, o que esta Comissão poderia fazer é dizer que, se o Presidente da República, espontaneamente, envolvendo os novos fatos, desejar vir falar aqui, a Comissão está à disposição para ouvir Sua Excelência, a hora que quiser, sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado José Genoíno.



O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, entendo que o encaminhamento que está sendo proposto pode dar elementos de fundamentação à CPI, até porque o Deputado José Dirceu não se opõe a esse processo, na medida em que a sustentação política e jurídica dos atos desta CPI é fundamental para o momento em que estamos vivendo.

Acrescentaria, Sr. Presidente, nesta breve questão de ordem, um outro problema correlato a este, que diz respeito - conhecedor de uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito - à prorrogação das suas atividades. Apresentamos, há uma semana, exatamente quando a CPI tomou a decisão, sugestão no sentido de o Congresso Nacional funcionar durante o recesso; portanto, havendo autoconvocação para que a CPI tenha plenos poderes para o seu funcionamento, tanto em termos de depoimento como em termos administrativos.

Parece-me que se caminha nesse sentido, o que dará condições jurídicas e políticas para que a CPI, tanto através de depoimentos como de investigações, possa concluir os seus trabalhos neste momento importante e decisivo.

Esse encaminhamento para se discutir com maior amadurecimento essa questão pode dar condições a uma decisão tranqüila da CPI. A proposta do requerimento do meu nobre colega de Bancada é no sentido exatamente de promover essa avaliação, para que a CPI possa formar um juízo sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado José Genoíno.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V. Exa., pela ordem.



O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, estou de acordo com o encaminhamento proposto pelo Senador Maurício Corrêa, Vice-Presidente da CPI, e também com a proposição feita pelo Senador Pedro Simon.

Acredito que o Deputado José Dirceu, como autor do requerimento - juntamente comigo - nessa proposição de o Presidente da República vir a esta CPI, deve ter, pelo menos, o entendimento proposto pelo Senador Pedro Simon.

Penso que o Presidente, diante das circunstâncias, das evidências apresentadas, deve ter, por parte desta CPI, a abertura completa de oportunidades para aqui vir se explicar; para que ele tenha todo o direito de defesa, antes mesmo de qualquer conclusão por parte da CPI.

Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que abrisse um breve espaço para que o Deputado José Dirceu pudesse revelar à CPI fatos graves ocorridos relacionados ao funcionamento da CPI, ameaçando seus familiares e especificamente seus filhos. Considero da maior importância que o Deputado José Dirceu fale sobre isso sem que haja, depois, a discussão sobre o fato, mas, inclusive após o depoimento do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, a Comissão poderia refletir sobre o fato.

O Deputado José Dirceu deverá fazer uma viagem no final da tarde e, antes disso, talvez ele possa ter um breve espaço de tempo para relatar tais fatos que, tenho certeza, merecerão a atenção da Presidência e de todos os membros da CPI que se solidarizaram ante a ameaça que sofreu a família do Deputado José Dirceu. Pediria que fosse dada só essa oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Senador Ney Maranhão.



O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, essa matéria que estávamos discutindo aqui, proposta pelo Deputado José Dirceu e pelo Senador Eduardo Suplicy, é matéria constitucional que não merece discussão nesta Comissão. O próprio Senador Maurício Corrêa e o Senador Pedro Simon já mostraram à Casa os caminhos que devemos seguir.

Tanto o Senador Eduardo Suplicy como o Deputado José Dirceu sabem muito bem os caminhos que temos que seguir com respeito a essa matéria. E o que S. Exas. propuseram é uma provocação para tumultuar, para dar manchete, amanhã, na imprensa. Não podemos, de maneira alguma, aceitar esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Ainda sobre o assunto da convocação do Presidente da República, passo a palavra ao Relator Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI:

A propósito do requerimento do Deputado José Dirceu, entendo que a matéria deverá ser tratada de forma mais demorada numa reunião futura desta Comissão.

Por outro lado, devo antecipar que conheço a alentada discussão sobre essa matéria por ocasião da CPI da Corrupção, e o entendimento, ao menos dominante, na época - embora sossobrassem dúvidas, foi a de que o Senhor Presidente da República não era passível de convocação. Mas nada impede à Comissão ouvi-lo, se Sua Excelência quiser comparecer aqui espontaneamente.

Mas esse também não é o ponto de vista final da relatoria. Solicito a V. Exa., alinhando aos demais entendimentos já firmados, que essa matéria seja tratada em sessão especial administrativa, após ouvida a assessoria jurídica.



Mas devo dizer a V.Exa. que o pensamento dominante no Senado da República dos pareceres que conheço, evidentemente, é no sentido contrário ao requerimento do Deputado José Dirceu.

Era o que havia a informar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que determine a juntada aos autos do processo desses pareceres que já estão prolatados e publicados em revista de circulação interna do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Serão juntados.

Consulto o Deputado José Dirceu e o Senador Eduardo Suplicy se retiram o requerimento. (Pausa)

Permanece o requerimento.

Está encerrada a primeira etapa desta reunião.

Vamos pedir que tragam a esta Comissão o depoente-testemunha que se encontra na sala anexa, até que lhe seja autorizada a entrada na sala da Comissão.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador Mário Covas, pela ordem.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, vi que V.Exa. logo no início desta reunião colocou em discussão e em votação alguns requerimentos relativos a fatos recentemente divulgados. Creio que esses fatos ainda merecem considerações adicionais para discussão na Comissão. Entendo que isso não deva ser feito agora. Penso que deveríamos ouvir o depoimento que já está convocado e, ao final da reunião, V.Exa. convocaria a continuação para que, então, se alguém tivesse algo a dizer



a respeito desse tema, V. Exa. nos convoque a todos para discutir e continuar o assunto. Tinha até algumas sugestões a fazer, mas não quero tumultuar o trabalho agora, na audiência.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - É essa a intenção da Presidência, Senador Mário Covas, mas a decisão da quebra do sigilo bancário e a convocação eram importantes em função de providências administrativas e diligências feitas ao Banco Central e aos bancos citados.

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente, encaminho ao Relator solicitação no sentido de que entre em entendimento com a Polícia Federal, para serem dadas garantias ao motorista que prestou depoimento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, acolho essa solicitação.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V.Exa. pela ordem.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, sem tomar tempo da Comissão, quero informar que, infelizmente, pela segunda vez, minha família foi vítima de uma intimidação, de uma forma - quero reiterar - agressiva. O sítio, de propriedade do tio da minha filha, foi invadido por desconhecidos que expulsaram o caseiro e sua família do sítio e lá ficaram aguardando a minha chegada e a da minha filha na noite de ontem. A Polícia Civil e a Polícia Federal de São Paulo registraram a ocorrência, tomaram as providências. O portão foi arrombado, o caseiro foi obrigado a se retirar do sítio. A pessoa se apresentou como se fosse eu, mas felizmente o caseiro me conhece e impediu que a pessoa entrasse, a não ser pela força. Como essa é a terceira ocorrência que



acontece com minha família nas últimas 72 horas, desde um telefonema pretendendo retirar minha filha da escola; depois a tentativa de se informarem em que situação estava o apartamento da mãe dela - quem estava, quem eram as pessoas - e, agora, essa invasão, quero reiterar o que já fiz na Câmara dos Deputados. O meu sentimento é: eu me defendo, sempre me defendi, todo mundo sabe disso. Evidentemente, a minha família, tenho que preservar.

Por isso, quero reiterar meus agradecimentos a V.Exa., ao Presidente da Câmara e às autoridades do País que providenciaram proteção à minha filha e à minha família. Infelizmente, acredito que esse é um caminho que não tem volta. O País não pode percorrer o caminho da violência, particularmente contra familiares e crianças. Espero que consigamos deter essas intimidações contra membros da CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado José Dirceu.

Desde o primeiro momento em que houve a tentativa, o Deputado José Dirceu procurou-nos e eu fui, imediatamente, ao Ministro da Justiça e ao Governador Antônio Fleury, de São Paulo, para as providências no sentido de dar segurança à família de S. Exa. Continuarei tomando essas providências sempre que solicitado por V. Exa.

Presente na sala a testemunha, Sr. Depoente. Peço a V. Sa. que tome assento à Mesa.

Presente à reunião o Sr. Depoente, a quem peço faça o juramento e aos presentes que fiquem de pé.

O SR. LUÍS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA-

" Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer



fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias."

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A seguir, farei a qualificação da testemunha.

Qual o seu nome completo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Luís Octávio da Motta Veiga.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual a sua idade e o seu estado civil?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quarenta e um anos; separado consensualmente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual o seu endereço completo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Flat 31,55 Eabury St., Londres, SW1WONZ, Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Qual a sua profissão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Onde exerce a sua atividade profissional?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não exerço a minha profissão. Trabalho em uma empresa que comercializa café, em Londres.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Leio, para conhecimento da testemunha, o art. 4º, inciso II da Lei Nº 1579/59.

Art. 4º: Constitui crime:

II - Fazer afirmação falsa ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete perante a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito". COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



A pena é de reclusão de um a três anos e multa de dois a seis mil cruzeiros.

A testemunha dispõe de até trinta minutos, ou, se o desejar, o tempo suficiente para esclarecer à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o seu depoimento.

Com a palavra o Dr. Luís Octávio da Motta Veiga.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou usar poucos minutos para falar sobre a minha vinda à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Sinto-me honrado por estar aqui, atendendo ao convite feito por esta CPI.

Confesso que, se não tivesse vindo, talvez tivesse evitado alguns aborrecimentos no inquérito instalado pelo Presidente da República e pelo Embaixador Marcos Coimbra.

Venho movido pelo interesse de dizer a verdade e, perante esta CPI, o que disse em outubro de 1990. Dizer um pouco da minha experiência e do que vivi como Presidente da PETROBRÁS, um cargo que ocupei e do que me orgulho muito.

Estou à disposição de V. Exas. no que V. Exas. julgarem que eu possa colaborar com o curso do processo e a apuração das denúncias que foram feitas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. depoente, o senhor confirma o inteiro teor das suas declarações prestadas à revista **Veja**, cujo número está aqui expresso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Confirmo o inteiro teor.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não tem nada a restringir quanto às declarações?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente. Eu a confirmo e ela expressa exatamente o que conversei com o jornalista.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor procedeu a essa entrevista consciente, livremente, sem qualquer pressão de quem quer que seja?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem qualquer pressão de quem quer que seja, expus ao jornalista, respondendo às perguntas que ele me fez. Como eu disse, a minha experiência como Presidente da PETROBRÁS, especificamente no que diz respeito às pressões que sofri no exercício do cargo, como tive oportunidade também de expressar ao jornalista observações e opiniões pessoais a respeito do momento político que vivemos.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vou passar às questões específicas, para ficar melhor assentado no seu depoimento.

O senhor trabalhou com a equipe da Ministra Zélia, em São Paulo, preparando o programa de campanha do candidato Collor. Isso é verdade? Esse é um fato verdadeiro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É um fato verdadeiro. Não trabalhei na extensão que outros trabalharam. Mas participei, sem dúvida, de algumas reuniões da equipe da Ministra Zélia Cardoso de Melo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A sua contribuição, naquele momento, restringiu-se a que setor específico?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A minha participação na chamada equipe da Ministra Zélia se resumiu, no primeiro momento, à apresentação da Ministra Zélia a um grupo de pessoas ligadas ao mercado financeiro do Rio de Janeiro e à comunidade acadêmica do Rio de Ja-



neiro. Ela teve a oportunidade de encontrar no meu escritório, no Rio de Janeiro, pessoas como o atual Presidente do Banco Central, o economista Paulo Guedes...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ibrahim Éris?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O Ibrahim Éris não. Nessa época, não. O Ibrahim Éris está baseado em São Paulo. Ela tinha interesse específico em se relacionar com pessoas do Rio, como o atual Presidente do BNDES, Eduardo Modiano, Rogério Monteiro, Dionísio Carneiro, pessoas da área acadêmica, especificamente econômica, na cidade do Rio de Janeiro. Foi o que fiz, de agosto, setembro, até a eleição do Presidente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nessa época, mais ou menos, o senhor conheceu o Sr. Paulo César Farias.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nessa época, não. Nessa época não tive nenhum contato com o Sr. Paulo César Farias. Vim a conhecê-lo depois da eleição do Presidente da República, numa reunião no Hotel Transamérica, quando então fui apresentado a ele.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Que papel ele desempenhava nessa ocasião? Por que essa aproximação com ele, exatamente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Essa aproximação se deu depois de uma reunião, aí, sim, do embrião do que seria o grupo da Ministra Zélia. Ele apareceu após um dia de reuniões no Hotel Transamérica, e teve uma conversa geral sobre o andamento das coisas, discutiu um pouco sobre a situação - não havia definição de quem seriam os ministros do Presidente Collor -; conversou-se um pouco sobre tudo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas ele vinha falando, nessa ocasião, em nome de quem? E por que essa presença?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei explicar.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nem falava em nome de alguém?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nem falava naquele momento. Foi-me apresentado como uma pessoa ligada ao Presidente Collor, mas não foi...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor conheceu o Sr. Luiz Quatroni nessa época?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Conheço o Sr. Luiz Quatroni de vista, do Rio de Janeiro, mas nunca tive nenhum contato, nenhum relacionamento.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nessa equipe de transição, V. S^a trabalhou no anexo do Itamaraty, no chamado "Bolo de Noiva"?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, no "Bolo de Noiva", não. Tive dois encontros ...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com quem? Com a Ministra Zélia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, com o Ministro Ozires, já na formação da equipe de Governo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando V. S^a foi indicado para a Presidência da PETROBRÁS, quem lhe fez esse convite?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi o Ministro Ozires.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando? Foi antes da posse do Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exatamente, foi antes da posse do Presidente. O Ministro Ozires convidou-me para ser Secretário de Transportes.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Havia algumas instruções específicas no que tange a essa futura gestão da empresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, pelo contrário. Eu até coloquei como condição ao Ministro Ozires, para aceitar o cargo, que



eu pudesse nomear minha diretoria. E a resposta ele ficou de me dar, depois de conversar com o Presidente da República, e ela veio na forma de que o Presidente não teria nada a opor, mas pediu que eu considerasse a possibilidade de manter o ex-Ministro da Marinha, o Almirante Maximiniano da Fonseca, o que fiz.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No contexto da administração que na época se iniciava, como Presidente da PETROBRÁS, qual eram os seus objetivos prioritários a serem realizados a médio e longo prazos? A política propriamente que V. S^a resolveu adotar?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Prioritariamente, digo-lhe que assumi a PETROBRÁS e, três dias depois, verificou-se que não havia dinheiro para pagar a folha de pagamento. Recebi a PETROBRÁS numa total indigência financeira- isso é até objeto de uma CPI, na qual depois posteriormente, já como Presidente da empresa- e minha primeira preocupação foi lutar por um realinhamento de tarifas, porque havia uma defasagem tarifária grande, que vinha do governo anterior. Isso foi parcialmente resolvido, mas ainda permanecia um déficit corrente da ordem de 600 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - As suas primeiras medidas, ao assumir a PETROBRÁS, consistiram exatamente em saneamento financeiro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim, em saneamento financeiro, e também partimos para a reforma administrativa e, de acordo com o plano elaborado à época pela Secretaria de Administração, fizemos uma diminuição no quadro da empresa, na qual participou inclusive a empresa. Foi um trabalho interessante, porque a própria empresa trabalhou no sentido de atender, porque os empregados estavam conscientes de que havia um número excessivo de contingente. Essas foram as duas primeiras medidas.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Houve entre V. S^a e a equipe econômica, naquela época, alguma divergência em razão das prioridades administrativas que V. S^a tentou implementar?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Houve sim. A minha primeira preocupação foi o realinhamento de preços. Ela foi de uma certa forma resolvida, no primeiro momento, com o aumento de tarifa. Mas permaneceu ainda uma grande diferença entre o valor do petróleo importado e o valor do produto derivado que chega ao consumidor. Essa é uma fonte de permanente discussão, de um permanente aborrecimento, porque havia uma determinação concreta do Governo em acabar com o subsídio em todas as áreas e parece-me que, quando se segura o preço da gasolina, do diesel, do álcool e vende-se esses produtos a valores irrealis, está-se dando um grande subsídio a todos os setores produtivos do país. Então, tive um problema sério nesse sentido.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No episódio que envolveu a sua saída da Presidência da empresa houve algumas notícias, alguns questionamentos por parte até do Governo quanto à insuficiência das informações prestadas pela PETROBRÁS à área econômica, notadamente a partir da política de pessoal e remuneração. Esses eram os pontos que V. S^a quer ressaltar? Principalmente no que tange à política de remuneração de pessoal?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, esse é um problema constante na PETROBRÁS, porque ela está perdendo os melhores quadros e não está conseguindo repor. Esse é um problema que já existe há algum tempo na PETROBRÁS.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa questão é realmente existente na PETROBRÁS?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

639



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É existente. Ela está perdendo quadros, não há reposição de quadros. Isso existia antes de eu ser Presidente da PETROBRÁS e continua a existir.

Mas a minha preocupação básica é justamente com o problema de tarifa. Isso criou um déficit que quando eu saí era assustador: o déficit de caixa da PETROBRÁS em novembro, portanto um mês depois da minha saída, era de US\$ 1.617 milhões. O menor déficit de caixa corrente que a Petrobrás teve - e aí foi durante a minha gestão -, em função da tarifa que foi ajustada em abril, foi de US\$ 873 milhões. Isso era uma preocupação constante, era uma fonte, digamos, de atrito com o Ministério da Economia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Na época também, alegou-se que alguns contratos de aquisição de petróleo junto ao Irã eram lesivos ao País. O senhor teria algo a dizer sobre esse fato?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Agradeço, Gostaria só de dizer algumas palavras sobre isso. Quando saí da PETROBRÁS, saí, como os senhores sabem, criticando determinadas práticas que julgava lesivas ao interesse da Empresa que pagava o meu salário, em última análise.

Em função dessas minhas denúncias, fui alvo de uma campanha feita na surdina, nas minhas costas, da qual não pude me defender. Não vou me defender de acusações que vêm de lugar nenhum.

Acho muito oportuna a sua colocação porque me dá oportunidade de explicar esse famoso contrato do Irã que já suscitou tantas dúvidas.

Quando assumi, a PETROBRÁS tinha o seu fornecimento de petróleo importado concentrado no Kuwait e no Iraque na razão de 84% de suas necessidades de petróleo importado. Isso pareceu-me um pouco exagera-



do. O petróleo vem de uma área em permanente situação de guerra ou de quase guerra, uma área conflagrada há muitos anos. E nós, então, começamos a aproximar outras fontes de fornecimento.

A primeira delas foi a Venezuela, que tem um petróleo caro e de uma qualidade que não nos interessa muito, mas seria importante restabelecer esses vínculos, e o segundo foi o Irã.

Um pouco antes de a crise estourar, um pouco antes da reunião da OPEP em Genebra, quando ficou decidido que o petróleo seria estabelecido a US\$ 21 o preço do barril, o que não atendia às necessidades do Iraque para que ele pudesse se recuperar da guerra que tinha tido com o Irã, o Iraque começou a ameaçar o Kuwait, dizendo que aquele país estava produzindo acima da cota estabelecida pela OPEP. Naquele mesmo momento, negociávamos com a empresa estatal iraniana, NIOC, National Iranian Oil Company, um contrato de fornecimento de 100 mil barris/dia. Esse contrato foi negociado diretamente entre a Petrobrás e essa empresa; e fechamos, então, o primeiro contrato.

Qual foi a posição do Irã nessa negociação? O Irã já sabendo - é importante - que uns 20 dias antes dessa negociação começar, a Revista **Newsweek** já dava o termômetro da tensão na região; era uma matéria muito interessante, em que falava da possível situação de conflito naquela região.

O Irã se colocou em uma posição, eu diria, olímpica, porque negociava, como negociou conosco e com o Japão, da seguinte forma: declarei-me neutro, vocês não estão correndo conosco o risco da guerra, tenho porto para embarcar fora do Golfo e, portanto, quero o preço do petróleo fora dessa região. Qual é o petróleo fora dessa região? É o petróleo chamado Brent, que é produzido no Mar do Norte.



Nós, na PETROBRÁS, considerando que a empresa tem o monopólio de importação, tínhamos duas opções: manter a porta aberta e jogar um pouco com a incerteza. Achamos melhor partir para a certeza do fornecimento contra a incerteza do momento.

O Irã, baseado nesse raciocínio, cobrava sobrepreço, se comparado aos outros petróleos produzidos pela região. É importante dizer que o petróleo do Irã, comparado com o petróleo da Arábia Saudita, é de qualidade inferior, mas, naquele momento, era o petróleo mais caro porque estava fora do risco de guerra.

Sabedor da complexidade dessa negociação, encaminhei ao Execlentíssimo Senhor Presidente da República, no dia 17 de setembro de 1990, aos cuidados do General Agenor Homem de Carvalho, Chefe do Gabinete Militar, uma explicação e uma nota, por fax, em que procurei ser bem claro sobre as razões que nos levaram a tomar essa decisão.

Gostaria de passar ao Sr. Presidente essa documentação.

É importante dizer que se veiculou na imprensa, por várias vezes, que a PETROBRÁS pagou até quatro ou cinco dólares por barril, acima do valor do preço praticado pelo mercado internacional.

Posso dizer a V. Exas. que isso nunca existiu. Atendendo a uma solicitação do Tribunal de Contas da União, feita no dia 22 de novembro, a PETROBRÁS entregou, no dia 30 de novembro de 1990 - quando eu já havia deixado o cargo -, uma explicação em que, além de descrever a operação como um todo, mostra que o sobrepreço real que foi pago pela PETROBRÁS pela compra do petróleo do Irã foi de 40 cents por barril e não quatro ou cinco dólares por barril, como chegou a ser ventilado pela imprensa.

Vale a pena ainda ressaltar que, depois que a PETROBRÁS tomou essa atitude, soubemos que o Japão, também optando pela garantia de



fornecimento, aumentou a sua compra de petróleo do Irã de 260 mil barris/dia, se não me engano, para 800 mil barris/dia.

Acho, Sr. Relator, que a decisão envolveu, sem dúvida, um aumento de custo no preço do petróleo, mas também fez com que não tivéssemos problema durante a Guerra do Golfo e pudéssemos ter a garantia de suprimento de combustível.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor poderia dar alguma informação como ex-Presidente da PETROBRÁS?

Quais os mecanismos adotados pela empresa para realizar as compras de petróleo no exterior, o senhor já adiantou. Entretanto, mais especificamente, com relação a intermediários, como eram escolhidos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Os contratos são diretos. Quer dizer, os contratos com a empresa estatal iraquiana eram diretos: a PETROBRÁS - NIOC, a PETROBRÁS - Empresa Iraquiana, a PETROBRÁS - Empresa Saudita, a PETROBRÁS - Empresa Estatal do Kwait, quando vendiam para nós.

No mercado *spot*, a própria PETROBRÁS cota o mercado internacional, seja através de seu escritório nos Estados Unidos ou na Inglaterra, Nova Iorque ou Londres, ou direto de seu departamento comercial. Ela, às vezes, vai direto na fonte ou recebe oferta de preços de corretores que estão credenciados na PETROBRÁS, que dão, às vezes, e conseguem, por questões relativas ao fato de o navio estar perto do porto de entrega, e estar estocado em petróleo, melhores condições. Essas são empresas cadastradas na PETROBRÁS. É uma fórmula que a PETROBRÁS vinha usando há vários anos, muito antes da minha...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não tem nada a criticar sobre esse procedimento?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. É um procedimento usado, não só pela PETROBRÁS, mas por todas as empresas de petróleo em todo o mundo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O que levou o senhor a dizer, genericamente, que os padrões éticos do Governo Collor estão abaixo do que se espera?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Como V.Ex^a sabe, estou morando fora do Brasil há mais de 18 meses e acompanho, através da imprensa brasileira e internacional, uma série de fatos que têm sido amplamente divulgados pela imprensa e de conhecimento público. Penso que não disse nada de novo. Creio que existem coisas que são ditas e relatadas - a Polícia Federal, por exemplo, hoje, está com um processo de averiguação no Ministério da Saúde, no Ministério da Economia, no Ministério da Integração Social e em vários outros setores da atividade do Governo Federal, e parece-me, sem dúvida, no meu entender, que os padrões estão bem abaixo do que imagino sejam os desejados pela população.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nos primeiros meses de governo, o senhor ouvia falar do Sr. Paulo César Farias e se ele, realmente, exercia alguma influência na administração?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não era tão claro. Falar dele hoje é bem diferente do que falar do Sr. Paulo César Farias há dois anos. A visão do Sr. Paulo César Farias, no começo da minha gestão na PETROBRÁS, não era clara como é hoje. A atuação dele, a forma, o que ele faz ou deixa de fazer hoje é muito mais clara para mim do que na minha época.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas, à época ele exercia algum poder no âmbito da administração e especialmente em sua área, na PETRO-



BRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Na minha área, ele não exercia nenhuma influência.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor disse que o Sr. Paulo César Farias circulava com rara e impertinente desenvoltura pelos escalões administrativos, tratando de negócios que não são dele.

O senhor pode explicar, em casos concretos, e nomes de pessoas que possam confirmar isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Meu caso é muito claro. Ele tentou... Relato também, nessa entrevista que V.Ex^a está citando, dois casos: o primeiro da VASP, que é de conhecimento público, e o segundo de uma plataforma em que ele teve muito interesse em saber sobre o andamento da concorrência, detalhes de preços, enfim, dados relacionados à plataforma, que me pareciam inusitados para uma pessoa que não é interessada direta na consecução da obra, na assinatura do contrato.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o senhor fala exatamente: "Pelos escalões administrativos, tratando de negócios que não são deles." O senhor tem conhecimento de outros negócios? Ou que ele circulava nessas áreas da administração que não exatamente no seu ramo específico de atividade?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Eu via que ele circulava com uma certa facilidade na Caixa Econômica Federal; acho que ele circulava em outros lugares; tinha conhecimento de que tentou circular em outros lugares. Por exemplo, no próprio BNDES, ele tentou algumas vezes fazer com que as coisas acontecessem, e ele chegava aos meus ouvidos com uma certa facilidade.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor tem algum fato concreto, para enumerar, dessas conversas?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

642



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Isso, inclusive, me era passado por ele próprio.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele próprio? Isso é importante.

E o que ele dizia para o senhor? Textualmente, se possível, tanto quanto possível.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Devo dizer que muita coisa, dessa forma inusitada que ele circulava pelo Governo, me era reportado por ele mesmo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas o que ele dizia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele me dizia - como também conto nessa entrevista - da intimidade dele com o Presidente; dizia da intimidade com pessoas do Palácio do Planalto; dizia da intimidade com o Presidente da Caixa Econômica.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Na época, o Presidente da Caixa Econômica era o Lafaiete Coutinho?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Era o Lafaiete Coutinho.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gostaria que me dessem a oportunidade de ouvir tudo que achar importante, porque não vamos permitir mais apartes; o sistema de apartes está proibido. Perfeito?

Mas ele nunca lhe falou alguma vez que era sócio do Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca me falou que era sócio do Presidente. Disse-me que tinha uma grande intimidade com o Presidente, mas nunca falou que era sócio.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele falava que essa intimidade com o Poder vinha de onde, da campanha?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vinha da campanha; do companheirismo que surgiu durante a campanha; vinha do interesse de se apoiar politicamente o Presidente; da necessidade de se montar formas



de se tocar campanhas políticas; enfim, era isso basicamente que ele queria.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele não dizia que isso era a carta branca, quer dizer, um poder que o Presidente lhe conferia? A esse termo, ele não chegava ou chegava também?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O senhor poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele chegava a afirmar que esse poder que exercia lhe era outorgado direto pelo Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A mim, ele disse que era outorgado pelo Presidente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele dizia isso para o senhor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A mim, ele dizia.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Além do Sr. Paulo César Farias, havia outras pessoas que apresentavam como credencial, para atuar na área administrativa, essa intimidade com o Presidente? Outras pessoas que diziam que eram amigos do Presidente, que iam aos lugares em nome do Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, tão explicitamente, não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos era um funcionário governamental; quando falava com ele, falávamos como Presidente da PETROBRÁS e Secretário da SAE. Havia até uma relação hierárquica; em momento nenhum se falava em amizade com quem quer que seja.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quer dizer que essas pessoas não evocavam essa eventual intimidade com o Presidente?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando o senhor Sérgio Rocha o procurou, ocupava ele algum cargo público?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Ele chegou a declinar nomes de empresários que ajudaram na campanha de 89 que tinham interesse junto à PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Ele falou genericamente que havia um grupo de empresários que trabalhavam junto à PETROBRÁS e que eram pessoas que tinham ajudado na campanha, que tinham colaborado e que, de certa forma, deveriam ser tratados de uma forma - diria - privilegiada.

O SR. AMIR LANDO (Relator) - Após sua posse na PETROBRÁS - o senhor já respondeu indiretamente, mas quero seguir um roteiro lógico, porque me é importante - qual foi o primeiro encontro que o senhor teve com o Sr. Paulo César Farias? Ele ou o senhor teve a iniciativa desse encontro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi ele.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E quando foi?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi após um telefonema no dia 3 de maio, quando ele marcou um almoço comigo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Maio de 90?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim, maio de 90.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E qual a justificativa para tal encontro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Conversar, bater papo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Foi ele quem fixou a agenda?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele perguntou se poderíamos almoçar e, dentro da agenda, marcamos um almoço no próprio escritório da PETROBRÁS.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o que foi tratado nesse encontro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nesse encontro, foram tratadas generalidades; queria saber sobre o andamento da administração, as dificuldades.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não foi nesse encontro que ele lhe indagou sobre o adiamento das concorrências da empresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não foi nesse momento; foi posterior a esse encontro.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando foi exatamente que ele tratou dessa questão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele começou a tratar disso no mês de junho, num telefonema do dia 6 de junho.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas é evidente que o senhor, ao aceitar um convite do Sr. Paulo César Farias, implicitamente admitia que ele tinha, enfim, algum poder ou sustentava uma influência dentro do Governo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sr. Relator, a minha agenda, como Presidente da PETROBRÁS, de certa forma, é pública, porque é marcada pela Secretaria de Governo e registrada na Secretaria da Presidência da PETROBRÁS. Recebi pessoas com interesses ligados diretamente à PETROBRÁS, pessoas interessadas em se tornar fornecedores da PETROBRÁS. Eu recebia todo mundo que me procurava e tinha como hábito responder a todos os telefonemas. Não creio, portanto, que o Sr. Paulo César Farias merecesse ser discriminado. Foi com esse espírito que o



recebi, como recebi o Sr. Sérgio Rocha num almoço na PETROBRÁS, e receberia, dentro da possibilidade da minha agenda, quem marcasse uma audiência comigo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nesse momento ele não foi recomendado por ninguém?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, nesse momento ele não foi recomendado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Após esse encontro foi que ele lhe telefonou falando da concorrência sobre a plataforma?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi. Ele passou a me procurar, interessado no andamento de uma concorrência para a Plataforma P-18.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor pode consultar seus documentos, não tenha pressa, porque aqui estamos falando para os nossos arquivos e para a CPI, não propriamente para o Plenário e nem para a imprensa. É preciso muita tranquilidade para que o senhor possa refletir e não vir a esquecer de algum detalhe.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEITA - Muito obrigado.

Essa era uma plataforma grande de processamento, em que havia, associado ao contrato de fornecimento da plataforma em si, um contrato de financiamento. Em função da precariedade da situação financeira da PETROBRÁS, tínhamos necessidade de um financiamento externo ou uma fonte de financiamento para concepção dessa obra. É um contrato extremamente complexo e difícil de se tabular, porque tem, no seu bojo, um aspecto financeiro e um aspecto técnico.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor pode me explicar detalhadamente?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Tentamos montar uma espécie do que eles chamam de **free export**. Quer dizer, essa plataforma poderia ser construída no exterior, contanto que houvesse financiamento externo de médio a longo prazo. Estamos falando da primeira plataforma, a P-18, uma plataforma de fornecimento, de desenvolvimento de campo.

Tivemos uma concorrência muito complexa, como já expliquei, com várias empreiteiras participando, onde tínhamos que tabular não só aspectos de ordem técnica como aspectos de ordem financeira.

Nessa ocasião, o Sr. Paulo César Farias me procurou e queria saber em que estado estava o andamento dessa concorrência. Até àquela altura, eu mesmo não sabia do andamento, porque ela estava sendo analisada tanto pela área financeira quanto pela área técnica da PETROBRÁS. Acho, como já falei, que o sigilo da concorrência é muito importante, para que se impeça atravessadores e pessoas que possam querer vender informações, como se fossem decisões tomadas por sua interferência. Esse sigilo foi mantido até o dia em que o Conselho de Administração da PETROBRÁS decidiu adjudicar a obra ao Consórcio Tenenge-Fells.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Sr. Paulo César Cavalcante Farias queria o que exatamente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele queria se inteirar do andamento dessa concorrência e pediu que eu me inteirasse. Perguntou, por exemplo, qual o tipo de margem de lucro que as empreiteiras têm nesse tipo de concorrência, ao que respondi ser impossível saber, porque o "X" do problema é exatamente esse: saber qual a margem de lucro de uma empreiteira. Ele foi surpreendido, de uma certa forma, com a decisão do Conselho de Administração, concedendo essa obra ao Consórcio Tenege-Fells.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então, no seu entender, o Sr. Paulo César Farias queria essas informações privilegiadamente para tentar obter alguma vantagem?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Só posso entender o interesse dele como sendo esse.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Qual foi a sua resposta, evidentemente, a essas investidas dele?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Disse-lhe que, na PETROBRÁS, temos um processo de licitação muito antigo, aprovado pelo Conselho e que isso seria seguido. Esse voto da área técnica foi aprovado pela diretoria da PETROBRÁS e, posteriormente, ratificado pelo Conselho de Administração, dado o valor dessa obra. Fiz ver a ele que era impossível uma ingerência minha, que não havia interesse em que a presidência da PETROBRÁS se envolvesse num processo de licitação e que a presidência tomaria conhecimento no momento em que esse assunto fosse levado à reunião de diretoria e, posteriormente, à reunião de Conselho de Administração.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E ele, diante dessa sua negativa, insistiu, demonstrou algum interesse, alguma frustração?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Enfim, tivemos uma conversa telefônica um pouco complicada sobre isso.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa conversa telefônica, em termos se realizou?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que ele ficou um pouco decepcionado com a minha decisão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Essa segunda conversa foi por telefone?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi, foi, em que disse a ele que, infelizmente, não havia como interferir ou interceder a favor de quem quer que fosse.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor sentiu evidentemente que ele estava tentando exercer um tráfico de influência. O senhor tomou alguma providência interna em relação a essas investidas, em relação ao Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, acho que a providência interna que adotei, a única cabível nesse sentido, foi a de fazer com que o processo seguisse o curso normal em situações como essa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Após esse contato telefônico - esse, evidentemente, no qual o senhor explicou da impossibilidade de adiantar qualquer dado sobre a licitação - ele voltou a manter contatos pessoais ou lhe telefonou? Quando?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Várias vezes. Ele começou a me telefonar no dia 3 de maio; telefonou-me nos dias 6 e 7 de junho; telefonou-me no dia 17 de julho de 1990. Telefonou-me ainda nos dias 14, 17, 21 e 28 de agosto; nos dias 3, 11, 14, 19, 20, 21, 22 e 26 de setembro. O último telefonema foi no dia 10 de outubro.

Esses telefonemas passaram pela secretaria da Presidência da PETROBRÁS e estão registradas na secretaria da agenda da PETROBRÁS.

Ainda recebi uns telefonemas do Sr. Paulo César Farias, já sobre o caso VASP, durante a minha estada em Nova Iorque.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esses telefonemas sempre trataram da plataforma ou já começaram..

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, esses telefonemas não trataram todos da plataforma. Diria que os telefonemas de setembro basicamente tratavam do chamado caso VASP.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 646



Foram ao todo 17 telefonemas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Alguma vez o Sr. Paulo César Farias fez algum pleito a favor de um irmão dele a respeito de concessão de postos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, ele fez um pedido a respeito de um irmão que tinha um posto de gasolina em Alagoas, e a PETROBRÁS Distribuidora havia parado de fornecer combustível, em virtude da falta de pagamento. Ele pediu-me que intercedesse; pedi que a PETROBRÁS Distribuidora me fornecesse detalhes sobre esse cliente. Depois de receber as informações, numa outra ligação que ele me fez, expliquei que era impossível fazer qualquer coisa até que ele saldasse as dívidas com a PETROBRÁS Distribuidora.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor chegou a telefonar alguma vez ao Odebrecht, avisando que não havia necessidade de pagar qualquer comissão para ganhar a concorrência na PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Liguei ao Emílio Odebrecht no dia 4/9/90, dia da reunião do Conselho da Administração da Petrobrás, momentos antes da pauta dessa reunião tornar-se pública, já sabedor da tentativa de intermediação, para avisá-lo de que a decisão já havia sido tomada, e que ela, por favor, não fosse tida como, ou atribuível a alguém ou alguma atitude tomada por uma pessoa.

Então, deixei claro para ele que tinha tido uma decisão soberana do Conselho e que, por favor, se abstivesse de aceitar qualquer tipo de intermediação nessa operação. Foi uma maneira não muito ortodoxa de resolver o problema, mas eu também estava lidando com uma situação também nada ortodoxa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quando o Sr. Paulo César Farias tocou, na primeira vez, no assunto VASP, o que ele queria, precisamen-



te, do senhor?

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele me pediu que a PETROBRÁS fizesse um empréstimo de 40 milhões de dólares, para reembolso em 10 anos, só com correção cambial.

A VASP já devia, naquela ocasião, de 4 a 6 milhões de dólares à PETROBRÁS. Em virtude da situação financeira da PETROBRÁS, deixei claro ao Sr. Paulo César Farias que qualquer operação que, por ventura, pudesse vir a ser realizada com a VASP não poderia, de forma alguma, envolver saída de recursos financeiros da PETROBRÁS. Contratos de permuta ou outras formas contratuais que atendam aos interesses comerciais de ambas as empresas poderiam ser estudadas, mas, de forma nenhuma, um contrato na forma de financiamento, em dinheiro, poderia ser feito. Posteriormente ele voltou...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Só um detalhe...Então ele queria 40 milhões, em dinheiro, da PETROBRÁS Distribuidora?

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Da PETROBRÁS Distribuidora.

A título de esclarecimento, eu queria dizer que, nesse caso de VASP, quando falo em PETROBRÁS, refiro-me à PETROBRÁS distribuidora, que é a empresa que trata desses contratos de fornecimento. Não é a empresa-mãe, a empresa holding. Não é com ela que se discute isso. Até, teoricamente, esse caso VASP, não teria que vir, não teria por que ser alçado à decisão do Presidente da PETROBRÁS. Isso é uma decisão a ser tomada no âmbito da PETROBRÁS distribuidora, no âmbito da empresa que opera na venda de combustível, e não na empresa que opera na importação, no refino. É outra coisa completamente diferente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Qual foi o conteúdo desse pedido ao senhor? O Sr. Paulo César Farias afinal intervém num negócio entre uma empresa particular, a VASP, que, neste momento, já era uma empresa



particular?

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, ainda não era uma empresa particular, ainda corria o processo de privatização.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Não havia ainda?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não havia a privatização ainda.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então ele falava em nome...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele falava em nome do interesse do empresário Wagner Canhedo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Então se ainda estava num processo de privatização, o Sr. Wagner Canhedo era um estranho ainda nessa empresa.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida. Estava na montagem de um pacote de privatização, e corria o pressuposto de que ele viesse a tomar conta da VASP, e ele já estava tentando fazer com que algumas condições financeiras ou de fornecimento, beneficiassem o Sr. Wagner Canhedo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esse empréstimo seria um pressuposto do negócio?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - No começo era. Quando os fatos precipitaram, a PETROBRÁS não aceitou essa proposta. Houve a privatização da VASP, e, então, continuamos dizendo que era impossível o empréstimo, e recebi, algumas vezes, avisos do tipo: a operação para que se concretizasse só depende de você...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - De quem vinha esses avisos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Do Sr. Paulo César Farias.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E ele dizia que falava em nome de quem?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Do Sr. Wagner Canhedo. Mas era evidente que essa proposta era inaceitável.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Era absolutamente inaceitável por que razões? o senhor tinha pareceres técnicos, jurídicos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quanto à primeira proposta, em dinheiro, como eu disse, na época, tínhamos um débito já subindo da ordem de 1 bilhão de dólares corrente. Quer dizer, era totalmente impossível que a PETROBRÁS tivesse a disponibilidade de emprestar à VASP 40 milhões de dólares, com correção cambial. Então, isso era totalmente impossível. A segunda também nos pareceu desinteressante, que era a chamada permuta de combustível, no valor de 50 milhões de dólares, e essa proposta voltou, depois da compra da VASP, reduzida para 40, sem juros ainda e também, de novo, com o argumento: "Só falta você fazer a sua parte."

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sempre do Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sempre do Sr. Paulo César Farias. Eu não tive contato com o Sr. Wagner Canhedo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor então, neste momento, mandou certamente ouvir os escalões próprios onde houve manifestações de ordem técnica e jurídica que recomendavam da inoportunidade e da inconveniência da operação.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A primeira proposta de empréstimo acho que não chegou a ser formulada formalmente.

Pedi que ao Sr. Paulo César Farias que fizesse, ou o Sr. Wagner Canhedo que apresentasse essa proposta a pessoa competente na PETROBRÁS para decidir sobre ela, que era o Departamento Comercial da PETROBRÁS Distribuidora.



O Sr. Wagner Canhedo apresentou então a proposta, que é de amplo conhecimento público e o Departamento Comercial da PETROBRÁS julgou que não era interessante, pelas razões que já expliquei: a VASP era devedora, o Sr. Canhedo era um desconhecido e financeiramente não interessava à PETROBRÁS a operação.

Houve pequenas mudanças na estrutura da proposta, a Diretoria Comercial da PETROBRÁS Distribuidora levou o assunto ao plenário da diretoria, onde a área comercial, a Presidência da PETROBRÁS Distribuidora, a área financeira, e as demais áreas operacionais da PETROBRÁS Distribuidora se pronunciaram contra essa operação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não se lembra de quem era a lavra desses pareceres ou essa manifestação.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A pessoa que, de certa forma, elaborou esse parecer chama-se Luigi Dalolio, hoje diretor da PETROBRÁS, e na época vice-Presidente da PETROBRÁS Distribuidora.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Sr. Paulo César Farias alguma vez lhe sugeriu que subordinados seus - seus, do Senhor Presidente - estavam fora do seu controle, que era mais conveniente trocar alguns diretores da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele chegou a falar que quando as coisas começaram a não sair como ele desejava, discutiu isso comigo sobre a propriedade de se manter alguns dos diretores alegando que tínhamos que ter mais controle da máquina. (Risos)

Acho importante ressaltar, outra crítica que me foi feita, é o meu apego ao corporativismo. Dentro do governo Collor, dentro de uma empresa pública fui a pessoa que mais demite, porque acho que a PETROBRÁS tem empregados demais.



A PETROBRÁS tem 80 mil empregados e não precisamos de 80 mil, cheguei a demitir 6 mil funcionários o que nenhuma outra empresa fez, a ponto de receber um telefonema dizendo que era melhor parar um pouco porque uma pesquisa encomendada pelo Governo Federal teria dito que um entre cinco brasileiros tem algum relacionamento com o serviço público e esse negócio de demitir no serviço público estava pegando mal.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Gosstaria de saber o nome do vice-Presidente da PETROBRÁS Distribuidora que deu parecer contrário.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não foi ele quem deu parecer contrário, o parecer contrário foi da área financeira e da área comercial.

O Vice-Presidente da PETROBRÁS Distribuidora, que trouxe ao conhecimento do Almirante Maximiliano da Fonseca a decisão e submeteu a uma reunião plenária, é Dr. Luigi Dalolio, hoje um dos Diretores da PETROBRÁS

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor sempre, diante dessas investidas do Sr. Paulo César Farias, dizia "não", e sentia contrariedade.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A minha visão diante desse tipo de investida é que acho que todo mundo está livre para fazer a investida que quiser, eu é que não estou livre para atender objetos dessas investidas.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor não acha que naquele momento poderia ter tomado uma providência mais enérgica a respeito de assunto tão grave? Afinal de contas um estranho intervém nos assuntos da empresa exigindo favores, privilégios, enfim um tráfico de influência, o senhor não pensou da necessidade, naquele momento, de instaurar um inquérito, um procedimento penal contra essa exploração de prestí-



gio ou coisa parecida?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não senti essa necessidade porque acho que haveria necessidade de algo mais formal na medida em que ele atingisse seus objetivos. Na medida em que eu tinha uma máquina funcionando e que era capaz de me promover, de me fornecer dados e substâncias para minhas decisões, não via por que deveria, em algum momento, discutir essa ação ou tomar uma atitude mais formal com relação ao Sr. Paulo César

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Quer dizer que o senhor zelou pelo patrimônio? Não deixou que essa influência gerasse qualquer prejuízo ao erário?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA DA VEIGA - Exatamente.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E o Sr. Marcos Coimbra alguma vez lhe telefonou a respeito do assunto? Qual o teor dessa conversa? O senhor explicou o que a ele?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Em setembro, recebi um telefonema do Embaixador Marcos Coimbra, sobre o caso VASP, perguntando-me como estava a situação. Disse-lhe que não atendia, absolutamente, aos interesses da empresa a proposta feita pela VASP. Disse-lhe também que não poderia autorizar uma operação como aquela, já que havia um sentimento forte na PETROBRÁS-Distribuidora de pareceres técnico-financeiros que desaconselhavam tal operação.

S. Ex^a então expressou - digamos - um certo desapontamento com essa minha resposta, dizendo que aquilo contrariava o interesse que o Palácio do Planalto tinha em que a operação de privatização da VASP fosse adiante.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - V. S^a poderia repetir para gravação, *ipsis litteris*, tanto quanto sua memória permitir, o conteúdo



desse telefonema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Recebi o telefonema num dia em que deveria ir para os Estados Unidos; inclusive, posterguei a viagem por um dia. O Embaixador Marcos Coimbra estava indo no dia seguinte, também, acompanhando o Presidente Collor. Deixou um recado na secretária eletrônica, porque eu não estava, mas retornei a ligação.

Foi quando S. Ex^a me perguntou como estava a situação da VASP. Respondi-lhe que não seria possível fazer tal operação, não era interessante para a PETROBRÁS-Distribuidora, não era lucrativa, não nos parecia que devesse ser feita. Disse também que tinha uma série de documentos que comprovavam, e estava pronto a enviar-lhe a documentação para análise. Ele disse que não adiantava enviar nada, isso seria um problema tremendo, pois havia um grande interesse do Planalto no sentido de que o processo de privatização da VASP fosse para frente. Con-tei-lhe que iria para Nova Iorque na noite do dia seguinte e, se houvesse algo que eu pudesse fazer, poderia me contatar no hotel, em Nova Iorque, onde passei uma semana.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nessa conversa telefônica com o Embaixador, V. S^a não relatou que o PC já havia entrado nesse circuito, nem o Embaixador tocou no nome do PC? Não veio à baila o nome do PC nessa conversa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Entendo que a minha postura nesse caso deve ser bem informal. Quando o Embaixador me faz uma pergunta, respondo e acho que não devo ficar relatando a um Ministro de Estado movimentos de lobistas junto a minha administração. Não falei.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nem ele deu a entender que sabia?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls. 650
Secretário



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nem ele deu a entender que sabia dessa movimentação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O Sr. Paulo César Farias voltou a procurá-lo para tratar desse assunto depois da conversa com o Embaixador? E nessa ocasião ele chegou a perguntar a V. S^a se o Embaixador já havia telefonado ou não para o senhor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele voltou a me procurar, sim; eu estava em Nova Iorque, mas a partir daí não falei com ele mais, porque havia entrado uma pessoa que compõe o alto escalão, e aí, como disse ao senhor, achei que era o momento de parar e entendia que se tivesse de tratar desse assunto deveria ser mais formal, mais direto, a nível de Governo.

Nunca mais recebi telefonemas do Embaixador Marcos Coimbra; nunca mais falei com o Sr. Paulo César Farias, que me procurou duas ou três vezes, por telefone, no hotel, em Nova Iorque, mas não voltei a falar com ele desde então.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor dá a entender, em entrevista à *Veja*, que o Sr. Paulo César Farias passou de concordatário a possuidor de vasta fortuna - mais ou menos isso - podendo dispor de US\$ 200 mil para adquirir uma peça de imobiliário e que isso constituiria prova suficiente para uma ação penal contra ele. Como advogado, o senhor sabe que o oferecimento da denúncia pressupõe um fato típico, suscetível de comprovação material. Não basta esse sinal exterior de riqueza. O senhor poderia dar aqui algum fato demonstrando, já, que o senhor é sabedor ainda dessa atividade do Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA DA VEIGA - Sr. Relator, moro há 18 meses fora do Brasil, ...



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Lá se fala no Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, mas lê-se muito sobre o Sr. Paulo César Farias.

Eu acho que é notória - e ele faz questão de divulgar - a sua robustez financeira. De forma que não creio que tenha dito qualquer novidade ou falado qualquer coisa que tenha surpreendido alguém, a não ser os hipócritas. Então, não me parece que eu não esteja falando nada de novo ao povo deste País. Estou, de certa forma, verbalizando uma opinião pessoal que tiro dos jornais e das revistas que consigo ter lá fora e até da própria imprensa internacional, que divulga...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Naquele momento em que o senhor ainda estava no País, que o senhor estava trabalhando na PETROBRÁS, evidentemente, o senhor participando de uma administração, algum poderia ter lhe relatado alguém fato; é nesse sentido que eu estou...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Os fatos que relatei, quando da minha saída da PETROBRÁS, são esses.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor recebeu alguma ameaça velada ou ostensiva após deixar a PETROBRÁS ou mesmo agora de volta ao Brasil? O senhor poderia fazer alguma denúncia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quando saí do Brasil, eu recebi..., mas aí são ameaças anônimas. Talvez seja a causa da dificuldade que tive em inserir-me no mercado de trabalho em função da minha atitude.

Com relação à minha vinda aqui agora, não houve nenhuma ameaça pessoal. O que senti muito foi uma tentativa de desmoralizar o meu depoimento, tentativa de desmoralizar um instituto do Direito brasileiro que é muito antigo, que é a prova testemunhal, e que é de suma impor-



tância. Eu vou explicar um pouquinho a razão da minha surpresa com a desvalorização da prova testemunhal. Eu fui, como alguns sabem, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários. E a Comissão de Valores Mobiliários é um pouco o "cão de guarda", como eles chamam nos Estados Unidos, do mercado de capitais. Como diz o próprio Paulo César Farias, é possível transferir um milhão de dólares por telefone. É importante também que tenhamos em mente que ninguém assina recibo de comissão.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - A que o senhor debita a sua saída da PETROBRÁS? Como sucedeu esse fato?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu acho que isso pode ser debitado às minhas negativas às investidas do Sr. Paulo César Farias. O pano de fundo foi a minha discussão tarifária com a Ministra da Economia. Havia um interesse naquele momento em realçar a figura da Ministra da Economia. E isto foi transformado como o grande - voltando à sua primeira pergunta - problema da minha administração: a falta de fluência, a falta de um fluxo correto de informações da PETROBRÁS para o Ministério da Economia e um problema tarifário. Esse foi um pano de fundo.

No meu entender, a minha saída da PETROBRÁS deve-se ao fato de eu ter contrariado interesses que não atendiam aos da empresa para a qual eu trabalhava. A uma empresa de capital aberto, aos seus acionistas, não interessava o que me era proposto e, vale ressaltar, o acionista majoritário da empresa é o Estado.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Haveria algum fato que o senhor poderia identificar demonstrando que essa discordância com o Senhor Paulo César Faria determinou até certo ponto a sua saída, alguma conversa, alguma informação?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu tive uns sinais. Um jornal do Rio de Janeiro colocou na manchete que eu tinha apresentado a minha carta de demissão. Comecei a ver insinuações na imprensa de que isso estava ocorrendo e tive informações de que as minhas atitudes estavam me colocando em situação de oposição aos interesses de pessoas ligadas ao Governo.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor afirma, em sua entrevista à Veja, ter recebido solicitação do Sr. Cláudio Vieira para contratos de publicidade a empresas da preferência dele. Ele falava em nome de quem? Quais eram as contratações? Quais eram as empresas? Que critérios foram aplicados para a distribuição dessa publicidade: aqueles já vigentes na PETROBRÁS ou novos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quando assumi, a PETROBRÁS tinha contratos de publicidade assinados com várias empresas do ramo. O Secretário Cláudio Vieira ficou responsável pela reestruturação da fórmula de contratação de empresas de publicidade. Portanto, a PETROBRÁS recebeu uma solicitação para que, num primeiro momento, fossem suspensos todos os contratos de prestação de serviços de publicidade e, posteriormente, que se aproximasse de outras empresas de publicidade para que se fizesse novas contratações.

Pedi, então, que essas normas de substituição, digamos assim, de empresas de publicidade viessem expressamente do gabinete do Sr. Cláudio Vieira. E isso foi feito.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Vieram escritas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vieram escritas. Mandamos uma espécie de questionário de dúvidas que tínhamos e, na margem, veio a explicação, o despacho, que não me recordo se foi do próprio Secretário ou de alguém do seu gabinete.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - O senhor se lembra se esses preços cobrados por essas novas empresas indicadas foram os preços de mercado da época ou se estavam abaixo ou acima?

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA DA VEIGA - Não sei dizer a V. Exa. não.

Sr. Relator, se V. Exa. me permite, gostaria de ressaltar que a contratação da PETROBRÁS pode ser feita por licitação ou sem licitação. A licitação só é obrigada a partir de um determinado valor. Existem licitações que são obrigatórias, mesmo envolvendo baixos valores, mas as empresas de publicidade não se inserem na lista...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - No IVC (Índice de Vendas de Circulação).

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA DA VEIGA - Não se inserem na obrigatoriedade de abertura de licitação.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Após a sua saída da PETROBRÁS, foram instaladas sindicâncias sobre essas questões?

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA VEIGA - Eu soube, pelos jornais, que foi instalada uma sindicância a respeito do chamado caso VASP. Não sei o resultado dessa sindicância. A VASP acabou fazendo um contrato com a PETROBRÁS em condições diversas daquelas que me foram propostas. Sei que, com a finalidade de me retaliar, foram enviadas equipes à PETROBRÁS para levantar toda a minha administração. Aparentemente, nada foi encontrado, porque senão, parece-me, deveria quem de direito ter a obrigação de tomar as medidas cabíveis, necessárias para que eu fosse, de certa forma, punido por essas medidas ou por certas atitudes que não atendessem a um interesse imediato da empresa.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, no momento estou satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado José Dirceu, do PT, de São Paulo.

Quero informar aos Srs. Deputados que se inscreveram antes do Deputado José Dirceu que houve uma inversão: S. Exa. fez uma permuta com o Senador Antônio Mariz, Deputado Odacir Klein e o Deputado José Múcio Monteiro, em virtude da emergência de sua viagem a São Paulo para cuidar de assuntos de interesse que ele, inclusive, já citou nessa reunião.

Com a palavra o Deputado José Dirceu. O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Motta Veiga:

Gostaria de solicitar ao senhor que confirmasse se o telefonema do Embaixador Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República, ao Presidente da PETROBRÁS está dentro das normas e dos procedimentos do Governo. Isso era usual?

O Embaixador Marcos Coimbra argumenta que cuidava de vários assuntos do Governo e dá a entender que o fazia em vários Ministérios e empresas estatais.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, queria protestar. O Embaixador Marcos Coimbra não depôs, não pode ser citado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Deputado José Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Estou me reportando a entrevistas que não foram desmentidas pelo Embaixador Marcos Coimbra.

Sr. Presidente, V.Exa. sabe que eu propus que o Embaixador depusesse primeiro. Acatei de maneira pacífica a decisão soberana da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Quero esclarecer que, num primeiro momento, V.Exa. me pediu pessoalmente que depusesse primeiro o



Sr. Luís Octávio da Motta Veiga.

Com a palavra V.Exa., para continuar as suas perguntas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Foi uma questão de agenda do Dr. Motta Veiga.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não vou discutir o mérito.

Continua com a palavra V.Exa.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Dr. Motta Veiga, o Embaixador Marcos Coimbra telefonou quantas vezes para o senhor para tratar da questão VASP-PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Uma vez.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Ele falava em Planalto, em Governo ou no Presidente da República como interessado numa solução para o caso VASP-PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Governo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Era usual esse procedimento na administração pública quando o senhor fazia parte dela e presidia a PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu, durante o tempo em que presidi a PETROBRÁS, tive uns quatro ou cinco despachos com o Embaixador Marcos Coimbra. Foi a primeira vez que ele me ligou.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O senhor tem conhecimento do depoimento que o Dr. Paulo César Farias prestou à Polícia Federal? Conforme os autos, diz:

"De certa feita, quando Luís Octávio se encontrava na Presidência da PETROBRÁS, o declarante, de fato, o procurou para interceder politicamente em favor de um amigo de longa data, Wagner Canhedo, cujo grupo empresarial tinha ganho o leilão de privatização da VASP."



Esse é o texto xerocopiado do depoimento que reconhece que a intervenção feita foi política. Foi por essa razão que o senhor rejeitou a intervenção do Dr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não aceitei intervenção porque entendo - a não ser que fosse interessante para a empresa - que poderia interceder quem fosse que não seria aprovado. Aí, prefiro sair.

O SR. JOSÉ DIRCEU - O Dr. Paulo César Farias chegou, inclusive, a visitar a PETROBRÁS para interceder...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele esteve umas quatro ou cinco vezes comigo no escritório.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Fora os telefonemas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Fora os dezessete telefonemas.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Esteve quatro ou cinco vezes.

O senhor disse que durante a permanência de V.Sa. na Presidência da PETROBRÁS foi procurado por quatro representantes do esquema PC: Paulo César Farias, Pedro Paulo Leoni, Sérgio Rocha e Cláudio Vieira. O senhor confirma essa declaração?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Confirmo.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, já foram ouvidos o Sr. Cláudio Vieira; já está requerido para depor o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos; desejo, também, que o Sr. Sérgio Rocha seja ouvido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O senhor tem conhecimento que a Shell recusou garantia de hipoteca de aviões da VASP e exigiu propriedades do Grupo Canhedo para realizar o empréstimo dito como similar ao que fora proposto à PETROBRÁS, Dr. Motta Veiga?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sobre isso gostaria de dizer que o Presidente da República, numa entrevista publicada ontem na revista IstoÉ, atribui à minha falta de tino comercial o não-fechamento do contrato da VASP com a PETROBRÁS. Ele até cita aqui: "O cliente tem sempre razão". Creio que o cliente tem sempre razão, contanto que não prejudique a empresa que paga o meu salário.

A Shell do Brasil, que fez um contrato posteriormente com a VASP, em condições muito melhores das que foram oferecidas à PETROBRÁS, lamenta até hoje ter feito essa operação.

Há uma publicação chamada "Ciclo de Palestras", editada pela gerência de desenvolvimento organizacional, Gerência de Relações com Empregados da Shell Brasil, de autoria do Sr. Omar Carneiro da Cunha, na época vice-Presidente da Divisão Petróleo e hoje Presidente da Shell-Brasil, onde ele diz, à página 15, o seguinte:

"Em 1990, todos os negócios da empresa fecharam com resultado positivo, tanto em nível de lucro, como de geração de caixa. Todos, com exceção da aviação, em que fizemos um financiamento para a VASP, não programado, e, se não o tivéssemos feito, hoje estaríamos com uma posição positiva."

Quero lembrar que o negócio proposto pela VASP à Shell foi muito melhor do que o proposto à PETROBRÁS. Se eles tiveram prejuízo, se a Shell teve prejuízo, imaginem qual seria o prejuízo da PETROBRÁS! Inclusive, caberia, a quem interessar, ver essas condições, comparar com a Shell um impacto disso no resultado da PETROBRÁS.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, requeiro que a Comissão Parlamentar de Inquérito solicite, tanto da PETROBRÁS, quanto da Shell, as condições dos contratos e a situação atual, porque depois foi feito um contrato da VASP com a PETROBRÁS. E a informação da imprensa é a de



que este não vem sendo cumprido e que, inclusive, a retirada de combustível, em dois meses, já cumpria, na verdade, a quota dos cinco anos, dos 36 meses que a VASP teria que cumprir. Pelo ritmo, até junho do mesmo ano, nos meses de abril e maio toda a quota prevista foi utilizada, o que mostra que foi, assim mesmo, altamente lesivo à PETROBRÁS o segundo contrato.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado José Dirceu, a Presidência informa a V.Exa. que o contrato com a PETROBRÁS já se encontra na CPI e já tem cópia.

O SR. JOSÉ DIRCEU - V.Exa. ofereceu cópia para nós, mas estou pedindo o relatório da PETROBRÁS de como foi a evolução da entrega do combustível e do pagamento. Porque, a notícia que se tem é que a VASP não está fazendo os pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Então, não basta o contrato. É o relatório do fluxo de saída de mercadorias...

O SR. JOSÉ DIRCEU - Exatamente. O controle de execução do contrato.

Dr. Motta Veiga, a VASP já estava privatizada quando o Dr. Wagner Canhedo iniciou os contatos com a BR Distribuidora? Porque as informações que temos é que, tanto na rolagem do empréstimo com o Banco do Brasil, quanto no pedido de empréstimo à PETROBRÁS, não havia ainda o processo de privatização da VASP sido concluído.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não havia.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Então, na verdade, isso é um agravante, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares. Na verdade, o Sr. Wagner Canhedo e o Sr. Paulo César Farias estavam intermediando uma empresa estatal do Governo de São Paulo junto ao Banco do Brasil. Eu afirmo. E no caso da PETROBRÁS, o Dr. Motta Veiga afirma: "empréstimos de uma empresa ainda



estatal." O que considero um agravante!

Dr. Motta Veiga, V.Sa. tem conhecimento de que o Dr. Paulo César Farias reiterou nesta Comissão, com várias expressões, que tinha feito essa intermediação, tinha procurado traficar influência, na minha afirmação, junto à PETROBRÁS. V.Sa. considera o comportamento do Embaixador Marcos Coimbra administrativo, governamental, ou uma interferência indevida do Secretário-Geral da Presidência da República junto à Presidência da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Confesso que fiquei extremamente surpreso com o telefonema do Embaixador Marcos Coimbra. Como falei, eu tinha alguns contatos com o Embaixador antes dessa ligação, contatos funcionais, no gabinete do Embaixador, e todos foram muito cordiais ao tratarem de assuntos vários, inclusive de uma visita do Presidente da República a uma plataforma da PETROBRÁS. E confesso da minha surpresa ao receber o telefonema para tratar de um assunto que vinha sendo tratado pelo Sr. Paulo César Farias.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Faço essa pergunta, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Motta Veiga, porque considero que a própria afirmação do Embaixador Marcos Coimbra... o que quero dizer é que havia interesse do Governo, isso sim - é preciso esclarecer -, que o programa de privatização é prioridade do Governo. Em ambas situações, houve uma tentativa de tráfico de influência, eu afirmo, ou uma tentativa político-administrativa, o que é grave, porque a VASP não era uma empresa privatizada - quero confirmar isso novamente, que não entendo como o Embaixador Marcos Coimbra não sabia dessa questão, o que revela uma contradição nas afirmações do Embaixador Marcos Coimbra. E revela, no meu entender, que ele buscava traficar influências junto à PETROBRÁS.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Deputado, deixe-me fazer uma correção. Talvez não tenha me explicado bem.

Quando o Embaixador Marcos Coimbra me ligou, a VASP já era privatizada, já havia sido privatizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para concluir, Deputado Dirceu.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Agradeço o esclarecimento, a bem da verdade. Não devemos nos afastar da objetividade e da verdade administrativa e política que tem o caso.

Dr. Motta Veiga, para concluir a minha parte, o senhor realmente possui, como a imprensa afirmou, um diário que pode comprovar as afirmações de V.Sa. ou apenas os registros de secretaria, os registros legais da empresa que o senhor presidia à época? O senhor tem documentos a apresentar a essa Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Tenho alguns documentos, inclusive já os apresentei ao Sr. Relator, especificamente, sobre esse caso do Irã, e sobre a nota que enviei ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre essa contratação.

Diário não é exatamente a palavra. Foi a palavra que a imprensa usou. Tenho minha agenda pessoal; anotações minhas, feitas durante esse período, a minha vida toda eu as faço para não ter que guardar de memória tudo o que se passa comigo.

Diário não seria a palavra correta; talvez seja uma agenda onde tive o cuidado, juntamente com apontamentos formais, no caso específico da Secretaria da Presidência da PETROBRÁS, dados que hoje me permito em vir aqui e apresentar aos Srs. o meu depoimento, a minha contribuição para a elucidação da verdade.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

112

656



O SR. JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, solicitaria do Dr. Motta Veiga se considerasse e apresentasse à Comissão Parlamentar de Inquérito as partes desse diário que dizem respeito ao contrato VASP-PETROBRÁS e a participação do Sr. Paulo César Farias e do Embaixador Marcos Coimbra no caso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V. Sa. tem condições de apresentar?

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu deixei ...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A testemunha irá responder se é possível ou não.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Eu deixei a critério do Dr. Motta Veiga, porque evidentemente, preserva a privacidade e a intimidade de S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Dr. Motta Veiga, V. Sa. tem condições de encaminhar à CPI cópia desse relato?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Agradeço a sua preocupação e o seu apelo a minha vida privada.

Volto a dizer, Deputado, não é um diário, são anotações que faço e quero até revelar uma coisa engraçada. Anoto em blocos. Os blocos estão tomando um certo volume. Não sei o que poderia estar omitindo. Para vir aqui me preparei bastante. Procurei ver tudo o que tenho; tudo que anotei, tudo que posso trazer para esclarecer a verdade.

Confesso e digo abertamente não tenho um livro branco para entregar e ser examinado. Em qualquer dúvida, alguma coisa obscura, alguma coisa que não tenha sido explicitada, estou pronto a explicar.

O SR. JOSÉ DIRCEU - Dou-me por satisfeito com a explicação do Dr. Motta Veiga e retiro, evidentemente, o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Senador Maurício Corrêa.



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Motta Veiga, o senhor deu o telefone de Nova Iorque para o Embaixador Marcos Coimbra ou para o Paulo César?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu dei o telefone para o Embaixador Marcos Coimbra; dei o nome do hotel.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Quem ligou para o senhor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi o Sr. Paulo César

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Utilizando-se do telefone que o senhor deu ao Embaixador.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Imagino que utilizando-se da informação que dei ao Embaixador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Serei breve, Dr. Motta Veiga, confesso a V. Sa. que fiquei admirado da precisão dessa sua entrevista prestada à VEJA.

Esse tópico aqui me parece de transcendental importância. A VEJA perguntou ao senhor: "Caso Paulo César Farias seja crucificado terá sido feita justiça?"

O senhor respondeu: "Só Paulo César Farias?"

VEJA - "Só."

MOTTA VEIGA - "Creio que não, ficará faltando quem lhe deu poder para fazer o que fez."

VEJA - "Como se chama a fonte do poder de Paulo César Farias?"

MOTTA VEIGA - "A mim ele disse que se chamava Fernando Collor de Mello." E segue o que não interessa mais.

O Relator, Senador Amir Lando, já fez essa pergunta e V.Sa. respondeu. Desejo saber se o senhor fez essa afirmação em decorrência do que disse ao senhor o Paulo César, ou se o senhor teria informações complementares acerca da precisão desse texto?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. A precisão do texto é porque eu justamente relato o que se passou. A mim foi dito isso. Se alguém mentiu ou se alguém usou indevidamente o nome do Presidente da República - eu estou sendo processado, há uma interpelação judicial - acho que caberia a quem usou e não a quem acusou o uso e o abuso do nome do Presidente.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - E essa afirmação do Paulo César para o senhor foi testemunhada por alguém, ou não?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não foi testemunhada por ninguém, que eu saiba.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor tem a cópia das informações prestadas a essa interpelação, ou a essas interpelações aqui?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Fui citado hoje, pela manhã, e tenho quarenta e oito horas para responder. A minha resposta - posso dizer ao senhor - é no sentido de que não vou responder à interpelação.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor foi notificado aqui?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Aqui em Brasília.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Mas aqui na sede do Congresso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. No meu hotel.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Quer dizer que com relação a essa afirmação sua, o senhor obteve essa precisão, quer dizer, essa afirmativa foi do Paulo César?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi do Paulo César.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor não tem, repito, informação paralela de outrem acerca disso, que o poder passaria do Presidente Collor para ele?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor recebeu dezessete telefonemas do Paulo César e quatro...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Visitas.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Visitas. O senhor interpreta que, em face disso, e tendo em vista essa resposta que o senhor deu aqui, que esse poder agora fora do Paulo César tem realmente origem no Presidente da República?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não posso falar além do que eu sei. O que eu sei é o que ele disse; o que eu sei é o que eu o vi fazer. relatei isso na entrevista à **Veja** e estou tentando relatar aqui a V. Exas. de uma forma até mais sucinta. Impressionou-me muito, sempre me impressionou, como eu falei, inclusive, respondendo a uma pergunta do Sr. Relator, a forma como ele próprio transitava - está claro na imprensa: os bilhetes, os avisos, as audiências - pelos gabinetes da Presidência. O que eu sei, o que eu presenciei, o que posso testemunhar é o que está claramente, como diz o senhor, precisamente, nesse texto da entrevista que dei à **Veja**.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor tem consciência, não está preocupado com interpelação ou com processo, porque o senhor reproduziu exatamente aquilo que ouviu. O senhor tem consciência absoluta disso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absoluta.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Afirma isso perante a sociedade brasileira, perante o Congresso, sem nenhum risco?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem nenhum risco.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O Paulo César falou que o seu poder era originário do Presidente Fernando Collor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A mim ele disse isso.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Dr. Motta Veiga, o senhor já foi empregado da Anglo-América?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Ainda mantém ligações com ela? O senhor se desligou há muito tempo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Desliguei-me no começo do ano de 1990.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - O senhor defendia a privatização da PETROBRÁS quando estava lá? Qual é a sua posição acerca do assunto?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A minha posição com relação à privatização da PETROBRÁS é a de que antes de falar da privatização, é importante falar do monopólio. Acho que o monopólio da PETROBRÁS, hoje, causa um mal maior à PETROBRÁS do que um benefício. Acho que a PETROBRÁS hoje sofre por ter esse monopólio; ela é obrigada a fazer certas coisas, até anti-econômicas, e sofre influências do gênero, ou tentativas de influências, como eu sofri, por ser monopólio e por ser estatal. Uma fórmula em que se reveja essa história do monopólio e se reveja a proposta de privatização de alguns setores é absolutamente viável e absolutamente discutível e deve ser discutida pela sociedade brasileira.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Inclusive com relação à proposta do Governo? O senhor conhece a do Emendação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não conheço.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Era apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Maurício Corrêa.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Pela ordem. Gostaria de um esclarecimento.



Quando o Senador Maurício Corrêa perguntou ao depoente se era do seu conhecimento que o Presidente Fernando Collor de Mello estaria envolvido em intermediação, também, o Sr. Luís Octávio da Motta Veiga fez um sinal negativo com a cabeça que não ficou gravado.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Transformo esses embargos declaratórios em pergunta para o senhor responder.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - V.Exa. poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA - Perguntei se, em decorrência daquela afirmação do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, das 17 vezes em que ele foi lá, das quatro vezes que ele se comunicou, avistou-se com o senhor, pessoalmente, no telefonema dado para Nova Iorque, o senhor infere daí, por conclusão pessoal sua, que, realmente, o Presidente da República delegou - é uma questão subjetiva - esse poder ao Sr. Paulo César Cavalcante Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Volto a dizer, falo do que sei. Não posso falar do que não sei e creio que não é hora de falar do que suponho que seja.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Maurício Corrêa.

Com a palavra o Relator, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Apenas uma pergunta. Ele o visitou quatro vezes; mas para almoço foi apenas uma, ou jantar?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi um encontro e um jantar; apenas um.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Mas houve mais dois encontros.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Por favor, repita os encontros no microfone.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Além desse almoço e desse jantar, houve mais dois encontros.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Senador do PMDB, Antônio Mariz.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - V. Sa. declarou que trabalha para um empresa de comercialização de café em Londres. É empresa brasileira, inglesa ou estrangeira?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É empresa inglesa.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Ela tem transações com o Governo brasileiro? Há alguma inter-relação entre a empresa e a política governamental e a exportação de café?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não tem. A empresa controladora chegou a ter durante uma certa época, mas a empresa em que trabalho, não.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Respondendo ao Relator, V.Sa. declarou que havia sido convidado para a PETROBRÁS pelo Ministro Ozires Silva. Inicialmente, teria sido cogitado para a Secretaria Nacional de Transportes.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim, senhor.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - O convite do Ministro Ozires Silva decorria do conhecimento direto com V.Sa. ou, por sua vez, era o resultado de indicações ou de sugestões de outras pessoas vinculadas ao sistema de Governo que se instalava?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Antes de responder a essa pergunta, omiti algo que me veio à memória agora e que, a meu ver, é importante contar.

Participei de várias reuniões durante os primeiros dias de janeiro com a equipe econômica da ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello.



Por volta do dia 16 ou 17 de janeiro, houve uma reunião no "Bolo de Noiva" com o Presidente da República em que foram enumerados, citados alguns aspectos ou dados básicos do que seria o programa econômico de Governo. A partir daquele dia, inclusive fiz declaração à imprensa, que foi publicado na **Gazeta Mercantil**, no dia 17 de janeiro, e disse que ali teria acabado a minha participação, a minha colaboração com o Presidente Fernando Collor de Mello.

Tirei férias e viajei para o exterior. Quando voltei, fui procurado pela ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello que me convidou para assumir a Secretaria da Fazenda Nacional, que compreende o Serviço de Patrimônio da União, a Receita Federal e o Tesouro Nacional. Disse-lhe que não tinha intenção de aceitar o cargo e que, de fato, havia terminado a minha participação.

Posteriormente, fui convidado para ir ao "Bolo de Noiva" e tive, então, essa conversa com o Ministro Ozires Silva. Posso depreender e sei que a Ministra Zélia foi consultada quando da minha indicação e da sugestão do meu nome para a Presidência da PETROBRÁS ou a sugestão do meu nome na inclusão das pessoas que estavam sendo recrutadas para participar do Governo.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Portanto, reiterando também a pergunta anterior, o círculo que depois se convencionou chamar de a "República de Alagoas" não teve praticamente nenhuma interferência na indicação de V.S^a. para a PETROBRÁS.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não acredito.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Há um compromisso público do Governo Federal de destruir o monopólio estatal de petróleo. A sua nomeação tem vínculo com isso?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

660

Secretário



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acredito que não. Não acho que a destruição do monopólio estatal vai resolver rigorosamente nada. Acho que tem que se discutir uma política energética no Brasil e ver, por exemplo, que o monopólio estatal do petróleo compreende uma série de atividades na área petrolífera, que até para privatizar hoje fica difícil. Também não é justo que se privatize o filé mignon e se guarde na mão do Estado aquilo que hoje não poderia ser privatizado. De forma que não acho que seja solução, porque não é minha opinião, a destruição do monopólio estatal do petróleo, puro e simplesmente. Acho que se tem de discutir uma política energética mais ampla, e a inserção da PETROBRÁS nisso é fundamental que seja estudada. Além disso, há possibilidade de outras empresas participarem na área de derivados de petróleo em sistema de livre concorrência e sem monopólio tanto na importação quanto no refino.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Embora essas questões não digam respeito diretamente ao tema da audiência de V.S^a., acho que seria oportuno perguntar por que seria de se supor que a livre concorrência se interessasse pela produção de petróleo, quando há super produção de petróleo no mundo? O que o leva a supor que a quebra do monopólio pudesse conduzir o Brasil à auto-suficiência, por exemplo, tão necessária como ficou demonstrado por ocasião da guerra do Golfo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não acho primeiro que a auto-suficiência seja uma meta a ser atingida, a não ser que ela seja economicamente rentável. Auto-suficiência no Brasil pode até ser atingida, mas vai custar muito caro. Então, nem sei se é meta razoável, hoje, como algo a ser estabelecido como meta para a PETROBRÁS. Acho que por outro lado V. Ex^a. tem razão. Há uma oferta exagerada do ponto de vista do produtor de petróleo derivado de petróleo. Nem por isso



deixaram de suscitar interesse as áreas que foram licitadas pela empresa estatal Argentina há aproximadamente seis meses. Essas empresas de petróleo tomam os espaços estrategicamente, de forma que uma bacia como a brasileira poderia suscitar interesse das empresas estrangeiras. Sem dúvida, o momento é de uma oferta excessiva, e ter-se-ia que ver o momento certo para se fazer.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - V. S^a se referiu à perda de quadros especializados da PETROBRÁS. A que se deveria essa perda de quadros?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que se deve a um desestímulo muito grande em função da falta de perspectiva empresarial, falta de definição clara do papel da PETROBRÁS na matriz energética do País; acho que se deve a uma instabilidade administrativa que cerca a alta administração da empresa, a alta direção da empresa, que troca com uma certa freqüência, e ao não recrutamento. As pessoas estão saindo, até lideranças históricas da PETROBRÁS estão deixando seus cargos sem que surjam novos técnicos competentes, capazes, para que a empresa continue e possa ter um papel importante na história do Brasil que ela sempre teve.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Por ocasião do seu afastamento da Presidência da PETROBRÁS, V.S^a. foi acusado de insubordinação, entre outras acusações. Ora, insubordinação supõe a legitimidade de ordem desobedecida. Como V. S^a. interpreta essa acusação partida de fontes do Governo? A sua insubordinação seria ordem recebida de quem?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Devo dizer que a versão oficial era insubordinação à Ministra Zélia; que eu teria me insubordinado à política tarifária estabelecida para a PETROBRÁS pela Ministra Zélia Cardoso de Mello.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Não teria relação com a VASP?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É o que digo para V. Ex^a: existe a estória oficial e a contada. A oficial, a encampada pelo Governo, era que eu teria me insubordinado às determinações da pessoa responsável pela condução da política econômica do Governo, e haveria uma insuficiência de informações da parte da PETROBRÁS para o Ministério da Economia averiguar, com clareza, os pedidos de aumento de preços que eu vinha fazendo.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Numa das respostas de V. S^a. ao Relator houve referência a conversações do Sr. Paulo Cesar Farias na PETROBRÁS com V. S^a., e que ele teria justificado interesse dele em interferir junto a concorrências, junto a decisões da Petrobras pela necessidade de tocar campanhas políticas (V. Ex^a fez referência a essa expressão). O que vem a ser isso? Qual o sentido dessa declaração, no seu modo de ver, do Sr. Paulo Cesar Farias? Ele invocou a sua participação em decisões que favoreciam a formação de caixinhas que permitiriam futuramente "tocar campanhas políticas"? Seria esse o sentido da sua afirmação?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É esse o sentido que eu queria dar.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Ele chegou a dizer a V. S^a que uma das razões da sua interferência seria essa: montar esquemas de financiamento em campanhas futuras?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exatamente.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - V. S^a. referiu-se ao fato de ter despachos formais com o embaixador Marcos Coimbra. E assinalou, parece-me que com muita propriedade - a surpresa com que recebeu o telefonema sobre o empréstimo na VASP, o que extrapolaria as relações de Governo entre a PETROBRÁS e a Secretaria-Geral da Presidência da República.



Que tipos de despachos teria o Presidente da PETROBRÁS com o Secretário-Geral da República? Existia algum relacionamento funcional, alguma delimitação de área de competência da Secretaria para tratar dos assuntos da PETROBRÁS?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, essas entrevistas que tive com o embaixador Marcos Coimbra basicamente foram para tratar de uma viagem do Presidente a uma das plataformas da PETROBRÁS e ele era a pessoa a quem eu devia me dirigir para elaboração. Uma viagem dessa é sempre complicada e exige um certo trabalho; era ele e o Agenor. E o meu contato com ele foi basicamente para tentar fazer esses acertos para que pudesse ter sucesso a visita do Presidente à plataforma.

O SR. ANTÔNIO MARIZ- Portanto, não eram relações habituais nem propriamente funcionais, mas decorrentes de uma situação específica?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não tinha relação funcional com o embaixador Marcos Coimbra. A minha relação funcional, no primeiro escalão do Governo Federal, seria com o Ministro Ozires Silva.

O SR. ANTÔNIO MARIZ- V. S^a referiu-se às suas anotações pessoais, aos blocos que costuma guardar e que registram suas atividades diárias. A imprensa noticiou que a Presidência da PETROBRÁS estaria equipada de instrumental apropriado à gravação entrevistas e conversas telefônicas porventura mantidas pelo Presidente da Empresa. Isso é verdade? Existem essas gravações?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A possibilidade de gravar existe e devo deixar claro, não só ligações das quais estamos falando aqui, como qualquer outra ligação que o Presidente da PETROBRÁS faça.

Se as gravações existem, não sei; podem existir; devo dizer que a menção às gravações nunca foi feita por mim. Nunca declarei a jorna-



lista algum que tinha feito gravações. Mas as gravações podem existir; existe um sistema muito sofisticado de gravação que pode ser acionado por mim ou por alguém do sistema de segurança da PETROBRÁS sem que eu mesmo saiba.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Portanto, as gravações podem existir independente do conhecimento do próprio Presidente da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Independente do próprio Presidente da PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Antônio Mariz, para concluir.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Pois não. V. Sa. tem alguma indicação de que a transação finalmente feita pela VASP com a Shell, ainda que se tratando de uma empresa privada, pudesse igualmente ter sido objeto de intercessão oficial?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei. Depois que saí da PETROBRÁS, sei que no caso da PETROBRÁS, foi feita uma outra proposta com juros um pouco melhores e alteração de alguma coisa em termos de prazo e valor. Ao da Shell, confesso que não tenho conhecimento, dados precisos sobre a forma e o conteúdo da contratação.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Para concluir, Sr. Presidente: no telefonema dado pelo Embaixador Marcos Coimbra, ele revelou preocupação com o processo de privatização em termos de uma política geral do Governo ou nenhuma referência foi feita a isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nenhuma referência foi feita a isso.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Gostaria que V.Sa., se possível, reitere o que parece ser uma inferência das declarações já feitas em resposta a perguntas anteriores: a sua demissão, se pode-se dizer as-



sim, o seu afastamento da presidência da PETROBRÁS é uma decorrência da "insubordinação" de V. Sa. no sentido de não aceitar as sugestões de intermediação do Sr. PC Farias e do Embaixador Marcos Coimbra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Um segundo, queria responder ao senhor, mas quero ver se acho...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Ele vai consultar umas anotações.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu só posso atribuir essa insubordinação como uma atitude minha de não aceitação da política econômica do Governo, de controle de tarifas de combustíveis abaixo dos valores reais. Devo dizer que me surpreende a alegação de que essa é a razão da minha saída, porque fui alvo de um elogio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no dia 3 de julho de 1990, aos editores dos principais jornais do País, quando o Presidente Collor afirmou textualmente - estou citando um texto que está em todos os jornais:

"Você vê a PETROBRÁS, seu presidente é um jovem de excepcional qualidade, que foi da CVM, que é o Motta Veiga, atuante, moderno, que vem se conduzindo com muita competência e a toda a Diretoria de profissionais da própria PETROBRÁS."

Então, não posso imaginar o que eu tenha feito, do dia 3 de julho até o começo do mês de outubro, para que isso mudasse substancialmente. De forma que, reservo para mim as dúvidas quanto à exatidão das



razões que foram dadas para a minha saída. Confesso que a minha discussão com a Ministra Zélia sobre problemas tarifários fosse realmente a razão da minha saída.

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Encerro as minhas indagações, Sr. Presidente, e em face da informação relativa às relações que podem existir na PETROBRÁS, requeiro a V. Exa. que dirija à PETROBRÁS requerimento no sentido de obter essas relações, se existirem, nos termos do que foi dito.

O SR. ODACIR SOARES - O depoente confirma que existe ou não?

O SR. ANTÔNIO MARIZ - Não confirma.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado nobre Senador Antônio Mariz.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Múcio.

Aviso aos Srs. Parlamentares que as perguntas repetidas serão desclassificadas e pedirei ao depoente para não responder mais.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Quanto tempo o senhor passou na Presidência da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - De março a outubro de 1990.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Seis meses?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Oito.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Dr. Motta, é usual que as empresas distribuidoras de combustível financiem a compra de combustível para os grandes clientes e concedam empréstimos ao mesmo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É usual, dependendo das condições desse empréstimo e das perguntas que são feitas.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - As condições são com juro negativados?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Depende do volume, da prioridade, ou seja, se alguém vai montar um posto em uma área em que a Shell, a PETROBRÁS, a Texaco têm interesse vital, ela vai dar condições fantásticas para que a pessoa possa montar esse posto.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Onde foi que houve a divergência no contato do caso Vasp com a PETROBRÁS? Foi no prazo, no volume de combustível, volume de dinheiro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que foram várias as divergências. A primeira delas com relação à história da VASP com a PETROBRÁS, que não era muito feliz. A segunda foi em relação às condições financeiras dessa operação.

Uma coisa que, como falou o Deputado José Dirceu, acho muito importante que se verifique é o andamento desse contrato, a performance, o desempenho desse contrato hoje. Acho que ficou também muito claro para mim que uma operação, a níveis de juros como os propostos, da escala que era, também era abaixo do que esperávamos, não era uma coisa interessante, o Departamento Comercial da PETROBRÁS não julgou como sendo interessante. A prova disso, de certa forma, é que foi proposta uma operação em condições muito melhores para a Shell e o Presidente da Mesma hoje diz que a razão do prejuízo do Departamento de Aviação da empresa é a operação da Vasp.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Fica um pouco fora da minha pergunta e é só uma observação.

Li a matéria do **Globo** hoje, que é extremamente favorável ao senhor, mas a operação com a Shell foi feita em 1990 e o perfil da dívida é por cinco anos. O senhor não acha que foi precipitada a declaração do Presidente, no próprio ano de 1990, dizer que o prejuízo da empresa foi nos primeiros três meses, um contrato de cinco anos. O se-



nhor não acha que houve uma certa precipitação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vou responder. Não me refiro à matéria, o papel que tenho aqui é um opúsculo que foi publicado pela Shell, não tive acesso à matéria.

A Shell tem condições hoje de ver se vai ter prejuízo ou não.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Isso foi feito no exercício de 1990.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - De 1991.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Bom, mas o perfil era por cinco anos. De maneira que, acho que ele se precipitou quando disse logo no primeiro...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ou ele se precipitou ou suas condições são tão ruins que já dá para dizer que vai ter prejuízo.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Na sua gestão o senhor fez algum contrato em condições mais favoráveis do que o que a VASP propunha ou com juro negativos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não fiz contrato nenhum em condições melhores. A PETROBRÁS Distribuidora pode ser, de acordo com o que lhe falei antes, pode ter feito algum contrato. A PETROBRÁS Distribuidora fornece combustíveis no alto Amazonas, e para termos um posto de gasolina ou de diesel ou se dá condições excepcionais ou não se tem esse posto.

Então, acredito que possa ter, durante o meu mandato, como Presidente da PETROBRÁS, a PETROBRÁS Distribuidora ter dado condições melhores do que foram oferecidas à VASP, não certamente em contratos envolvendo volumes de dinheiro e combustível como o da Vasp.



O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Em setembro foi firmado um contrato pela PETROBRÁS Distribuidora com o Grupo Constantino Oliveira, de Brasília, em que as condições de metade do contrato é de metade da TR mais 1%, ou seja, juro absolutamente negativo. Isso foi feito na sua gestão, pela BR Distribuidora para um grupo de Brasília, Grupo Constantino de Oliveira, contrato esse feito com metade da TR mais 1% ano.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Pergunto ao senhor o seguinte: O Grupo Constantino devia alguma coisa à PETROBRÁS?

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Não sei.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Pois então o senhor está falando de dois tipos de credores: Um devedor pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - O senhor não pode perguntar, Dr. Motta..

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Estou pedindo só para o senhor confirmar.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Ele pode pedir um esclarecimento para responder, dentro do compromisso, que prestou a essa CPI...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Ele perguntou, Deputado Miro Teixeira. Ele pode pedir esclarecimentos se achar necessário. Mas a pergunta não vou permitir.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Ele poderia não saber de cor se era devedor ou não.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado José Múcio Monteiro.



O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Presidente, vou terminar, porque esse assunto VASP está extremamente repetitivo.

O Secretário, Embaixador Marcos Coimbra, costumava telefonar ao senhor com frequência, ou só deu esse telefonema sobre o caso VASP?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Essa pergunta já foi respondida.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Então, farei a última pergunta.

O senhor, como Presidente da PETROBRÁS, esteve alguma vez com o Presidente da República?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Estive umas três ou quatro vezes.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Em algum desses encontros Sua Excelência fez algum pedido para alguém ou para alguma empresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Vasconcellos, do PRN.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Sr. Motta Veiga, após sua saída da PETROBRÁS, a nova gestão pleiteou e obteve renegociação dos contratos que V.S^a firmou para a compra de petróleo, tentando rever os preços, e tendo conseguido nessa revisão, com vigência a partir de 1º/11/90, revisão substantiva. Pela revisão foram conseguidas reduções de 60 centavos de dólar no preço do barril iraniano leve, e de 1 dólar e 22 centavos no preço do iraniano pesado. Refiro-me àqueles contratos que V.Sa., ao mudar o perfil das compras, fez com o Irã. Há estimativas que dão conta que, até março de 1991, a PETROBRÁS teria economizado cerca de 30 milhões de dólares com essas renegociações. Isso ocorreu na gestão do Sr. Eduardo Teixeira.



O senhor não considera essa renegociação que reduziu o preço um forte indício de que os preços dos contratos que o senhor assinou estavam elevados e desalinhados com o mercado? O senhor não considera, também, que o Sr. Eduardo Teixeira terá sido mais competente do que V.S^a, provocando essa economia, para a PETROBRÁS, de 30 milhões de dólares?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida, com a renegociação dos contratos do Irã, houve uma baixa no preço. Quer dizer, houve uma redução dos preços praticados pela NIOC em relação à PETROBRÁS. Devo dizer, também, que o momento era outro. O momento era outro, as circunstâncias eram outras, havia uma discussão e a guerra já tinha mostrado os seus efeitos. Vale ressaltar que, nos primeiros dias da guerra, os preços do petróleo despencaram no mundo todo. Houve uma modificação expressiva em todo o mercado, em todos os preços praticados não só no petróleo do Golfo Pérsico, o que foi uma surpresa para todos, como no petróleo fora do risco de guerra.

Podemos atribuir, sem dúvida, à competência do Presidente da época o oportunismo em fazer essa mudança. Agora, a nossa negociação - a primeira - foi conduzida dentro dos parâmetros. Se for colocada dentro dos parâmetros toda a curva de preços desse contrato contra a curva de preços que a PETROBRÁS vinha praticando, não há discrepância nenhuma. Penso que se deve ressaltar que há um aumento de preço, sim, sobre o Iraque, sobre o Kuwait e, algumas vezes, compra de petróleo de qualidade até inferior.

Mas, volto a ressaltar: nós optamos por garantia de fornecimento. Foi uma opção que acarretou um custo maior, não há sombra de dúvida, mas era opção de abastecer ou esperar a coisa se desenvolver.



O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O senhor tem conhecimento de que, em maio de 91, sob a presidência do Sr. Eduardo Teixeira, a BR distribuidora, a PETROBRÁS, firmou contrato de fornecimento de 15 mil metros cúbicos mensais de combustível com a VASP e concedeu àquela empresa o financiamento de cerca de 13.2 milhões com 60 meses de pagamento de correção monetária igual a TR mais juros de 1% ao mês? Se tem, o senhor achou lesiva à PETROBRÁS essa operação firmada na gestão do Sr. Eduardo Teixeira? E a quem o senhor atribui, se for contra essa operação algum envolvimento? Ou terá o Sr. Eduardo Teixeira cedido às pressões a que V. S^a não cedeu? Ou ele terá feito um grande negócio para a PETROBRÁS?.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Continuo dizendo o seguinte: quando saí da PETROBRÁS, parei de ter contato e dados sobre a forma em que a companhia vinha negociando. Não sei se os contratos são lesivos ao interesse da empresa ou se o Sr. Eduardo Teixeira atendeu às pressões a que eu fui submetido. O que acho importante ressaltar aqui é o seguinte: uma operação em condições melhores numa empresa privada multinacional foi considerada prejudicial ao setor de aviação dessa empresa. E continuo dizendo: a operação oferecida à PETROBRÁS, mesmo depois de eu ter saído, foi oferecida em condições de qualidade inferior àquela que foi oferecida à Shell. A Shell mostrou que deu prejuízo a ela. Tenho razões para acreditar que a mesma operação, com as alterações que foram feitas, fechada com a PETROBRÁS não atendia ao interesse comercial da PETROBRÁS. No entanto, se foi fechada em função de pressões que eu sofri anteriormente, não posso afirmar. Aí as pressões não foram sofridas por mim.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - O senhor afirmou no seu depoimento que assumiu uma atitude não convencional ao ligar para o Presi-



dente da TENENGE, comunicando que ele não deveria pagar nenhuma comissão, porque a proposta dele sairia vitoriosa por questões técnicas.

E o senhor confirmou também que aquela concorrência foi da ordem de 250 milhões de dólares. Não é isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi de 240 milhões de dólares, se não me engano.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - É verdade que o contrato da plataforma foi assinado com o valor de 270 milhões de dólares?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não sei dizer.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Foi o senhor que assinou esse contrato com a TENENGE?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho importante levantar esse dado, porque o Sr. Relator perguntou-me se eu havia sido coagido, se eu havia sofrido algum tipo de ameaça. A única ameaça que eu sofri, nessa minha vinda para cá, foi do famoso dossiê Motta Veiga. E essa famosa plataforma é uma das *pi ce de résistance* do dossiê Motta Veiga. Quero dizer o seguinte: nessa plataforma, se houve ou não superfaturamento, é função, senão desta Comissão, de alguém investigar. E acho que deve ir fundo nela para ver quem são os responsáveis por esses superfaturamentos. Mesmo porque esses contratos foram assinados sete meses depois da minha saída. E é importante que se questione o Presidente da PETROBRÁS de então por que houve superfaturamento.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Quem era o Presidente da PETROBRÁS de então?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei. O contrato foi firmado no dia 22 de maio de 1991. Eu morava em Londres, nessa época; eu já tinha deixado a PETROBRÁS sete meses antes.



O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Mas esse contrato foi firmado em uma concorrência homologado por V. S^a?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A obra já havia sido adjudicada á TENENGE, o que não significa nada. Por quê? Porque já depois da minha saída, a P.19, a outra plataforma que tinha sido objeto da concorrência, também tinha sido adjudicada á TENENGE e teve a concorrência anulada.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Vou requerer que seja toda essa histórica da concorrência anexada à Comissão, para que se estude e que se defina a responsabilidade.

Não passa pela sua cabeça que teria sido o seu comportamento informal de ligar, antes da divulgação pelo conselho, para o Sr. Emílio Odebrechet que provocou esse aumento de preço que se situa em torno de 20 milhões de dólares?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu concordo com V. Ex^a que nós devíamos, nesta CPI, procurar esse histórico da contratação. Posso rapidamente dar-lhe esse histórico e V. Exa. vai ver que não foi esse meu telefonema que alterou nada. O que houve é o seguinte: no dia 11 de setembro de 1990, o Serviço de Engenharia da PETROBRÁS emitiu uma carta para o Consórcio TENENGE, dando conta da decisão do Conselho de Administração; no dia 31 de outubro de 1990- portanto, eu já não era mais presidente da PETROBRÁS- houve uma carta do Consórcio TENENGE, apresentando as propostas formalmente; no dia 28 de novembro de 1990, o Tribunal de Contas da União aprovou os procedimentos da PETROBRÁS para contratação das plataformas P-18 e P-19, e por aí vai. Há uma série de datas relacionadas a processos burocráticos do Banco Central de aprovação do contrato, que é um contrato em moeda estrangeira. E, finalmente, a assinatura do contrato de construção entre a BRAS



OIL, que é a empresa que contratou a empresa estrangeira da PETROBRÁS, com o Consórcio TENENGE. Então, essa contratação foi no dia 22 de maio de 1991.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - V. Sa., que tem uma memória tão pródiga, lembra-se do preço das outras concorrentes da TENENGE?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, primeiro tenho que discordar de V.Exa., porque não tenho memória pródiga, tenho documentos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E por que o senhor foi logo saber o preço da TENENGE, para avisar?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, eu não fui saber o preço da TENENGE para avisar, fui avisar que eles tinham ganho a concorrência.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Então, o senhor deve imaginar que os outros preços seriam mais baixos. Quer dizer, não teria dado o telefonema para outras concorrentes.

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, eu iria imaginar que os outros preços eram mais altos.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - E quanto?

O SR. LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei. A decisão foi de que a TENENGE-FELLS teria ganho a concorrência, e foi isso que avisei. Eu não discuti nem falei sobre preços; eu discuti e falei sobre a decisão do Conselho de Administração da PETROBRÁS.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Insisto com a Presidência- e é lamentável que o Relator não esteja presente- que é necessário que solicitemos à PETROBRÁS toda a história dessa concorrência e os diversos propósitos que foram evidentemente apresentados, para que se possa julgar a eficiência do depoente e também se possa julgar a afirmação



do depoente quanto à ação do Presidente da PETROBRÁS, quando assinou contrato com a TENENGE a preço majorado. Eu imaginava- o depoente discorda- que foi em função do seu telefonema que a empresa se mobilizou para aumentar a sua proposta que, segundo as informações, era em torno de 20 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Exa. transforma em requerimento esse pedido?

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Pois não, farei isso oportunamente.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma observação quanto ao depoimento do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga.

Ele se referiu, na sua entrevista, de forma muito precisa ao Presidente da República e declarou aqui, nesta Comissão, que não eram éticos os valores do Governo Collor. Mas, vamos pensar também no que foi dito antes pelo Sr. Luís Octávio da Motta Veiga. Ele foi convidado para um cargo de Presidente da PETROBRÁS, que é um cargo importante de uma empresa, e declarou aqui também que o Presidente não fez nenhuma indicação de nenhum nome; ele escolheu livremente, sem indicação ou de esquema de Alagoas ou de esquema do Senhor Presidente, o que comprova a postura do Senhor Presidente da República.

E ele voltou a dizer, mais tarde, inclusive, que o Vice-Presidente da PETROBRÁS Distribuidora, que foi quem encaminhou ao Conselho a decisão da PETROBRÁS de não fazer o contrato com a VASP, atualmente é diretor da PETROBRÁS, o que prova, Sr. Presidente, a isenção do Senhor Presidente da República no preenchimento dos cargos na PETROBRÁS e a lisura e a ética, que depois de sair da PETROBRÁS, o Sr. Luís Octávio da Motta Veiga não quis reconhecer e não quis proclamar ao Senhor Presidente da República.



Isso me permite fazer uma reflexão quanto à demissão do Presidente da PETROBRÁS, que diz taxativamente que foi em função das pressões que recebeu. Em nenhum momento o Sr. Luís Octávio da Motta Veiga colocou que poderia ter sido em função das negociações que ele fez, equivocadamente, de petróleo mais alto, quando trocou o perfil dos fornecedores, até prevendo que, em função de uma possível guerra do Golfo Pérsico, esse abastecimento poderia sofrer prejuízo e não dar segurança ao Brasil de obter petróleo, quando se viu que ele não previu- isso não quer dizer que seja desonestidade do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, mas que na verdade é falta de uma precisa previsão na direção dos negócios da companhia- o que aconteceria, que foi a queda do petróleo no mundo e não foi a subida desse petróleo.

Também S.Sa. não situa aquelas outras, não infere aquelas outras posturas, como esse preço elevado da plataforma com relação à TENGENGE, ou não aceita nenhuma alegação da sua má administração na PETROBRÁS.

O que me parece, e quero deixar a minha impressão aqui consignada, segundo a minha ótica- evidentemente não é a ótica do Sr. Luís Octávio da Motta Veiga- é que a sua demissão decorreu, de fato, não em função de alguma pressão que tenha sofrido, porque a própria ação do Presidente foi no sentido de ele próprio não fazer pressão, ao contrário, deixar o Sr. Motta Veiga inteiramente livre, mas...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para concluir, Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELLOS - Concluirei..

...mas, em função, Sr. Presidente, das falhas que cometeu na direção da PETROBRÁS. Por fim, quero deixar consignado aqui que talvez fosse interessante ouvir também o Presidente da PETROBRÁS, Dr. Eduardo Teixeira, que fez o contrato em relação à VASP, contrato esse que não



foi aceito pelo Sr. Motta Veiga. Seria importante que o Sr. Eduardo Teixeira dissesse as suas razões, definisse por que assumiu esse contrato, como também a própria renegociação da dívida, enfim, e com relação - como disse o depoente - à assinatura do contrato da TENENGE. Era necessário comparar as duas atitudes, para que chegássemos à verdade dos fatos e não deixássemos pairar dúvidas sobre esse juízo subjetivo que faz o depoente de que sua demissão se deu por conta de ter rejeitado as pressões, principalmente porque, em relação a isso, prevalece, na minha ótica, aquele ponto de vista da lisura e da dignidade do Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não há perguntas à testemunha, passo a palavra ao Deputado Aécio de Borba.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Sr. Motta Veiga, V.Sa. referiu que o aumento do preço de compra do petróleo iraniano foi de apenas 4 cents sobre 100 mil barris diários. Isso - não sou matemático - parece-me que representa 400 mil cents, ou seja, 4 mil dólares/dia, representando 120 mil dólares/mês.

Essa quantia é insignificante na sua ótica?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É importante que se diga que a PETROBRÁS importa 600 mil barris/dia de petróleo; 120 mil dólares não é uma quantia insignificante, de forma alguma, mas era o preço que decidimos pagar pela garantia de fornecimento, mesmo na eventualidade de um conflito armado na região.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Para ficar bem claro, perguntaria a V. Sa. se houve, por parte de algum superior seu no Ministério da Infra-estrutura, ou de outro nível, qualquer interferência em favor dos pleitos do Sr. PC Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.



O SR. AÉCIO DE BORBA - Perguntaria também, para ficar bem claro o seu posicionamento, se à época da elaboração da proposta de governo e a interveniência para os parâmetros da área econômica, V. Sa. já se havia posicionado pela autoridade da PETROBRÁS fazer os aumentos de tarifas, o que foi, a posteriori, ao que tudo indica, um fator decisivo de divergência na área econômica.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exa., sempre fui favorável a preços que refletissem a realidade de mercado. A PETROBRÁS teve uma... - citei há pouco aqui - houve uma queda do preço do petróleo depois da guerra, mas, no período que precedeu a guerra, dois ou três meses, o petróleo subiu muito e não houve reajuste tarifário nenhum, houve reajuste tarifário quando o preço do petróleo caiu, o Governo fez um reajuste tarifário depois que o petróleo caiu.

Não me parece, de forma alguma, que a decisão que tenhamos tomado no caso do petróleo do Irã tenha sido errada. Acho que tomamos a decisão certa; ao País, não faltou petróleo durante a guerra, e mais, quando o petróleo caiu depois da guerra, o contrato foi renegociado como previa aquele que foi assinado durante a minha gestão.

Os contratos de fornecimento de petróleo têm uma fórmula complexa, mas, ao mesmo tempo, muito simples. Ela é muito complexa porque, no fundo, reflete o preço do dia do embarque versus o preço do dia do contrato.

Continuo achando que não há, nem houve de forma alguma, incompetência minha ou de toda a equipe da PETROBRÁS que fez essa negociação. Asseveraram-nos de que foi isso que nos garantiu o fornecimento durante a guerra.

Sofremos uma pressão tremenda, do ponto de vista econômico na PETROBRÁS, porque durante o prazo de subida do preço do petróleo até



que a guerra se consumasse, durante a invasão, quando o preço subia todo dia, estávamos com preços já congelados para o consumidor há quase três meses.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Parece-me que era a opinião de V. Sa., apenas não foi evidenciada perante a área econômica que se preparava para ingressar no poder.

V. Sa. disse também que não havia concessão de privilégios ou recomendações nos recebimentos e nos encontros que teve com PC Farias.

Indago: outras pessoas fizeram algumas proposições de encontro ou algumas dessas pessoas, com que o senhor conversou, tiveram alguma vez pretensão em favor de quem quer que fosse?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Ele foi o único?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, além dos que já citei aqui.

O SR. AÉCIO DE BORBA - V. Sa. deixou bem claro que assumiu a PETROBRÁS depois da concordância do Presidente. E V. Sa., quanto à diretoria, escolheu-a ao livre arbítrio?

Deixou também bem claro que nunca se subordinou a qualquer interferência de quem quer que fosse. Isso não evidencia que esse era um procedimento normal a ser adotado por quantos exercessem os cargos públicos existentes na Nação, e que ninguém os obrigava a fazer ou sequer sugeria...?

Não é uma afirmação peremptória de V. Sa. de que não houve qualquer tipo de interveniência em suas atitudes de lisura? Suas atitudes sempre prevaleceram soberanas?



Isso não parece dizer que o Presidente tem alguma interveniência ou dá prestígio a quem quer que seja? Não colide totalmente com esse seu ponto de vista?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Acho que quando falo que a mim foi dito que o poder derivava do Presidente da República, eu, necessariamente, não preciso aceitar e cumprir as solicitações porque me foi dito isso.

Continuei a pautar a minha atitude dentro da PETROBRÁS como a de uma pessoa que luta para atender aos interesses da empresa. Então, não acho de forma nenhuma que isso colida. Ao mesmo tempo digo: a mim espantava a desenvoltura com que esse senhor transitava pelo Governo Federal.

Há uma coisa que talvez gostasse de esclarecer ao senhor e talvez não tenha respondido bem à primeira pergunta que me fez. Não discuti especificamente com os representantes da área econômica, ainda no pré-Governo, as minhas funções com relação à PETROBRÁS, porque eu não sabia e nem poderia supor que iria ser Presidente da PETROBRÁS. Mas, de todas as pessoas que participavam deste grupo - e com quem tenho sempre a oportunidade de conversar -, sou francamente favorável à diminuição de subsídios. Para mim, o subsídio mais escandaloso que se vem dando é na área de combustível, onde, vendendo combustível barato, se mantém importante fonte de gasto público para subsidiar as atividades econômicas.

Talvez eu não tenha sido claro na minha resposta ou direto nessa discussão sobre a PETROBRÁS. Mas todos que me conhecem, essas pessoas com que quem participei, durante um tempo, de uma equipe, sabiam exatamente da minha percepção e do meu entendimento sobre o assunto.



O SR. AÉCIO BORBA - Já que V. Sa. voltou ao assunto, quando começaram os seus atritos com a área econômica do Governo sobre a questão de reajustes de preços dos derivados?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quando assumi a PETROBRÁS, encontrei-a com um déficit corrente de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Comecei a discutir aumento tarifário e esse déficit caiu para 1 bilhão e 271 mil dólares. O limite de baixa desse déficit chegou, em maio de 1990, a 873 milhões de dólares. Por isso, respondi aos Srs. Congressistas que a tendência de alta, a partir de maio, nos preços do petróleo fez com que o déficit de caixa aumentasse na PETROBRÁS no final do ano, em dezembro, para 1 bilhão e 617 milhões de dólares.

Então, a PETROBRÁS é uma fonte perene de atrito não com o Governo, mas com as autoridades da área econômica, porque uma forma de segurar a inflação é segurar preço de combustível.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Apesar de todo esse seu posicionamento contrário, V. Sa. se subordinou, porque, desde o início, já possuía esse ponto de vista e, não conseguindo implantá-lo em favor dos interesses da empresa, permaneceu nela até novembro.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Primeiro, permaneci na empresa até o meados de outubro. Na realidade, devo dizer que eu trouxe um déficit, quando assumi, de 1 bilhão e 271 milhões de dólares para 873 milhões de dólares. Quer dizer, uma diminuição de 400 milhões de dólares de déficit.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Nos seus dados, porém, a previsão terminava o ano em 1 bilhão e 600 mil dólares.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - isso não é previsão, é o real.



O SR. AÉCIO DE BORBA - Então, de fato, não teve repercussão financeira.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Permito-me discordar, porque, quando assumi a PETROBRÁS, tive conhecimento de que não tínhamos dinheiro para pagar a folha de pagamento. Isso é comprovável pelos registros da empresa naquele mês. Reduzi o déficit, que era de 1 bilhão e 200 para 873 milhões de dólares. Esse déficit começou a subir em função da invasão do Kuwait, a partir de junho.

O meu compromisso com a área econômica, no começo, era de que esse déficit ficaria próximo do zero. Consegui reduzir 400 milhões de dólares, mas esse déficit começou a subir de novo a partir de junho. Em julho, teve uma subida relativamente pequena, de 40 milhões de dólares, comparando-se ao valor total. De setembro a outubro, houve um aumento expressivo e, de outubro a novembro, um aumento de mais de 400 milhões de dólares. Quer dizer, o que consegui baixar em 6 meses subiu em 2 depois da minha saída.

O SR. AÉCIO DE BORBA - V. Sa. disse que a partir de junho começou a subir. Então, temos que nos situar nas afirmações quando da sua entrada e no momento atual, para podermos dirimir esse posicionamento de vantagem, que me parece não ser tão grande.

Perguntaria, quando o senhor pressentiu que corria o risco de ser demitido, caso não se antecipasse pedindo demissão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA VEIGA - O senhor poderia repetir, por favor.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Quando V.Sa. pressentiu o risco de ser demitido, caso não se antecipasse pedindo demissão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Primeiro não pedi demissão, entreguei a demissão - demissão não se pede, se entrega. Então entre-



guei a minha demissão porque não estava mais satisfeito em servir ao Governo Collor, independente de qualquer coisa que tenha havido, independente de qualquer coisa que tenha surgido.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço para concluir Deputado Aécio de Borba, o seu tempo já está esgotado.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Quero saber se é verdade que V.Sa. ligou para o Embaixador Marcos Coimbra, para se justificar de notícias que a imprensa havia publicado sobre atritos seus com a área econômica, e o Embaixador teria lhe dito que essa justificativa havia chegado tarde demais?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Liguei para o Presidente da República; tentei falar com o Presidente da República em função dos boatos, e colocar o Presidente da República absolutamente à vontade para fazer a mudança que achasse conveniente. E a minha intenção era expressar ao Presidente da República o meu interesse em me desligar da equipe do Governo.

O Presidente não pôde atender ao telefonema, me voltou à ligação o Embaixador Marcos Coimbra, quando então mantive contacto com ele, e informei que dadas as circunstâncias e o que sentia no momento, não me considerava em condições de permanecer no Governo Collor. Ele confirmou isso, e apresentei o meu pedido de demissão. Confirmo isso que o senhor está falando.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Embora o seu sucessor Eduardo Teixeira já tivesse sido convidado há 12 dias para ocupar o seu cargo.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho conhecimento disso.

O SR. AÉCIO DE BORBA - Estou satisfeito Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado Deputado Aécio.

Concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, do PSDB de São Paulo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - A primeira pergunta que faço a V.Sa., é a respeito da comunicação ao Ministro Ozires Silva, das pressões que vinha sofrendo. Vamos convir que 17 telefonemas - se não é namoro já é coerção com torniquete - quantas vezes o senhor comunicou ao Ministro Ozires Silva que estava sofrendo esse processo de coação e, como foi o teor dessa conversa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Reportei ao Ministro Ozires Silva que tinha sido procurado pelo Sr. Paulo César Farias. A primeira vez foi um despacho comum e na segunda foi algo mais veemente, onde eu cobrei do Ministro uma atitude. O Ministro disse que iria conversar, que eu não me precipitasse, que iria conversar com o Presidente da República. Disse que teria uma entrevista com o Presidente da República e que me ligaria. E não voltou a ligação. Eu soube, então, que havia voado de Brasília para São Paulo e consegui fazer com que o pessoal da PETROBRÁS esperasse o Ministro no aeroporto. Nessa conversa, cobrei do Ministro uma resposta, e ele disse que não havia tido tempo de discutir. Falei que sentia muito mas que iria procurar outro canal, como de fato procurei. Liguei para o Presidente Collor, porque se ele não tinha tempo para discutir PETROBRÁS, que é a empresa mais importante do seu Ministério, eu não via razão para continuar no Governo. Foram esses os dois contatos que tive com o Ministro, onde pude reportar o que estava acontecendo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - O senhor tem notícias de que o Sr. Ministro Ozires Silva tomou efetivamente alguma medida?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho nenhuma notícia. Pelo contrário, na segunda que foi mais específica, ele claramente disse que não tinha tomado atitude nenhuma.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Quando V.Sa. telefonou à TENENGE informando do vencimento da concorrência, houve alguma confirmação que eles estavam recebendo alguma intermediação do Sr. Paulo César Farias, algum telefonema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Da parte deles não posso dizer. Da minha parte posso afirmar que ele vinha procurando - segundo me contou - todos os concorrentes, para que pudesse de certa forma ajudar. Queria aproveitar a sua pergunta, se V. Ex^a me permite, para dizer que não concordo absolutamente com a tese que foi levantada nesta CPI de que este telefonema tenha aumentado o preço da concorrência. O preço da concorrência foi discutido, tanto na parte técnica quanto na financeira. É uma operação extremamente complexa que envolve, inclusive, seguro para o desempenho da obra, e o contrato foi assinado sete meses depois da minha saída da PETROBRÁS. Quer dizer, se houve algum dano, se houve alguma falha, se o meu telefonema ensejou um aumento de preço dessa ordem, acho que os meus sucessores, que foram tantos já, tinham obrigação de trazer de volta essa discussão, reabrir o processo e rediscutir tudo, como é uma prática muito comum na PETROBRÁS.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - V. S^a citou o nome do Sr. Sérgio Rocha, inclusive, referindo-se a uma insinuação feita por ele. Quem é esse Sr. Sérgio Rocha, do qual temos tão poucas informações?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Confesso a V. Ex^a que tenho poucas informações. A informação que tenho é que ele é padrinho ou afilhado do Sr. Pedro Paulo Leoni de casamento.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Ocupa algum cargo público?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não ocupa - que eu saiba - nenhum cargo público. O pai dele foi indicado vice-presidente de uma subsidiária da PETROBRÁS posteriormente, quando saí.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - E essa insinuação de que seria melhor para o Governo que houvesse o desfecho positivo o senhor atribui ao fato de ele estar também envolvido ou ter conhecimento que estava em andamento um esforço para resolver a questão favoravelmente à VASP?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O Sérgio Rocha.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Sérgio Rocha.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Foram momentos diferentes. O Sérgio Rocha procurou-me em outro momento. O processo VASP ainda não estava em andamento.

Gostaria de esclarecer, se V. Ex^a me permite: a operação VASP a rigor não teria que subir à Presidência da PETROBRÁS. A operação VASP é uma operação comercial praticada pela PETROBRÁS Distribuidora. Subiu à Presidência da PETROBRÁS em função do Sr. Paulo César Farias.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Com relação ao Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos, também ele lhe telefonou algumas vezes?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele me telefonou e tive com ele uns dois despachos durante a minha presidência na PETROBRÁS, em seu gabinete. Ele me sugeriu alguns nomes para ocuparem cargos na direção da empresa ou das subsidiárias, mas dos nomes apresentados, somente um foi aproveitado. Confesso que não tenho aqui o nome da pessoa, porém um foi aproveitado por outras razões, pela indicação da minha própria equipe; e houve uma coincidência. Mas, os demais não foram aproveitados.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

file.

674

Secretaria



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Com o resultado infrutífero das tentativas do Sr. Paulo César Farias de conseguir o seu intento junto a V.S^a, sabe V.Sa. de pessoas em escalão mais baixo ou mesmo em escalão hierarquicamente superior, como o Ministro Ozires Silva, que tenham sido procuradas pelo Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho conhecimento. A revista ISTOÉ publicou que Paulo César Farias procurou o Ministro Marcos Coimbra, solicitando-LHE que intercedesse a favor do empresário Wagner Canhedo. Mas isso é notícia que li na revista IstoÉ, numa entrevista que não foi contestada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - V.Sa. teve algum conhecimento que lhe tenha ficado patente do relacionamento do Sr. Paulo César Farias com a Ministra Zélia Cardoso de Mello?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, a única vez em que vi os dois juntos foi nesse encontro no Hotel Transamérica. Não tenho mais informações sobre o assunto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Quando viajou para o exterior e lá recebeu o telefonema do Sr. Paulo César Farias tinha, na véspera, deixado o telefone unicamente com o Ministro Marcos Coimbra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Deixei meu telefone com a secretária. Minha secretária, sem dúvida, sabia; o meu chefe de gabinete sabia; o chefe-adjunto de gabinete também deveria saber, pois são normalmente, as pessoas que têm acesso ao Presidente da PETROBRÁS quando este viaja. Eles certamente sabiam.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - As colocações de V.Sa., aqui, não negaram uma das perguntas que foi feita pelo Deputado que me antecedeu a respeito de ameaças quanto à sua integridade física, depois de deixar o Brasil. Conseguiu identificar de quem partiram essas



ameaças?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Foram telefonemas anônimos, cartas anônimas.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - E, por último, a sua saída da PETROBRÁS foi efetivamente em decorrência de um impasse, ou se enquadrava dentro de um esquema: Teria que sair, ou foi realmente por essa sensação íntima de não mais querer pertencer ao Governo Collor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que foi uma combinação das duas. Sem dúvida, ficou claro que eu não iria participar de esquema nenhum. E a percepção da existência de um esquema me fez movimentar no sentido de sair, de deixar o Governo Collor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito.

Encerrando, amanhã teremos a oportunidade de ouvir o depoimento do Ministro Marcos Coimbra, que já alegou, taxativamente, que não tem relacionamento nenhum com o Sr. Paulo César Farias. Como é que V.Sa. vê essa afirmação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Permita-me repetir: o Sr. Paulo César Farias disse a uma entrevista à IstoÉ que pediu ao Embaixador que ligasse para mim. Se há algum tipo de relação, se só foi esse telefonema, enfim, essa informação partiu do Sr. Paulo César Farias à IstoÉ, não tenho como afiançar qualquer outra coisa que não seja isso. Não sei de nenhum vínculo formal ou informal entre o Sr. Paulo César Farias e o Embaixador Marcos Coimbra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Por último, V.Sa. tem conhecimento de que algum dos seus funcionários forneceu o seu telefone de Nova Iorque ao Sr. Paulo César Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Tenho certeza que não forneceu.



O SR. ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Roberto Jefferson, do PTB.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de fazer um requerimento de convocação, para que pudéssemos ouvir o Sr. Orestes Quércia, ex-Governador de São Paulo, sobre o processo de privatização da VASP, já que a testemunha disse que recebeu 17 telefonemas do Sr. Paulo César Farias antes de a empresa ser privatizada, em nome de um dos licitantes da concorrência da VASP. Então, parece-me extremamente grave que isso tenha acontecido, porque era a certeza da definição da concorrência.

Então, já que estamos discutindo a irregularidade do empréstimo, nós devíamos também discutir a raiz dessa irregularidade do empréstimo, convocando a este plenário o Sr. Orestes Quércia, Governador de São Paulo à época da privatização da VASP.

Passo às mãos de V.Exa. esse requerimento de convocação do Sr. Orestes Quércia para que venha depor nesta Comissão.

A minha primeira pergunta à testemunha é se o Governo de São Paulo ligou para o Presidente da PETROBRÁS, Sr. Motta Veiga, também pedindo empréstimo em favor do Sr. Wagner Canhedo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exa., antes de responder a sua pergunta... Talvez eu tenha me explicado mal. Quero esclarecer que os dezessete telefonemas não foram feitos antes da privatização.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor disse que só o telefonema do Ministro Coimbra foi feito após.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Desculpe-me. Eu disse que o telefonema do Ministro Coimbra foi feito após. Mas os dezessete telefonemas do Paulo César Farias não foram feitos antes disso.



O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas antes da privatização o Paulo César Farias procurou o senhor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Procurou.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É importante a convocação. Sr. Presidente, do ex-Governador de São Paulo, porque me parece que já havia uma certeza, uma definição de quem ia ganhar a concorrência.

A segunda pergunta é se o Governo de São Paulo também ligou para o senhor pedindo para favorecer a VASP.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Nem há registros disso na sua secretaria e agenda?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não há registros. Por favor, acho que o senhor deveria, inclusive, solicitar que fosse pedido à Secretaria da Presidência da PETROBRÁS se há registros de ligações do próprio Governador ou de representantes do Estado de São Paulo para que eu de certa forma ...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, acolho a sugestão da testemunha e pediria à Presidência que diligenciasse nesse sentido. Na época das suas reuniões com a equipe da Ministra Zélia, durante a preparação do Plano Collor - que o senhor disse que ocorreu entre agosto e setembro de 1989 - o senhor ainda era presidente da Companhia Anglo-Americana?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Anglo American Corporation.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que data o senhor deixou a empresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Devo ter saído por volta do meio ou final de janeiro de 1990.



O SR. ROBERTO JEFFERSON - A imprensa noticiou que antes da decretação do Plano Collor, a empresa que V. Sa. presidia fez uma remessa expressiva, de milhões de dólares, para o exterior, livrando a empresa do bloqueio de suas fontes. Isso é verdade?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não é verdade. Agradeço que V. Exa. faça essa pergunta para eu poder esclarecer algo que tem sido veiculado na imprensa de uma forma pouco responsável.

A empresa que presidi é uma empresa com 200 milhões de dólares de capital registrado no Banco Central. E tudo que vou falar aqui é público e a FIRSE, que é o órgão do Banco Central responsável por registrar todas as movimentações que vou descrever, pode dar a esta Comissão subsídios para que ela possa conferir exatamente o que vou declarar agora.

Essa empresa que presidi conta com 200 milhões de dólares de capital registrado. Possui, hoje, 800 milhões de dólares de patrimônio, no Brasil. Em 1987, ela remeteu, a título de dividendos, para o exterior...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É uma multinacional?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É uma multinacional. Ela remeteu, a título de dividendos, para o exterior 11 milhões de dólares, em 1987.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E em 1990?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vamos chegar lá. É importante para V. Exa. entender... Estou respondendo à sua pergunta. Não vou fugir a sua pergunta.

Em 1987, mandamos 11 milhões de dólares; em 1988, mandamos 40 milhões de dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que mês?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Janeiro, fevereiro do ano de...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O exercício fiscal se encerra em janeiro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Encerra-se em 31, mas declaramos os dividendos dois, três meses depois. Foram 11 milhões em 1987; 40 milhões em 1988...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em 1989?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vinte milhões de dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em 1990?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vinte milhões de dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em que época?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Em janeiro/fevereiro também.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Obrigado. Quando o senhor deixou a PETROBRÁS, o senhor foi trabalhar com o grupo Garcez?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Fui trabalhar com o grupo ... Fui trabalhar na Rayner Coffee International.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Do grupo Garcez um português?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Não é do grupo Garcez. É de uma empresa chamada Baresford International.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Esse grupo Garcez tem escritório no Brasil, o senhor pode me informar?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Esse grupo Garcez a que V. Exa. está se referindo é uma pessoa física, Antônio Garcez, que é o sócio minoritário da empresa que a minha empresa tem no Brasil.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É a Trading Mark Rich?

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

fls.

677



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, é a Citoma, uma empresa de exportação de café.

O SR. ROBERTO JEFFERSON- Uma empresa de exportação de café? E não trabalha com a PETROBRÁS Trabalhou?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca trabalhou com a PETROBRÁS.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em setembro de 90, o senhor já disse, estava em Nova Iorque e confirmou; disse isso, inclusive, à revista **Veja**. O senhor foi a Nova Iorque em setembro de 90 negociar a compra de DFAs - **Deposites Facilities Agreements**?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor não negociou a compra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu nunca negocieei a compra. Isso é feito pela gerência financeira da empresa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - A informação que nós temos é outra: a de que o senhor estava para fazer essas compras. Inclusive estavam em Nova Iorque a Ministra Zélia, o Presidente do Banco Central, o Sr. Ibrahim Éris.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Que o senhor negociou pessoalmente essa compra, independentemente de comunicar a eles isso.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não é verdade.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Que ficou hospedado no Hotel May Flowers. O senhor, inclusive, dá o telefone à **Veja**.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu vou responder, se V.Exa. me der um tempinho. A primeira coisa, eu gostaria, Sr. Presidente, se fosse possível...



O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor alega que o motivo da sua saída da Petrobrás foi a VASP. Nós temos uma outra informação, que é a compra dos DFAs.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Está muito bem! Vamos esclarecer as informações. Acho muito importante.

Voltando um pouco à pergunta anterior, eu dei esses valores de remessa de dividendos da Anglo American durante um período de tempo porque foi veiculado pela imprensa que tendo eu, de certa forma, participado da elaboração do embrião do Plano Collor, eu teria sido detentor de informações privilegiadas e que eu teria usado isso em benefício da empresa da qual eu era empregado. Quero deixar claro que a empresa para a qual eu trabalhava na época remeteu, em valores nominais, a mesma quantia do ano anterior, menos do que o terceiro ano anterior. O que é importante, e o que gostaria de salientar, é o seguinte: se se considerar o aumento patrimonial da empresa naquele ano e se se considerar a taxa de inflação do dólar, o valor que foi remetido pela empresa em que eu trabalhava na época em que, de certa forma, ajudei a Ministra Zélia a formular o embrião do Plano Collor, foi inferior ao ano anterior.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas não é essa a pergunta. Estou falando da compra de DFAs. Se o senhor a fez pessoalmente, se procurou alguma corretora.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vou especificar isso claramente. A compra de DFAs é feita pela gerência financeira da empresa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eles estavam em Nova Iorque em setembro de 90?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Eles fazem, a partir daqui, contato. O escritório de Nova Iorque raramente entra no circui-



to porque eles fazem através do Rio de Janeiro, da gerência financeira localizada no Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E usaram alguma corretora para fazer isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida, usaram.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Essa corretora que foi usada, o senhor pode informar se ela já operou com a Anglo American? O senhor também não pode informar sobre isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu posso informar. Não é questão de poder informar. Eu acho que talvez devêssemos procurar saber, junto à PETROBRÁS, qual é a forma dessa negociação, qual é a escolha da corretora, se existiu corretora e qual foi.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor tem informação de quanto montou a compra pelo valor facial?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O valor de face foi de 600 milhões de dólares. O valor pago efetivamente pela PETROBRÁS foi da ordem de 140 milhões de dólares.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E o valor negociado aqui no Banco Central?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O valor negociado no Banco Central é o valor de face menos um desconto.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu pediria à Presidência que solicitasse essa informação à PETROBRÁS. Inclusive sabendo da gerência, como diz o ex-presidente da PETROBRÁS, qual foi a corretora que fez a negociação da compra das DFAs em setembro de 90 em Nova Iorque no valor de seiscentos milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Exa. faça o requerimento.



O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu vou fazer o requerimento a V.Exa. e prossigo na inquirição da testemunha.

O próprio depoente diz quem fez transações de petróleo com o Irã, com preços que chegaram a 43 milhões de dólares acima do preço de mercado, mas em função da guerra. Tudo isso está claro. Dessa negociação participaram os Srs. Jacques Eluf e Arthur Falk?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor nunca se reuniu com esses dois senhores?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. O Sr. Arthur Falk e o Sr. Jacques Eluf me visitaram na empresa. Uma vez, o Jacques Eluf foi me visitar, uma visita de cortesia, e o Sr. Arthur Falk também.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Nenhum dos dois representa os interesses do Irã?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente. A negociação feita com o Irã foi de empresa estatal para empresa estatal. A negociação com o Irã não pressupõe nenhum tipo de corretor. A NIOC e a PETROBRÁS fecham contratos como empresas soberanas, e para isso não há necessidade do uso de empresa corretora, que só se dá na compra no mercado spot. Quando se fala em petróleo embarcado de acordo com contratos assinados, não há corretora.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - A informação que temos é a de que metade foi feita direto e metade, por duas corretoras. O senhor desconhece?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Desconheço, não, contesto essa informação.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu pediria à Presidência que nos informássemos junto à PETROBRÁS se houve duas corretoras, as duas liga-



das a Jacques Eluf, que é, inclusive, o controlador da filial brasileira do BCCI, acusado internacionalmente de lavagem de dinheiro de narcotráfico.

Indago da testemunha se ele conhece o Sr. Artur Falk e se já foi sócio dele em alguma empresa.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu o conheço, mas nunca fui seu sócio.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Quais são os sócios da empresa onde o senhor trabalha hoje, a Rayner Coffee International?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Os sócios da Rayner Coffee International, eu tenho que consultar. (Pausa) A Baresford International tem 60% dessa empresa, uma empresa do mesmo grupo chamada Pindar, e acionistas minoritários que são Domingo Nogueira, um mexicano,...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Artur Falk?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, de forma nenhuma.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Em nenhuma dessas empresas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Em nenhuma delas.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O senhor é sócio dessa empresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, sou empregado. Tenho contrato de emprego com essa empresa. Eu o trouxe aqui, em caráter sigiloso, mas o mostrarei, se o Sr. Presidente assim determinar. Ele foi firmado com todas as condições, conforme o senhor pode verificar.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que juntasse esse contrato aos autos, porque, inclusive, vamos pedir que a CPI oficie à Inglaterra, para que possamos receber cópia desses contratos sociais. Por favor, pediria que V.Exa. recebesse.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não, Deputado Roberto Jefferson, aqui é o contrato de trabalho, a relação de emprego entre o Sr. Motta Veiga...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, como Relator, não vejo como isso esclareça eventuais delitos praticados pelo Sr. Paulo César Farias. A meu ver, esse fato não é necessário. Portanto, como Relator - a não ser que o Plenário decida contrariamente -, não vejo necessidade de se juntar esse documento nem em caráter reservado, porque, afinal de contas, não estamos aqui investigando a relação de emprego do depoente com o seu patrão.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Roberto Jefferson, V.Exa. está fazendo essas perguntas para chegar a algum relacionamento entre o Sr. Paulo César Farias e o Governo, objeto da CPI?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, temos que buscar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Peço aos senhores presentes que não são parlamentares que não se manifestem, nem a favor nem contra, para que não haja constrangimentos, nem para o Parlamentar nem para a testemunha.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, a CPI tem a finalidade de buscar a verdade. A testemunha alega que deixou a PETROBRÁS por um motivo. A informação que temos do Governo é de que ele a deixou por outro motivo. A palavra dele é de que deixou o cargo por motivo de pressões de um esquema que havia de poder paralelo, mas temos informações também de que o motivo principal da crise entre ele e o Governo foi a negociação da compra das DFAs na Bolsa de Nova Iorque.

Quando fazemos essa pergunta, inclusive da composição do contrato social da empresa para a qual o Sr. Luís Octávio da Motta Veiga



trabalha hoje, é porque precisamos cotejar as verdades; senão fica uma CPI de uma verdade só. Sei que a CPI tem uma característica oposicionista, a torcida é pela Oposição, estão todos torcendo pela Oposição; mas é importante que tenhamos meios de cotejar, dentro dos autos, as versões aqui trazidas.

Realmente, Sr. Presidente, em Processo Penal, até numa linguagem chula, há um jargão que diz que a prova testemunhal é a prostituta das provas. Logo, precisamos cotejar com a prova testemunhal a outra razão.

Parece-me que o Sr. Relator se antecipa; S.Exa. quer ouvir um lado, não quer ouvir o outro lado. S.Exa. acha desnecessário o outro lado se manifestar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - (Acionando as campainhas.) - Deputado Roberto Jefferson, peço a V.Exa. que conclua a sua participação.

Com a palavra o Sr. Relator, antes da conclusão, Senador Amir Lando.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Nobre Deputado Roberto Jefferson, tenho aqui me conduzido com aquilo que concebo como imparcialidade. E, no caso específico, devo esclarecer a V.Exa. que um contrato de trabalho...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Eu não pedi o contrato.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Esse é o contrato de trabalho. O que V.Exa. falou e o que nos foi mostrado foi o contrato de trabalho. Esse contrato de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Relator.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Está aqui o contrato de trabalho. Este é o contrato de trabalho. V.Exa. então ignora o teor deste documento?

Eu vejo que esse contrato de trabalho não importa para a elucidação dos fatos. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Ele não será incorporado como documento pessoal. É um documento pessoal que não está relacionado com as posições da CPI.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, o que pedimos foi um contrato social. É diferente, Sr. Presidente. Então, parece-me que o Relator não escutou o meu pedido. Eu quero cumprimentar a imparcialidade do honrado Relator, mas S.Exa. não entendeu o que eu disse. Eu não pedi o contrato de trabalho.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - E V.Exa., então, não conhece o teor desse documento? São dois pontos diversos. Eu me referi apenas a esse contrato. E V.Exa. já fala num outro contrato ao qual, também, não me referi.

O SR. PRESIDENTE (Benito Bama) - (Accionando as campainhas.) - É matéria vencida. Isso é um assunto particular do Sr. Motta Veiga, que não tem relacionamento com a CPI.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, insisto, já que decidimos tudo na Comissão,...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Mas o requerimento de V.Exa. está mantido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Está mantido o requerimento.

Sr. Presidente, eu gostaria de convocar para que depusessem nesta Comissão o Sr. Antonio Garcez, o Sr. Jacques Elluf e o Sr. Arthur Falk.



Acho esses depoimentos importantes para que possamos conhecer, na verdade, como foram feitos esses contratos da PETROBRÁS com o Irã. É fundamental que possamos ouvir esses senhores, porque, através de trades, temos informações de que metade dessa compra de petróleo do Irã teve a participação do Sr. Jackes Elluf e do Sr. Arthur Falk.

Ficam esses requerimentos, e vou formalizá-los por escrito.

Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Bama) - Obrigado, Sr. Deputado Roberto Jefferson.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra, o Sr. Deputado Marcelo Barbieri, do PMDB de SP.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, com relação à proposta do nobre Deputado Roberto Jefferson, para que fosse convidado o nobre Presidente do PMDB, Orestes Quércia, para depor a respeito da privatização da VASP nesta CPI, quero dizer que existe uma CPI especificamente sobre a VASP instalada na Câmara dos Deputados.

Portanto, nessa CPI específica sobre a VASP vai-se tratar exatamente desse tema: como foi feita a privatização da VASP. Esta CPI investiga acusações do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias.

Acho que não devemos permitir desvio do objetivo central da CPI, que é exatamente apurar a investigação das denúncias do Sr. Pedro Collor a respeito das atividades do Sr. Paulo César Farias.

Por isso peço a V.Exa., Sr. Presidente, que o requerimento do nobre Deputado Roberto Jefferson seja encaminhado à CPI da VASP na Câmara dos Deputados, onde deverá, realmente, se aprofundar essa discus-



são.

Esse é o requerimento que faço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Sr. Deputado Miro Teixeira, do PDT do Rio de Janeiro.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A nossa testemunha é um advogado experimentado...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - (Acionando as campainhas.) - Peço a colaboração dos Srs. Senadores e Srs. Deputados para ouvirmos nosso colega.

Deputado Miro Teixeria, V.Exa. está com a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A nossa testemunha é um advogado experimentado e sabe que quando não se pode atingir a obra, procura-se atingir o autor.

Existem e existirão várias tentativas de desqualificar o testemunho, como já existiram aqui outras iniciativas dessa natureza.

Esteve aqui o Sr. Takeshi que ousei até criar uma imagem, que ao que tudo indicava, que as testemunhas que aqui viessem acabariam sendo tratadas como vítimas de estupro que, ao procurarem uma delegacia de polícia, acabam sendo acusadas de terem seduzido o estuprador.

Temos alguns outros exemplos. O equilíbrio de V.Exa. pode nos ensejar um grande avanço. Dá para perceber mais ou menos o que sofreu Galileu na Inquisição. Mas, seguramente os personagens eram outros.

O senhor declarou aqui que atendeu a dezeseite telefonemas do Sr. Paulo César Farias. Almoçou e jantou com ele, se não me engano. O senhor era Presidente da maior empresa brasileira.

V.Sa. não almoçava e jantava com todas as pessoas que desejavam almoçar e jantar com V.Sa., e nem atendia a dezeseite telefonemas da mesma pessoa, a não ser que tivesse uma razão muito forte para isso.



Busco, objetivamente, a exemplo dos demais membros desta Comissão, a verdade. E V. Sa., na entrevista que deu à revista Veja, manifestou que a apuração apenas até Paulo Cesar Farias não faria justiça, em outras palavras, não faria justiça a esse quadro de perplexidade da Nação brasileira.

V. Sa. atendeu a esses 17 telefonemas, almoçou e jantou com o Paulo César Farias, porque tinha, intimamente, convicção de que ele tinha prestígio com o Presidente Collor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Comecei a ver, a partir de um determinado momento, que sim, que havia uma certa intimidade, de que falo na minha entrevista, e na segunda-feira seguinte à minha entrevista, o articulista do Jornal do Brasil, Marcelo Pontes, diz no seu artigo: "Motta Veiga revela a intimidade de Paulo César Farias com Collor." Até aí nada há de mais. Quer dizer, acho que comecei a perceber o que hoje é o óbvio para a Nação.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V. Sa. também declarou que a partir de um certo momento teve a percepção - com outras palavras, anotei o sentido - da existência de um esquema. Que esquema é esse?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O esquema PC.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Para V. S^a é indiscutível que existe o esquema PC?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho a menor dúvida.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Também se formou em V. S^a a convicção - eu deveria lhe dar o tratamento de Excelência, e vou passar a fazê-lo, pela sua qualidade de advogado. V. Ex^a também, ao perceber a existência desse esquema, formou em si a convicção de que deveria sair porque não participaria de esquema algum. Foram essas as suas palavras?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foram essas as minhas palavras.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Qual era o objetivo desse esquema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Pelo que pude depreender, quando esse esquema tentou se aproximar de mim, era o tráfico de influências, o aliciamento de pessoas para participação no próprio esquema.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O depoimento de V. Ex^a deve ter causado muita preocupação a diversos setores do Governo. Além da ameaça do dossiê - que tem coisas curiosíssimas na história brasileira -, foram distribuídas perguntas a algumas pessoas. E depois que inventaram a xérox não existe documento secreto, não é Dr. Motta Veiga? Tudo contra o senhor. Aliás, em homenagem ao senhor, eu penso, porque pela primeira vez isso acontece. Tenho aqui uma cópia. Outras cópias já vi que foram distribuídas e até com outro teor. É claro que não vou fazer o jogo de quem se encarrega da produção de um tipo de documento dessa natureza, apócrifo, e não vou revelar o conteúdo dessas perguntas, mas também vou evitar a desqualificação que pretendem fazer da testemunha, com algumas perguntas.

Os métodos de licitação da PETROBRÁS dependem do Presidente?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Nós temos um livro que discorre sobre os vários tipos de licitação; ele é aprovado pelo Conselho de Licitação e o livro hoje em vigor, parece-me, já é a bíblia do negócio há mais de dez anos.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Pelo volume de negócios da empresa, as decisões na PETROBRÁS, em todas as fases, são tomadas por pessoas isoladas, por diretores isolados, por grupos restritos ou por departamentos especializados, com a participação de um grande número de técnicos.



cos?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Para mim é claro que essa forma de pressão que sofri demonstra uma clara ignorância do processo de decisão da companhia.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A decisão de V. Ex^a de aumentar as compras de petróleo ao Irã foi embasada numa decisão pessoal ou do corpo técnico da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi embasada numa decisão do corpo técnico da PETROBRÁS em função dos 84% de óleo importado concentrados no Kuwait e no Iraque.

O SR. MIRO TEIXEIRA - A PETROBRÁS tem entidades de servidores bastante atuantes?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Tem. A EPET.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Fui relator da PETROBRÁS em dois exercícios e tive um contato muito grande com os seus engenheiros. Houve algum protesto?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente. Eu tive, inclusive, da EPET. Foi uma situação muito engraçada, porque quando eu entrei, entrei com muita desconfiança da EPET, que é uma organização que reúne os engenheiros e os técnicos da Petrobrás.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Não houve nenhum protesto?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não houve nenhum protesto, nem nas demissões.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Para mim basta.

Também, com relação à construção da plataforma semi-submersível, houve algum protesto da EPET?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, nunca houve protesto.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Vamos falar um pouco da VASP, que foi o objeto da sua convocação, já que V. Exa. não está sendo investigado por esta Comissão.

Existem algumas questões sobre datas nesse episódio da VASP. O Sr. Paulo César Farias - e falo o nome completo para evitar problemas, porque essa sigla PC, de repente, está afetando relações políticas aqui de companheiros - o procurou antes de assumir o controle acionário da VASP?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não havia sido privatizada a VASP.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Não conheço o processo de privatização da VASP. Foi por leilão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi por leilão.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O senhor foi presidente da Comissão de Valores Mobiliários. As condições privilegiadas para assumir o controle acionário de uma empresa podem configurar crime?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que podem.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Inclusive não só para quem está median-do.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não...

O SR. MIRO TEIXEIRA - No caso, o Sr. Wagner Canhedo.. Eu vou reformular a minha pergunta a partir da declaração de V.Exa. à revista Veja, que me chamou a atenção. V.Exa. diz uma coisa esquisita: "Você comprar a VASP por um preço é uma coisa, enquanto comprá-la pelo mesmo preço, levando-se US\$ 50 milhões de combustível sem juros é outra". V.Exa. acha que o privilégio da informação do Sr. Wagner Canhedo, da segurança de que viria a obter o financiamento PETROBRÁS, deu-lhe superioridade sobre os competidores?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - V. Exa. poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. MIRO TEIXEIRA - O conhecimento do Sr. Wagner Canhedo, a segurança do Sr. Wagner Canhedo, via PC Farias, de que obteria essas condições...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele tinha condições privilegiadas, sem dúvida.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Antes?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Antes de se dar o leilão. Não tenho dúvidas disso.

O SR. MIRO TEIXEIRA - E o senhor, como ex-presidente da CVM e advogado da área, considera que isso constitui ilícito penal?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que a base de qualquer licitação de qualquer bem público deve prever que todos os concorrentes, todos os interessados, participem em condições de igualdade.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Exa. é a primeira testemunha que aqui depõe e que não mudou de curso a partir das declarações da revista Veja.

V.Exa. sofreu alguma forma de constrangimento ou tentativa de persuasão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sofri.

O SR. MIRO TEIXEIRA - De que natureza?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Do tipo "existe um dossiê Motta Veiga", "existem acusações com relação a superfaturamento de plataformas", "existem acusações de intermediação de petróleo comprado do Irã", e outras que até já foram discutidas aqui, com a clara intenção de me intimidar. Deixei a presidência da PETROBRÁS há dois anos e estou ciente - e isso é fácil de ser verificado na própria PETROBRÁS,



porque fizeram agora isso de novo, mandaram um batalhão de pessoas para levantar acusações que eram feitas contra mim na surdina, nas minhas costas e não conseguiram pegar nada. Quer dizer, o que existe é uma tentativa de intimidação, uma tentativa de chantagem para comprar o meu silêncio.

Vim aqui atendendo a uma solicitação da Comissão. O meu interesse é que o processo siga o seu curso e que as denúncias sejam apuradas.

Não tenho problema algum em responder. Atendi à solicitação do Exm^a Sr. Presidente da Comissão para que viesse depor, conforme diz o próprio ofício que me foi enviado sobre às denúncias do Sr. Pedro Collor, sobre as possíveis atividades ilícitas do Sr. Paulo César Farias e confesso que boa parte dessa sabatina, a que muito honrosamente me submeto, tratou de tentar me fazer explicar as minhas decisões na PETROBRÁS, ao que não me furto.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Essas intimidações, como a tentativa de chantagem, ameaça, foram feitas por telefone?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foram feitas por telefone, quando eu estava em Londres.

O SR. MIRO TEIXEIRA - É possível, pelo sistema inglês de telefonia, obter-se, via perícia, a indicação de onde partiram essas ligações?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não saberia responder, mas acredito que sim.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Para encerrar, V.Exa. disse que o Embaixador Marcos Coimbra lhe telefonou dizendo que havia interesse do Governo na solução do caso VASP, do empréstimo VASP. O Embaixador Marcos Coimbra manifestou outro interesse do Governo, em algum outro momen-



to, sobre alguma outra empresa em fase de privatização?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, nobre Deputado Miro Teixeira.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Odacir Klein, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. ODACIR KLEIN - Dr. Motta Veiga, esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada para investigar denúncias do Sr. Pedro Col-
lor de Mello a respeito de atos do Sr. Paulo César Cavalcante Farias,
que poderiam se constituir em delito, e, ao meu juízo, delito de ex-
ploração de prestígio, no mínimo.

O depoimento de V. Sa. é muito importante. Primeiro, pela segu-
rança, pelo fato de V.Sa. não titubear para responder, pelo fato de
mostrar que sabe o que diz, principalmente por demonstrar que o Sr.
Paulo César Cavalcante Farias tinha prestígio e podia explorá-lo, já
que V. Sa., Presidente de uma grande estatal, atendeu a dezessete ou
dezoito telefonemas dele e teve mais quatro encontros, se não me enga-
no.

V.Sa., com muita propriedade, mencionou datas de telefonemas e
datas de encontros. Com o objetivo de fazer prova perfeita nesta CPI,
pergunto: V. Sa. pode indicar a esta CPI documentos na PETROBRÁS -
agenda de secretária, agenda de telefonemas -, em poder de V. Sa., que
podemos requisitar para também, documentalmente, comprovarmos esse
número de telefonemas, esse número de contas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Com relação às ligações
feitas para a Presidência da PETROBRÁS, acho que é fácil requisitar à
Secretaria da Presidência da PETROBRÁS esses registros telefônicos.
Com relação a outros telefonemas que foram dados pelo Sr. Paulo César



Farias, depois da ligação do Embaixador Marcos Coimbra, tenho alguns desses recados, que me foram passados pelo balcão de mensagens do hotel.

O SR. ODACIR KLEIN - São documentos em poder de V. Sa., que podem ser encaminhados a esta CPI?.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim.

O SR. ODACIR KLEIN - Solicito ao Relator...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não está na sua pergunta, mas gostaria também de encaminhar a esta Comissão, se assim interessar, porque esse assunto foi ventilado aqui, o contrato social da empresa para a qual eu trabalho. Eu não o tenho aqui, mas já que foi levantada uma questão com relação à associação, aos possíveis sócios da empresa para qual eu trabalho, acho importante que os senhores, para transparência do processo, tivessem total ciência da empresa e total conhecimento da formação societária da empresa para a qual eu trabalho.

O SR. ODACIR KLEIN - Não é um documento público, mas se V. Exa. puder colaborar...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Atendendo ao requerimento do Deputado Roberto Jefferson, faço questão de chegar à Comissão o original, registrado na Inglaterra, onde constam os sócios da empresa.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, desde logo requeiro que solicitemos à PETROBRÁS o envio dessas agendas telefônicas, através das quais nós poderemos comprovar esses telefonemas.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não entendi.

O SR. ODACIR KLEIN - Agenda telefônica, segundo informação do depoente, agenda dos telefonemas anotados pela secretária da PETROBRÁS, para que nós possamos comprovar a existência desses telefonemas.



O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - É um requerimento à PETROBRÁS?

O SR. ODACIR KLEIN - Requerimento à PETROBRÁS.

Pergunto mais ao depoente. Afora a defesa do interesse da empresa, o depoente teria algum motivo de ordem pessoal para não atender a um pedido do Sr. Wagner Canhedo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, de forma alguma.

O SR. ODACIR KLEIN - Algum motivo de ordem pessoal para não atender a um pedido do Sr. Paulo César Farias ?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, de forma alguma. Se o pedido tivesse vindo atendendo ao interesse da PETROBRÁS, não teria por que não atender.

O SR. ODACIR KLEIN - Concluo as minhas perguntas, apenas dizendo ao depoente, até para que fique registrado nos Anais da CPI, que ao meu juízo, dos depoimentos que nós tivemos, este foi o manifestado com mais segurança, com mais tranquilidade, sabendo o que diz.

Um depoimento dessa natureza não poderá ser minimizado, um depoimento dessa natureza é de fundamental importância para que nós concluamos ou não pela prática de delito.

A origem de V.Sa. a nós não nos interessa. Nós estamos investigando atos praticados pelo Sr. PC Farias. A origem de V.Sa. é um problema de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que o convidou para exercer um cargo de Presidente de uma estatal importante. Se V.Sa. errou ou não na administração da PETROBRÁS também é algo que não está sendo investigado agora na CPI. O que está sendo investigado agora é se houve a prática de atos ilícitos pelo Sr. PC Farias e pessoas que o cercavam, pelo que mais uma vez repito: a segurança com que V.Sa. se manifestou é de fundamental importância para o resultado e para a prova desta CPI e seu depoimento não será de forma nenhuma mi-



nimizado, mesmo que o queiram.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Motta Veiga, na sua gestão houve uma operação envolvendo compra de Títulos da Dívida Brasileira, não é verdade?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É verdade.

O SR. NEY MARANHÃO - Qual o valor de face dos títulos adquiridos nessa operação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - O valor de face da dívida foi 600 milhões de dólares.

O SR. NEY MARANHÃO - Eu pergunto: por que a presidência da empresa deu instrução ao serviço financeiro para que realizasse a compra rapidamente, de forma a completar os 600 milhões?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A presidência da empresa não deu essa determinação. A presidência da empresa determinou que fossem comprados 600 milhões de dólares pelo valor de face, da melhor forma possível.

Isso feito num prazo de 19 dias corridos, sendo que 16 dias úteis.

O SR. NEY MARANHÃO - Como se explica... Nós temos informações que o prazo de apenas 14 dias foram para realizar uma operação de 600 milhões, quando o normal é procurar fazer as compras durante um longo período de tempo, para evitar que a operação seja percebida e comentada no mercado, pressionando para cima a cotação dos títulos e gerando reações contrárias por parte dos banqueiros internacionais?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que essa é uma pergunta muito pertinente e queria ter oportunidade de responder.



Uma operação dessas, primeiro se faz para atender a uma necessidade de caixa imediata da empresa.

No mês de agosto já tínhamos uma situação de um déficit de caixa da ordem de um bilhão de dólares, de déficit corrente de um bilhão de dólares. Então, não dispúnhamos de tempo, e o preço do petróleo continuava a subir, como demonstra a evolução da conta-petróleo, que eu também, se V.Exa. quiser, é um documento da PETROBRÁS, posso juntar aqui aos autos.

Em agosto, só para que V.Exas. tenham uma idéia, de julho para agosto ela teve uma subida extremamente expressiva.

Então, nosso problema de caixa, que já era um problema sério, agravou-se em muito curto espaço de tempo.

Nós fizemos esta operação durante 15 dias, fizemos compras durante esse período, compras que foram feitas dentro dos valores de mercado da época, valores esses facilmente comprovados, e mais, todos os procedimentos relacionados com essa operação tiveram a aprovação do Banco Central e da empresa de auditoria que procedeu à auditoria nessa operação. Está à disposição, caso o Sr. Presidente ou o Sr. Relator queiram, posso tirar cópias.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Ney Maranhão, é importante a juntada aos autos?

O SR. NEY MARANHÃO - Muito bem, pode juntá-las.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Vamos juntá-las aos autos.

O SR. NEY MARANHÃO - Dr. Motta, à medida que se enfraquecia sua posição no Governo, em razão de suas divergências com a equipe econômica, afigurava-se iminente a sua saída, aumentava a velocidade de volume de compras da PETROBRÁS, que continuava a pagar mais do que a média do mercado. E V.S.^a fala em valores de mercado. Em toda a ope-



ração, a PETROBRÁS gastou US\$7.6 milhões, pagando título acima da cotação média calculada pelo Banco Central. Nos dias 15 e 19 de outubro, quando já se sabia que sua demissão era iminente, foram comprados US\$317 milhões, ou seja, 53% do total autorizado de US\$600 milhões. No dia 15/10, foram dadas duas ordens de compra: uma no total de US\$160 milhões, de DFAs, adquiridos por 24.937% do valor de face, acima da cotação da média do mercado, que foi de 23.625%. No dia 19/10/90, quando os jornais já anunciavam a sua demissão, foram dadas duas novas ordens de compra no valor de US\$150 milhões, a preço de 25.500% do valor de face, novamente acima da cotação da média de 23.250%, indicada pelo Banco Central.

Dr. Motta, o senhor considera ético autorizar uma despesa de US\$150 milhões no dia de sua demissão?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sr. Senador, permito-me discordar dos dados que V.Ex^a tem. Eu tenho os dados que a PETROBRÁS enviou para o Banco Central e, portanto, também são públicos, bastando para isso solicitarmos que o Banco Central dê as informações corretas.

Na primeira operação, que foi no dia 5, todas as compras foram efetuadas abaixo do valor de mercado. No dia 9, todas foram abaixo do valor de mercado; no dia 10, uma abaixo da mínima e duas na máxima do mercado; no dia 15, duas a mercado, média de mercado. Quando falo "a mercado" é a "média de mercado". E dia 19, duas: uma à máxima de mercado e outra a mercado.

Quero dizer que a essa altura tínhamos um déficit acumulado, como já lhe falei, de mais de US\$1 milhão. Havia, surgiu na imprensa, aliás, nesse processo de saída, como já relatei aqui, a Ministra Zélia Cardoso de Mello, dizendo que não havia autorizado essa operação,



quando, posteriormente, o próprio ex-Presidente do Banco Central, Ibrahim Éris, declarou em entrevista à imprensa que havia sido autorizada verbalmente pela Ministra e por ele.

Então, tive o cuidado e tinha que atender à necessidade da PETROBRÁS de fazer esse caixa o mais rápido possível. Não me parece nada de estranho; se pudesse, talvez, esperar 3 meses para fazer essa operação, por um lado, talvez tivesse mais calma para comprar e o preço seria sempre o mínimo do mercado.

Por outro lado, uma operação como a da PETROBRÁS, de US\$600 milhões, valor de face, é muito difícil manter segredo por 3 meses. Aí poderíamos ter o inverso: enquanto não completássemos a cota, esse preço poderia estar em constante ascendência. Então, a discussão: se compramos rápido demais ou se compramos devagar demais. É uma decisão que hoje discutimos em cima do fato consumado. O fato é que, muitas vezes, a história do mercado de capitais, e conheço relativamente bem isso, quanto mais a operação demora a ser feita, ela leva elementos especulativos. E tanto isso prova que muitas dessas compras de DFAs foram feitas a preço abaixo da mínima de mercado do dia. Ouvi também uma crítica, Sr. Senador, de que teria feito essa operação sem aprovação do Conselho Monetário Nacional.

O SR. NEY MARANHÃO - Quanto a isso, tenho conhecimento de que teve o apoio do Conselho Monetário.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Houve, depois, um voto *ad referendum* da Ministra Zélia.

O SR. NEY MARANHÃO - V.S^a., antes da autorização do Governo, começou a comprar esses DFAs?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente. Antes que obtivesse a autorização verbal da Ministra Zélia...



O SR. NEY MARANHÃO - Autorização verbal. Mas, autorização por escrito...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Devo dizer a V. Exa. o seguinte: a autorização, por escrito, da Ministra...

O SR. NEY MARANHÃO - Foi depois... se não me engano, no dia 5 o senhor começou a comprar.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Autorização, por escrito, que é a autorização formal...

O SR. NEY MARANHÃO - Depois, no dia 7, parece-me.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A autorização formal é o voto *ad referendum* do Conselho Monetário Nacional, 203/90, do dia 16/10/1990.

Agora, eu só queria esclarecer, porque é importante, que essas operações são aprovadas em todas as empresas estatais verbalmente. Por quê? Porque, de posse de um voto desses, o mercado sobe consideravelmente.

O SR. NEY MARANHÃO - Quer dizer que o senhor tinha consciência de que essas compras rápidas, como foram feitas, poderiam ter uma diferença grande contra a PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Não penso assim.

O SR. NEY MARANHÃO - A diferença, pelo menos, através de minhas informações e que passo à Comissão, a diferença do mercado normal para o que V.Sa. comprou é acima de US\$7 milhões e 603 mil.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não concordo. Dei dados a V. Ex^a. que, inclusive, foram enviados ao Banco Central, em que a maioria das compras foram feitas abaixo da média de mercado, sendo que algumas...



O SR. NEY MARANHÃO - Discordo. A informação que eu tenho aqui do Banco Central é a média, quando o senhor comprou, é toda superior ao nível de mercado. E é por isso que eu passo à Comissão esses documentos. O Senhor comprou por intermédio de alguma corretora, é isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA DA VEIGA - Sem dúvida, a PETROBRÁS usou uma corretora.

O SR. NEY MARANHÃO - Qual a corretora?

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA DA VEIGA - Não tenho a menor idéia. Isso é através da gerência financeira.

O SR. NEY MARANHÃO - Muito obrigado, estou satisfeito.

Passo aqui a documentação à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Motta Veiga, o senhor foi convidado para ocupar esta posição pelo Presidente da República?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA DA VEIGA - Eu fui convidado pelo Ministro Ozires Silva.

O SR. MÁRIO COVAS - O Presidente da República tinha conhecimento disso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO MOTTA DA VEIGA - Tinha, claro!

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor parece nos ter dito durante determinado instante que fez uma exigência para assumir, e a exigência foi lhe devolvida pelo Ministro Ozires Silva, portanto, com anuência do Presidente da República.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente correto.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, àquele instante, o Presidente da República certamente fez um tremendo esforço para coletar no seu grupo de trabalho gente da maior dignidade, tinha o melhor respeito por V.



Exa.?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor tem conhecimento, ou se lembra que foi publicado no jornal do Brasil do dia 19 de outubro que, por volta do mês de junho ou talvez um pouco adiante, o Presidente da República, numa entrevista aos editores de jornais teria apresentado como exemplo da excelência o seu trabalho na PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu tenho cópia dessa declaração do Presidente.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor se lembra da data?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Dê-me apenas um segundo, porque tenho papel demais.

O SR. MÁRIO COVAS - É verdade que nessa mesma declaração ele acentuou que o apreço por V. Sa. era tão grande que ele gostaria de vê-lo como futuro governador do Rio de Janeiro?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nessa ocasião eu não sei, mas ele não fez menção a isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas houve ocasião em que ele fez?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Havia uma conversa nesse sentido.

O SR. MÁRIO COVAS - Portanto, digamos que até dois meses antes, depois do senhor ir embora, o senhor era o exemplo da excelência do Governo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele expressou isso.

O SR. MÁRIO COVAS - Com as coisas que estão acontecendo, não é muita recomendação. Mas, de qualquer maneira, era a opinião que o Presidente tinha a seu respeito.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exatamente.



O SR. MÁRIO COVAS - Na sua indicação houve alguma influência do Sr. Leopoldo Collor.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu acredito que sim, porque por amigos comuns o meu nome surgiu e eu não creio que tenha sido só a Ministra Zélia que tenha levado o meu nome, tenho indício para achar que sim.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. Leopoldo Collor teria indicado alguém para a direção na PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. MÁRIO COVAS - Chegamos ao instante em que aconteceu o affair em que o senhor sai da PETROBRÁS. Nesse instante, o jornalista Cláudio Humberto que, à época, ocupava o cargo de porta-voz do Governo, e, ainda, não tinha sido convocado para a sua tarefa na área cultural, afirmou o seguinte em relação à sua saída, através de um comunicado em que ele critica a sua posição no caso do empréstimo à VASP. Para o porta-voz o negócio era muito bom, ele chega a sugerir no seu comunicado que era também patriótico. Afirma Cláudio Humberto:

" O negócio recusado pelo ex-Presidente da PETROBRÁS resultou sendo fechado nas mesmas condições por outra empresa distribuidora multinacional, o que revela não apenas a perda de um bom negócio mas, sobretudo, uma atitude que levou a PETROBRÁS e a PETROBRÁS-Distribuidora a deixarem de fazer um bom negócio, portanto, do interesse do País".

O senhor conhece o relatório da comissão que, depois da sua saída, avaliou a condição de venda?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, senhor.

Senador, V.Exa. me permite responder à sua pergunta? O dia da entrevista que V.Exa. mencionou aos editores foi o dia 3 de junho de



1990, e o trecho em que o Presidente Collor me menciona, vou repetir aqui:

"Vou ceder à PETROBRÁS - como Presidente - um jovem de excepcional qualidade, que foi da CVM, que é o Motta Veiga, atuante, moderno e que vem se conduzindo com muita competência, e toda a diretoria de profissionais da própria PETROBRÁS".

O SR. MÁRIO COVAS - Então, o senhor tinha atestada a sua competência pelo Presidente da República até o mês de julho?

Já o porta-Voz se refere a dois aspectos que o levaram a ser demitido: o primeiro, a sua incompetência; o segundo, a sua insubordinação.

A incompetência - está transcrita aqui nas razões - era o tal negócio a ser feito com a VASP, que não foi feito.

O que seria a insubordinação de que ele falou?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A "insubordinação", digamos, a minha insubordinação apresentada ao público foi a minha não aceitação à política de preço de combustíveis adotada pelo Governo.

Agora, pessoalmente, intimamente, acho que foi a não aceitação ao convite para vir a aderir ao esquema PC.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor, na sua entrevista, em determinado instante, diz o seguinte:

"Conheci o Sr. PC Farias no Hotel Transamérica em São Paulo. Sabia que era o encarregado do caixa da campanha".

O senhor sabia disso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sabia. Foi-me dito pela Ministra Zélia.

O SR. MÁRIO COVAS - "A professora Zélia Cardoso de Mello comentou, na ocasião, que ele era a pessoa mais próxima do Presidente eleito,



to". Isso procede?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Procede.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor é, portanto, a segunda pessoa que, nesta Comissão, alega que a Ministra Zélia sabia do papel que o Sr. PC Farias desempenhava no Governo.

O senhor, em determinado instante da sua entrevista, fala de um governo paralelo, e aponta como participante desse governo paralelo quatro pessoas, que teriam tido contato com a PETROBRÁS: Pedro Paulo Leoni Ramos, Paulo César Farias, Sérgio Rocha e Cláudio Vieira. São as únicas pessoas que o senhor identificou com o sistema?

Na própria PETROBRÁS, havia alguém vinculado ao sistema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Deveria haver, porque dos pedidos de cargo que eram feitos, sem dúvida, essas pessoas vieram, mais tarde, a ocupar cargos na empresa. Agora, não na diretoria, não nas diretorias subsidiárias, a não ser um que, como falei, coincidentemente, era uma solicitação do Secretário Pedro Paulo Leoni Ramos.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos lhe telefonou - conforme o senhor diz na entrevista - num instante de greve na Petrobrás para falar sobre a colocação de certas pessoas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Telefonou.

O SR. MÁRIO COVAS - E a sua conversa restringiu-se a isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Era um momento difícil na PETROBRÁS, porque estava enfrentando uma greve em função da reforma administrativa que tinha que empreender na empresa, e isso me levou a optar por uma discussão - por ser uma coisa traumática, não ser nada agradável demitir alguém, é evidente -, parti para um processo de negociação longo com 14 ou 15 sindicatos da PETROBRÁS, de todo o Brasil. Evidentemente, não tive o apoio nem a colaboração de todos eles, mas,



depois de um trabalho longo, consegui mostrar a eles que o negócio de defender, de uma forma corporativista, não ajudava a empresa. Apesar de ter essa conversa prévia e essa colaboração de alguns setores sindicais, tive uma greve muito séria na PETROBRÁS, e greve na PETROBRÁS é algo, para os senhores terem uma dimensão, não só pela falta de combustível que isso pode gerar, a curto prazo, ela também envolve o próprio patrimônio da empresa. O senhor sabe que os equipamentos não podem parar de funcionar, eles funcionam 24 horas sobre 24. Por exemplo, no caso de Paulínia, nessa greve específica, a refinaria foi sendo tocada pelos engenheiros, porque tivemos lá uma greve muito séria. Eu estava realmente preocupado. Tivemos também um problema sério no Rio Grande do Norte. E recebi um telefonema em casa, por volta de 11 horas da noite, era o Pedro Paulo Leoni, e eu, inocentemente comecei a descrever um pouco os passos e o movimento grevista que eu estava enfrentando e o que estávamos fazendo. Apesar do movimento grevista, vínhamos com um nível de produção ainda bem elevado e não havia problema. Depois dessa conversa, fui surpreendido com a pergunta sobre, digamos, como é que andava a lista de candidatos que eu tinha em mãos, e então falou: - "A lista é feita em papel em branco, sem timbre, bonitinho". Eu disse: "Olha, desculpe-me, mas a última coisa em que estou pensando agora é em lista de candidatos". E lembrei a ele, mais uma vez, o que foi lembrado por um dos Senhores participantes da comissão, que o Presidente Fernando Collor me deu total liberdade para fazer essas escolhas, e não abrir mão disso em hipótese nenhuma, são pessoas da minha confiança ou da confiança da minha diretoria.

O SR. MÁRIO COVAS - Entendi mal ou V.Exa., em determinado instante da exposição disse que certa vez, entre as várias visitas que o Sr. Paulo César Farias fez, em particular no caso da VASP, ele teria



sido acompanhado do futuro dono da VASP. Entendi mal?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não recebi e nunca tive encontro com o Wagner Canhedo.

O SR. MÁRIO COVAS - Em ambas as vezes em que ele falou com o senhor, ouvi numa declaração, em certos instantes, isso até faz ter certa visão a respeito dele como homem, classificando-o como uma pessoa vulgar, vi que em certos instantes V.Sa. faz referência a uma conversa em que ele disse que o Presidente da República esteve na casa dele várias vezes, sem que sequer ele estivesse presente.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele me falou isso. Confirmando o que eu falei.

O SR. MÁRIO COVAS - Nem vou lhe perguntar por que, devido à vulgaridade, não tem sentido fazer a pergunta. Mas ele afirmou que várias vezes o Presidente foi a sua casa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sim, ele afirmou isso para mim. Disse que várias vezes ele chegou em casa e o Presidente estava lá.

O SR. MÁRIO COVAS - Nesta Comissão ele afirmou que o Presidente nunca foi a sua casa.

Alguma vez ele lhe afirmou que tinha uma reunião às segundas-feiras com o Presidente na Casa da Dinda?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Afirmou.

O SR. MÁRIO COVAS - O Sr. Cláudio Vieira pediu que o senhor escolhesse determinadas firmas para participar da publicidade?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. O esquema de publicidade do Governo- acho que isso inclusive foi amplamente divulgado- desqualifica as antigas empresas e identifica novas empresas que viriam a ser aquelas a ser ungidas pelo Governo para prestar serviços a



empresas estatais.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas a rigor, ele lhe indicou, depois que o senhor pediu que fornecesse...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele indicou um número de empresas, que confesso a V.Exa. que não posso lembrar o número delas.

O SR. MÁRIO COVAS - Mas o senhor lembra que uma delas recebeu e não repassou.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Um dia, especificamente, fui avisado pelo Departamento Jurídico da PETROBRÁS que o nome da PETROBRÁS estava para protesto de título. Depois de mandar verificar, pudemos ver que era devido a uma empresa de publicidade que não teria pago a um veículo um dinheiro que já havia recebido da PETROBRÁS. Recebi até uma carta, que também deve estar nos arquivos da PETROBRÁS, do diretor da empresa explicando-se, desculpando-se e relatando as providências que foram tomadas, depois do que ocorreu.

O SR. MÁRIO COVAS - Estou vendo uma declaração no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 21 de outubro de 1990, onde se diz o seguinte: "... numa dessas ocasiões, PC o procurou para favorecer determinada empreiteira inscrita numa licitação da PETROBRÁS".

- "Mas, Paulo César, essa empreiteira já ganhou", retrucou Motta Veiga, explicando que a licitação já havia sido julgada

- "Então dá para segurar a publicação do resultado por dez dias?" - sugeriu Paulo César..."

Então, pelo menos uma vez, dependendo da notícia, o Sr. Paulo César Farias teria sido explícito a esse ponto?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Tenho a impressão de que ele não estava muito bem informado, nem sobre a prática das coisas na PETROBRÁS, como o andamento desse processo específico.



Ele realmente foi surpreendido pela decisão da diretoria em examinar essa concorrência. Isso se prende ao fato de que ele pediu-nos que atrasássemos a colocação na agenda do Conselho de Administração da PETROBRÁS a decisão final sobre essa plataforma P-18.

O SR. MÁRIO COVAS - Na *Veja* há um trecho que diz assim: "Em suas conversas com os engenheiros da PETROBRÁS Paulo César não deixou de ressaltar a sua influência junto ao Governo Federal, disse Motta Veiga à repórter Jaqueline, e à *Veja*, que o procurou por telefone no início de outubro.

Ele estranhou, porém, uma coisa, PC não contou qual era o seu interesse em servir de intermediário na transação."

Por que isso lhe causou surpresa?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Porque acho que ninguém pega um avião, sai de Brasília ou de São Paulo, vai fazer algum tipo de trabalho para alguém por filantropia.

E nunca ficou muito claro, nem muito explícito para mim qual era essa relação. A relação que é amplamente divulgada pela imprensa é de que isso se baseia em 20 anos de amizade. É só isso que posso dizer. Eu não tenho nenhum dado. Em nenhum momento ele disse qual a razão, em que ele poderia se beneficiar se colocando entre a PETROBRÁS e os interesses da VASP.

O SR. MÁRIO COVAS - Quantas vezes o Sr. PC Farias já havia falado com o V.Sa. pessoalmente ou por telefone? Quando V.Sa. recebeu o telefonema do Embaixador Marcos Coimbra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Dezesete vezes.

O SR. MÁRIO COVAS - Já havia falado 17 vezes?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Telefonou, fora os encontros, dezessete vezes.



O SR. MÁRIO COVAS - E aí o Embaixador telefonou a V.Sa.?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Telefonou.

O SR. MÁRIO COVAS - E o Embaixador, ao telefonar a V.Sa., pediu-lhe que interviesse na questão, tendo em vista que o almirante não havia concordado?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, ele não citou o almirante. Eu sabia que tinha havido essa conversa dele com o almirante; aliás, essa conversa tem uma testemunha, que é o Comandante Paiva, que é assessor do almirante, mas o almirante não tinha mencionado. Soube por outras razões.

O SR. MÁRIO COVAS - Foi a única vez que ele falou no assunto?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi a única vez em que o Embaixador Marcos Coimbra falou sobre o assunto.

O SR. MÁRIO COVAS - Ele lhe disse por que razão estava falando?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele disse que havia um grande interesse do Governo de que a privatização da VASP fosse "pra frente".

O SR. MÁRIO COVAS - Que a privatização da VASP fosse "pra frente". E, nesse instante, V. Sa. disse a ele que a área técnica tinha...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu disse a ele que, se dependesse da PETROBRÁS, ele não poderia contar com ela, porque a área técnica da PETROBRÁS havia chegado à conclusão que a operação era danosa aos interesses da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Mário Covas. Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, concordo com as observações do Deputado Odacir Klein, e queria registrar isso aqui, que o depoente foi muito preciso nas suas declarações,



principalmente naquilo que constitui o objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, isto é, o seu testemunho quanto ao telefonema que lhe fez o Embaixador Marcos Coimbra, em relação ao fornecimento de combustível pela PETROBRÁS à VASP.

Esse é que é o objeto fundamental, essencial, do depoimento que o Dr. Motta Veiga presta nesta CPI.

Evidentemente que não estamos aqui para discutir, do ponto de vista jurídico, os negócios que o Dr. Motta Veiga fez durante a sua passagem pela PETROBRÁS, notadamente a aquisição de 600 milhões de dólares de TDAs no mercado secundário americano, e também quanto à aquisição de petróleo, primeiro no mercado *spot* e, depois, quando contratou diretamente com o Irã o fornecimento de óleo à PETROBRÁS.

É indiscutível que razões políticas da empresa devem ter determinado essas aquisições dos TDAs e de petróleo no mercado *spot* e, posteriormente, em contrato firmado com a estatal iraniana. Mas é indiscutível também que esses negócios causaram prejuízos à PETROBRÁS. É indiscutível, consta de documentos que os negócios foram lesivos aos interesses da PETROBRÁS, porque quando os TDAs foram adquiridos no mercado secundário de Nova Iorque, num prazo curto - naturalmente qualquer pequeno investidor no mercado de ações sabe que, na medida em que um determinado papel é procurado, a tendência natural é ter o seu preço mais valorizado na bolsa. E, evidentemente, em relação ao TDAs aconteceu isso: a PETROBRÁS comprou num prazo curto, concentrou as suas compras em 60 dias.

É indiscutível, documentalmente comprovado - estamos juntando esses documentos, o próprio depoente já requereu também a juntada desses documentos que estariam em seu poder - que os negócios firmados pela PETROBRÁS com a estatal iraniana foram lesivos aos interesses



da PETROBRÁS, tanto que o Dr. Eduardo Teixeira reformulou totalmente aquele contrato; subscreveu outro contrato com as novas condições firmadas no outro contrato.

Mas o que eu queria dizer realmente não era isso. O fato fundamental é que o depoente já disse, no começo, que esteve com o Presidente da República três ou quatro vezes e que, em nenhum desses contatos, o Presidente lhe fez qualquer pedido. O depoente deixou isso consignado no seu depoimento. Disse também - e o fez aqui nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - que o próprio Embaixador Marcos Coimbra só falou com ele uma vez, só lhe deu um telefonema. Na entrevista que deu à revista Veja, o depoente acrescentou um dado que está passando despercebido de toda a opinião pública e que me parece muito importante, pois demonstra o interesse público que estava a fundamentar o telefonema que o Embaixador Marcos Coimbra deu ao depoente. Disse o depoente o seguinte: "Avisei-o de que poderia mandar-lhe uma cópia do trabalho e que estava à sua disposição para reabrir o assunto, caso ele achasse alguma impropriedade no parecer." Aí a revista Veja pergunta ao depoente: "O Coimbra voltou a ligar?" E ele disse: "Não."

Então, gostaria de chamar a atenção para o seguinte fato: o depoente disse que o Presidente esteve com ele várias vezes e não lhe formulou qualquer tipo de pedido, nem relativamente à questão do fornecimento de petróleo, do fornecimento de crédito à VASP. Disse também que o Embaixador Marcos Coimbra lhe deu um telefonema, em que o depoente teria dito a ele como deveria fazer. Inclusive, o depoente foi muito sincero nesta parte: deixou à autoridade, que presumo considerasse hierarquicamente superior, a possibilidade de, se fosse o caso, reabrir as negociações. E o Embaixador nunca mais lhe telefonou para tratar deste ou talvez de qualquer outro assunto.



Perguntaria ao depoente o seguinte: o que lhe pareceu esse fato de o Presidente não lhe ter pedido nada e de o Embaixador não lhe ter telefonado novamente para discutir a reabertura do processo, conforme o depoente propôs ou sugeriu ao Embaixador?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, pode-se impugnar a maneira como foi feita a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Porque há uma preliminar contida na pergunta que não está na resposta.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Dr. Motta Veiga.

O SR. ODACIR SOARES - Sr. Presidente, se o depoente se considerar induzido pela pergunta, posso formulá-la de forma diferente.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Há uma preliminar embutida aí...

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Miro Teixeira, peço a V. Exa...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Presidente, isto é regimental, acontece em qualquer tribunal. O Código de Processo Penal permite isso.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Eu quero saber da testemunha se se sentiu induzida pela pergunta.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não me senti induzido pela pergunta, mas gostaria que o Senador a repetisse.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Então, Deputado Miro Teixeira, V.Exa. está dispensado de levantar essa questão.

O SR. ODACIR SOARES - Eu queria perguntar o seguinte: o Presidente esteve com o senhor, conforme o senhor declarou, em três ou quatro oportunidades. O senhor não precisou: disse três ou quatro oportunidades.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É, três ou quatro vezes.

O SR. ODACIR SOARES - E disse que, nessas oportunidades, o Presidente nada lhe pediu.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Certo.

O SR. ODACIR SOARES - Sobre qualquer assunto de interesse do Governo relativamente à PETROBRÁS.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É claro.

O SR. ODACIR SOARES - O Embaixador Marcos Coimbra fez-lhe apenas um telefonema. Nesse telefonema, o senhor, inclusive, se dispôs a reabrir o processo, se o Embaixador considerasse necessário; e o Embaixador nunca mais lhe telefonou.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É verdade.

O SR. ODACIR SOARES - Isso não lhe pareceu estranho, a partir do fato de que se cogita que haveria um tráfico de influência nesse telefonema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Também falei aqui, respondendo a uma pergunta similar à que o senhor está me fazendo, que é importante que se deixe claro o seguinte: o Sr. Paulo César Farias declarou à revista ISTOÉ que pediu ao Embaixador Marcos Coimbra que ligasse.

O SR. ODACIR SOARES - Estou discutindo a resposta que o senhor deu à revista. O senhor disse à revista que o Embaixador lhe telefonou e que o senhor lhe disse que já havia uma decisão da PETROBRÁS relativa a isso...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É verdade.

O SR. ODACIR SOARES - ... mas que, independentemente disso, o senhor estava disposto a reabrir o caso se ele quisesse.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não. Eu não estava disposto a reabrir o caso se ele quisesse.

O SR. ODACIR SOARES - O senhor diz aqui na revista:

"Avisei-o de que poderia mandar uma cópia do trabalho e que estava à sua disposição para reabrir o assunto, caso ele achasse alguma impropriedade no parecer."

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exatamente, "se houvesse uma impropriedade".

O SR. ODACIR SOARES - Veja bem. E o Embaixador nunca mais lhe telefonou.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É claro, nunca mais me telefonou sobre esse assunto.

O SR. ODACIR SOARES - Não lhe parece estranho isso? Se o Embaixador estivesse fazendo um tráfico de influência, bastaria um telefonema e o senhor o informaria que a matéria estava resolvida, mas que poderia ser reaberta, e o Embaixador nem por isso se incomodou mais?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Excelência, não acho estranho que ele não tenha me ligado de novo; o que acho estranho é que ele tenha me ligado.

O SR. ODACIR SOARES - O senhor acha estranho e não disse isso a ele? V.Sa. se dispôs a reabrir o processo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele me ligou e pediu para saber por que o negócio da VASP não saía. Eu disse: "Tenho o parecer e posso lhe mandar. Se o senhor achar impropriedades, o senhor manda de volta".

O SR. ODACIR SOARES - Não, o senhor não disse isso. O senhor, no começo do seu depoimento, respondendo a uma pergunta do Relator, manteve ipsis litteris a entrevista.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Claro, não nego nada. Confirmando ipsis litteris o que estava escrito.

O SR. ODACIR SOARES - Na entrevista, o senhor diz o seguinte:

"Avissei-o de que poderia mandar-lhe uma cópia do trabalho. E que estava à sua disposição para reabrir o assunto, caso ele achasse alguma impropriedade no parecer."

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É verdade.

O SR. ODACIR SOARES - Quer dizer, ao invés de dizer a ele que era impróprio telefonar-lhe para fazer aquele pedido, o senhor disse-lhe que era próprio e que estava disposto a reabrir o processo. Por que o senhor disse isso a ele?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Vou colocar muito claramente a minha intenção quando formulei a minha resposta. Não me cabe ensinar norma de administração pública a um Ministro de Estado. Era hierarquicamente subordinado ao Ministro Ozires e não me cabia, enfim, explicar ao Embaixador Marcos Coimbra - um homem experiente, um embaixador - se ele devia ou não me ligar para tratar desse ou daquele assunto. Tratava-se de um senhor com quem mantive contato no Governo antes. A minha colocação, à disposição do Embaixador, dos documentos que desaconselhavam a operação se prendeu mais a uma questão de cortesia do que a qualquer outra coisa.

O SR. ODACIR SOARES - O que me chama a atenção é que o senhor procurou demonstrar nessa entrevista e neste depoimento que o senhor não faz cortesia com o interesse público. Pareceu-me que o senhor procurou demonstrar todo o tempo que o interesse público, que o interesse da PETROBRÁS, que a preservação dos interesses patrimoniais, pecuniários da PETROBRÁS norteavam sempre o seu comportamento.



Mas, por cortesia, como o senhor está dizendo, por se considerar subordinado hierarquicamente, nesse caso, o senhor admite que pode abrir uma exceção ao interesse público quando se trata de alguém superior ao senhor?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente, não!

O SR. ODACIR SOARES - Então, não entendi até agora por que o senhor disse à revista que falou para o Embaixador que estava à disposição dele para reabrir o caso.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi uma fórmula que eu tive para atender ao inusitado telefonema. Eu não ia atender ao telefonema e explicar, dizer ao embaixador Marcos Coimbra, que é uma pessoa que poderia ser meu pai, o que ele deveria ou não deveria fazer, e que, para mim, parecia totalmente descabido aquele telefonema.

Então, fiz questão de dizer a ele o seguinte: "É impossível fazer a operação. Eu estou com um parecer sobre a operação, posso mandar para o senhor se, por acaso, o senhor achar alguma impropriedade.

O SR. ODACIR SOARES - Mas não é isso o que o senhor está dizendo na entrevista.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Então, o senhor repete. É exatamente isso que está aí.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Senador Odacir Soares, V.Exa. pode refazer a pergunta.

O SR. ODACIR SOARES - Não, eu estou satisfeito. Está claro. Mas, independentemente da sua cortesia, da sua boa vontade, do seu respeito pela provecutude do Embaixador, mesmo assim o Embaixador não voltou a ligar para o senhor.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, o Embaixador voltou a ligar para mim, não sobre o caso VASP, mas naquela ocasião que eu con-



tei que liguei para o Presidente e ele, então, voltou a ligar..

O SR. ODACIR SOARES - Muito obrigado ao senhor.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Senador Odacir Soares.

Com a palavra o Deputado Elísio Curvo .

O SR. ELÍSIO CURVO - Sr. Presidente, Dr. Luís Octávio da Motta Veiga, em primeiro lugar, quero dizer ao senhor que a questão de um secretário da Presidência telefonar ao Presidente da PETROBRÁS, eu acho que seria normal, porque a PETROBRÁS é a maior empresa da América Latina, maior do que muitos ministérios, onde se definem resultados da nossa economia; eu acho normal esse telefonema, não vejo por que ele teria que falar primeiro com o Ministro da Infra-Estrutura para depois falar com V.Sa. Acho uma normalidade ele falar.

E a questão me leva à suspeição de coisa mais diferente quando V.Sa. diz que falou 17 vezes com PC, jantou com PC, almoçou com PC, isto me leva a fazer algumas inquirições a V. Sa.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Por favor.

O SR. ELÍSIO CURVO - Primeira: o motivo atribuído por V. Sa., como V. Sa. diz, para a sua exoneração teria sido em função da questão da VASP. Eu sou totalmente contra isso, porque no ano de 90 a versão era outra.

A Ministra Zélia Cardoso prestava depoimento em comissão técnica desta Casa, quando vieram à discussão assuntos relacionados com a PETROBRÁS, aumento de preço dos combustíveis para ajuste de salário do pessoal.

A Ministra foi interpelada pelo ilustre Deputado Bocayuva Cunha e citou alguns dados numéricos ou algumas cifras, as quais, segundo



revelou depois, teriam sido fornecidas pelo Sindicato de Engenheiros da PETROBRÁS. E daí o senhor se sentiu exonerado. Não creio que foi em função do caso VASP; naquela época, o senhor já sentia, quando o senhor apresentou a sua exoneração foi em função desse assunto

Outra questão: o Kuwait já havia sido invadido pelo Iraque, a guerra no Golfo Pérsico já era evidente, era iminente. Diante disso, V. Sa. resolveu adquirir uma enorme quantidade de petróleo a título talvez de estoque estratégico.

V.Sa. delegou poderes a algum diretor, ou V.Sa. negociou diretamente essa compra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Essa compra é uma coisa complexa, porque depois de muitos anos de não haver relações entre a PETROBRÁS e a NIOC, nós convidamos uma delegação de alto nível da NIOC, que veio ao Brasil, inclusive veio o vice...

O SR. ELÍSIO CURVO - Eu sei que o senhor está cansado, eu só queria.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não estou cansado.

O SR. ELÍSIO CURVO - Eu não queria ...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não estou circulando. V. Exa. me desculpe, V. Exa. me fez uma pergunta, eu gostaria de responder...

O SR. ELÍSIO CURVO - O senhor toma o meu tempo depois.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para esclarecer a verdade, eu desconto.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A NIOC é uma empresa maior do que a PETROBRÁS em volume de negócios; e ela veio com uma delegação com o vice-ministro do petróleo, com o vice-presidente da NIOC;



eu os recebi e essa negociação foi, digamos, entabulada, foi feita, foi levada a cabo pela Diretoria Comercial e pelas pessoas que compõem o Departamento Comercial da PETROBRÁS. Aconteceu também com o Iraque, quando, eu, Presidente da PETROBRÁS, nós nos sentamos, e foi mais uma coisa formal do que propriamente de negociação

O SR. ELÍSIO CURVO - Quero continuar perguntando a V.S^a se o preço pago naquele dia, naquele momento pela PETROBRÁS era idêntico, era semelhante ao que os outros compradores compraram, inclusive, o Japão, que o senhor falou, que passou de quatrocentos para oitocentos mil barris. O senhor adquiriu cem mil barris nesse dia num contrato a longo prazo. Esse preço nesse dia - pedi informações para o Kuwait, falei com o Presidente do Banco Central do Kuwait, Abdul Al-Ahmad, até hoje foi confrontar - se o preço pago pela PETROBRÁS era o mesmo preço pago por compradores, como os Estados Unidos, Inglaterra, em função do perigo da guerra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Era o mesmo preço, considerando o mesmo tipo de petróleo e a mesma procedência, sem dúvida.

O SR. ELÍSIO CURVO- Foi o mesmo preço pago pelo Japão, comprando oitocentos mil, o senhor cem mil, Estados Unidos...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida, porque fizemos a operação da PETROBRÁS antes da do Japão. O Japão, inclusive, pagou mais do que nós, porque tiveram um aumento de barril por dia, mas nós saímos muito na frente.

O SR. ELÍSIO CURVO- Em função disso, creio que o seu sucessor, Dr. Eduardo Teixeira, pediu uma instauração de inquérito na PETROBRÁS para verificar isso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEITA - Não sei.



O SR. ELÍSIO CURVO- E foi feito um estudo pelo Tribunal de Contas da União que aprovou suas contas. Mas ao aprovar suas contas não quer dizer que o Tribunal de Contas da União tinha ido verificar se havia diferença de preços nas compras entre o Brasil e outros compradores.

Uma outra pergunta que lhe faço: essa quantidade comprada de petróleo - vou chegar ao terceiro.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não, não, por favor.

O SR. ELÍSIO CURVO-...quero esclarecer para ter direito de chegar aonde quero.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - V.Ex^a com a palavra.

O SR. ELÍSIO CURVO- Foram transportadas unicamente com navios da FRONAPE, ou foram transportadas com navios de bandeiras gregas, librianas ou panamenhas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Aí confesso ao senhor que não sei. Talvez o Ministro Maximiano da Fonseca esteja convocado para essa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não, não.

O SR. ELÍSIO CURVO- O senhor é o Presidente.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu sou Presidente, mas Presidente de uma empresa que movimenta quatrocentos bilhões de dólares por ano. Acredito que não haja, por mais registros que tenha, por mais diários que tenha, é impossível registrar cada operação da empresa. Isto está muito claro para todo o mundo. Saber quais são as bandeiras dos navios que transportaram, seria um pouco demais. Em qualquer época.

Tivemos um fato que foi interessante dentro dessa ótica. O prêmio de seguro para transporte de óleo nessa região subiu muito. Tive-



mos uma chamada do nosso segurador de muitos milhares de dólares. Em alguns casos, realmente preferimos - e se o Ministro Maximiano vier aqui depor, poderá até esclarecer isso melhor do que eu - optar pelo aumento de prêmio de seguro que teríamos que pagar, ficaria muito mais barato usar uma terceira bandeira, em alguns casos, em alguns casos não, pois estávamos muito perto da área. Lembro-me que até a **TV Globo**, ou uma das televisões fez uma reportagem com um comandante da FRONAPE que transportava petróleo na área do golfo Pérsico durante a guerra. Então, confesso a V.Exa. que não sei se houve. É prática na PETROBRÁS fazer o transporte dividido entre frota própria e frota rentável

O SR. ELÍSIO CURVO - Eu faço essa pergunta porque V.Sa., como Presidente, manda piramidal. Quando se acusa aqui um erro de qualquer Ministério, quer acusar o Presidente. Então, se houve qualquer equívoco na PETROBRÁS, V.Sa. era o Presidente.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu era o responsável e não fugi disso.

O SR. ELÍSIO CURVO - Então, quero dizer a V.Sa. que essas bandeiras sempre dão desconto, de 30 a 40%. Eu queria saber o preço real nesse dia desses **spreads**, se são compatíveis com os outros países que usam navios bandeiras estrangeiras.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Creio que V.Exa. pode obter essa informação através de um requerimento ao Departamento Nacional de Navegação da FRONAPE, que poderá informar claramente a V.Exa..

O SR. ELÍSIO CURVO - Faço isso porque pergunto se houve interferência no grupo que se chama PC, que não sei, não conheço, nunca o vi, a não ser aqui, sentado numa cadeira. Quero dizer que V.Sa. não está aqui como réu; V.Sa. está prestando esclarecimentos, fazendo elucidações para o Brasil, porque precisamos delas. Quero dizer o se-



guinte: antes de estar na PETROBRÁS, V.Sa. disse que trabalhava na Anglo American?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É, numa empresa multinacional.

O SR. ELÍSIO CURVO - Que fazia sua remessa. Pelo que V.Sa. disse aqui, os dados, os números que V.Sa. leu não são compatíveis com a lei de remessa de lucros. Se para um capital de 200 milhões de dólares, remeteu 40, foi muito aquém do que o permitido pelo Banco Central.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Absolutamente. V.Exa. me desculpe, mas não é assim. A lei de remessa de lucros, a Lei nº 4.131, é uma combinação entre capital registrado e patrimônio da empresa.

A empresa tem o capital registrado de 200 milhões de dólares, mas tem um patrimônio hoje de mais de 850 milhões de dólares, quase 1 bilhão de dólares.

O SR. ELÍSIO CURVO - Mas não foi com o capital registrado. Aí é outra coisa falha. Não vou entrar nessa discussão de mérito com V.Sa., mas tem que se fazer a remessa em função de capital registrado. Isso é um erro.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, V.Exa. me desculpe. É importante dizer que a Lei nº 4.131 foi feita durante o Governo do Presidente João Goulart.

O SR. ELÍSIO CURVO - Para terminar, queria lhe perguntar mais o seguinte: a firma em que V.Sa. trabalha hoje, em Londres, qual é?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É a Rayner Coffee International.



O SR. ELÍSIO CURVO - Qual é o cargo que V.Sa. ocupa nessa firma?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu sou **deputy-chairman**, um vice-presidente executivo.

O SR. ELÍSIO CURVO - Isso me causa surpresa, porque a Inglaterra tem todo o mundo como colônia. Ela fazer a inversão das coisas, chamar um brasileiro, logo depois que sai da PETROBRÁS, para presidir na Inglaterra, me leva a pensar nisso.

Então, eu pergunto: houve interferência do Grupo PC na compra desse petróleo do Irã? Houve interferência do PC nos fretes? V.Sa. é acionista dessa companhia que está na Inglaterra?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEITA - Não, absolutamente. É por isso...

O SR. ELÍSIO CURVO - Ter contrato de trabalho é uma coisa, ter contrato de trabalho com a minha própria firma, significa ser acionista dela.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEITA - Não, não sou acionista. Na Inglaterra isso não é permitido. (Risos)

O SR. ELÍSIO CURVO - Se é sociedade anônima, eu não sei.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não é sociedade anônima, é uma sociedade civil, é uma **partnership**, é uma sociedade limitada.

O SR. ELÍSIO CURVO - V.Sa. está lá há 18 meses, contratado diretamente daqui?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, contratado por lá. O meu contrato é assinado na cidade de Londres, e o foro é a cidade de Londres.

O SR. ELÍSIO CURVO - Só para terminar: V.Sa. disse aqui que, durante dezessete encontros mantidos com PC, quatro vezes pessoalmente,



um jantar e um almoço, nunca o Sr. PC falou para V.Sa. a respeito do Presidente Collor? V.Sa. teve quatro encontros com o Presidente Collor, conforme disse aqui...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele falou do Presidente Collor para mim.

O SR. ELÍSIO CURVO - V.Sa. disse que o PC nunca falou a respeito do Presidente Collor com V.Sa.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Como não? Na entrevista à Revista *Veja* eu disse que a mim ele disse que fonte do poder dele era o Presidente Collor.

O SR. ELÍSIO CURVO - Disse que ele tinha força, mas nunca fez um pedido V.Sa. em nome de Collor. "O Presidente Collor mandou pedir isso". Ele disse isso a V.Sa.?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não falei isso.

O SR. ELÍSIO CURVO - Não falou e era isso que eu queria saber O Presidente Collor, quando esteve com V.Sa., disse: atenda ao PC?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele nunca falou isso.

O SR. ELÍSIO CURVO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Deputado Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD - Sr. Presidente, apesar do grande esforço, louvável, da Bancada governista, que procurou desviar o assunto PC Farias em envolvimento com Poder Central, fica claro, quando da demissão do Dr. Luís Octávio da Motta Veiga da Presidência da PETROBRÁS, que o porta-voz, Sr. Cláudio Humberto, que era o intérprete do governo, declarou em alto e bom tom que ele tinha sido demitido por insubordinação já que o interesse do Governo era, na realidade, a privatização da



VASP. Os jornais da época colocaram isso com todas as letras, para qualquer pessoa ver. O esforço é louvável, mas há uma verdade curial: esse é um fato concreto, dito pelo porta-voz, que era chamado "carrasco" do Presidente. Quando tinha que bater, o porta-voz dava a sua pausada, e hoje mostra seus reais méritos intelectuais em Portugal, como diz o Senador Mário Covas, provavelmente, segundo Eça de Queiroz.

Sr. Presidente, quero que isto fique bem claro: V.Sa. se lembra de que saiu uma notícia dizendo que tinha sido demitido por insubordinação. Que fique consignado este detalhe.

Há um outro problema que me parece deva ser colocado claramente. Por que não acreditar na testemunha? É o problema da prova testemunhal. Segundo o Deputado Roberto Jefferson, nosso querido colega, a prova testemunhal é a prostituta das provas. Então, pergunto: e a prova material, a prova documental que saiu ontem na revista ISTOÉ: também não vale? Ela não é válida?

Não sou de me alongar - os membros da Comissão sabem disso - mas quero que fique configurado no depoimento que a insubordinação, segundo o intérprete do Presidente da República, Sr. Cláudio Humberto, se deveu ao fato de não ter a PETROBRÁS ... que tinha, naquele momento, na presidência, o Sr. Motta Veiga, que apresenta aqui, com uma tranquilidade impressionante, o seu depoimento. Ele está preparado, sim, para enfrentar essa tentativa de desmoralizá-lo. E como nenhum organismo da PETROBRÁS se levantou contra a sua administração, isto é a prova concreta da honradez com que S.Sa. agiu à frente desse órgão.

Agradeço o aparte do nobre Senador Odacir Soares, que me felicita pela colocação de que a insubordinação se deveu ao Palácio Central.



Encerro dizendo, mais uma vez, que não tenho mais dúvida nenhuma de que está configurado crime de formação de quadrilha. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Deputado Jamil Haddad.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por dois minutos após a suspensão da reunião.

Está suspensa a reunião por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está reaberta a reunião.

Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. A informação que se tem é que, provavelmente, o Presidente da República falará à Nação. Eu pediria a V.Exa. que solicitasse a gravação à Secretaria, porque estamos aqui reunidos, mas é importante que tomemos conhecimento desse pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E que, logo após, nós o ouvíssemos.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Nobre Senador Pedro Simon, a Presidência solicitou à SUSTEL que faça a gravação.

Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. Pediria a colaboração dos colegas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Luís Octávio da Motta Veiga, segundo a última edição da revista ISTOÉ. O Presidente da República faz uma observação, lamentando a rigidez de V.Sa., expressando-se da seguinte maneira:



"Acho que deveria ter sido feita uma contraproposta. Não se pode perder um cliente; e é aquele negócio: o cliente tem sempre razão. Existem outras empresas que vendem, também - Shell, Esso, Texaco etc."

Eu pediria que V.Sa. avaliasse essa observação do Presidente Fernando Collor de Mello.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exa., realmente tenho outras empresas que fazem isso. E a que fez em melhores condições do que as que foram apresentadas à PETROBRÁS tiveram prejuízo. Posso reler uma declaração feita pelo Presidente da Shell e por ela publicada. Diz o seguinte:

"Em 1990, todos os negócios da empresa fecharam com resultado positivo, tanto a nível de lucro como de geração de caixa. Todos, com exceção da aviação, em que fizemos um financiamento para a VASP, não programado; se não o tivéssemos feito, hoje estaríamos com uma posição positiva."

Ressalto que a oferta feita pela VASP e aceita pela Shell é em melhores condições do que a que foi feita à PETROBRÁS e não aceita por ela. De forma que estou absolutamente tranquilo quanto à decisão do corpo técnico da PETROBRÁS em não haver aceito esse negócio. Se não bastasse o corpo técnico da PETROBRÁS rechaçar, por razões óbvias, a proposta que havia sido feita, hoje, nós temos o reconhecimento público de um Presidente de uma Empresa respeitável que fez operação em melhores condições, e não obteve o lucro que se procura em toda operação comercial.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Dr. Luís Octávio da Motta Veiga, os seguintes membros de Comissão, constituída para analisar, tecnicamente, a proposta VASP-PETROBRÁS - Fernando Mendonça da Costa Freitas, Jaime



Paulo Antônio Sartori, Mário da Silva Oliveira e Plínio Botelho Junqueira - são os mesmos que trabalhavam ao seu tempo e que fizeram um relatório sobre o contrato VASP-PETROBRÁS? Porque eles assinaram um relatório datado de 30 de outubro de 1990, respondendo a Ordem de Serviço Pl190, de 26/10/90. Acredito que foi logo após a saída de V.Sa. Eu pergunto se são os mesmos que, antes, elaboraram um parecer técnico.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sr. Senador, para que eu responda de maneira precisa, teria que consultar - não tenho esses dados aqui, mas alguns deles são os mesmos. Eu não poderia afirmar que todos são.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Sa. mencionou que não conhece esse parecer.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não conheço.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O parecer confirma algumas de suas observações. Vou ler apenas alguns trechos. Peço que preste a atenção porque farei perguntas em seguida.

"Como indicado, a pretensão do Grupo Canhedo era obter da BR financiamento vinculado ao fornecimento da VASP, antes que o grupo tivesse qualquer participação na mesma. Até o dia 1º-10-90 o grupo era tão-somente pretendente à aquisição do controle acionário naquela companhia, que poderia ou não materializar-se. Ou seja, até então, o grupo Canhedo não tinha condições de assumir compromissos em nome da VASP, e qualquer importância que a BR lhe adiantasse não poderia estar formalmente vinculada a uma contrapartida da VASP. As normas legais impedem que a BR, como empresa estatal, concretize uma negociação nesses termos."

Sobre a avaliação da proposta, vou procurar ler alguns pontos.



"Quanto ao valor do financiamento, considero excessivo em relação ao valor do fornecimento e das limitações orçamentárias e disponibilidade de caixa, assim como ao nível de comprometimento de recurso com um único cliente. Quanto ao prazo de amortização, fora dos padrões normais para operações da espécie nas quais os prazos de financiamento são significativamente mais curtos e vinculados a prazos contratuais de fornecimentos mais longos. Quanto ao risco econômico, elevado, face aos longos prazos de financiamentos pretendidos, como seria o caso da concessão de dez anos. Quanto à época e forma de liberação dos recursos, inadequados. Quanto às repercussões sobre outros negócios, a concessão de condições especialmente favoráveis a determinado cliente tende a criar novas referências para o estabelecimento de parâmetros comerciais no negócio, gerando precedentes capazes de provocar reivindicações que terminem por afetar a rentabilidade da atividade como um todo."

Uma após outras, as recomendações são todas negativas. Entretanto, estranhamente no final, com ela já mencionando a proposta concluída com a Shell, diz o seguinte:

"Até o ponto em que foi interrompida a negociação, a proposta era inaceitável, em virtude do elevado valor do financiamento, prazo, risco, época e forma de liberação dos recursos. Entretanto, tendo em vista a importância do contrato em questão, notadamente no mercado competitivo, como da distribuição dos derivados do petróleo, recomenda-se o prosseguimento das negociações com a VASP."

Depois de negar, colocar todos os argumentos contrários, há um último parágrafo que recomenda buscar condição satisfatória.



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Foi a juntada desses documentos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Esse documento é da Comissão. Foi distribuído hoje pelo Presidente e aqui está o contrato, anexo. V. Sa. avalia que os termos do novo contrato, finalmente realizado em maio, eram significativamente melhores do que os recusados por V. Sa., enquanto presidente, ou os termos, na sua opinião, também deveriam ser recusados?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho pleno conhecimento dos termos do novo contrato. O que eu sei dizer é que os termos do novo contrato ainda foram em condições inferiores àqueles apresentados à Shell.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. Sa. conversou com a Ministra Zélia, posteriormente à sua saída, e depois posteriormente à saída da Ministra Zélia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca tive contato com ela. O último contato que tive com ela foi justamente o da aprovação dessa operação de **relending** em que ela me deu autorização verbal, juntamente com o Presidente do Banco Central Ibrahim Éris.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Uma pergunta de esclarecimento. Quando V. Sa. mencionou o déficit da PETROBRÁS, disse que, quando iniciou sua gestão, era o mesmo da ordem de 1 bilhão e 400 milhões e que depois o déficit passou a 800 milhões de dólares. Eu queria saber, apenas, se o valor mencionado é mensal ou anual.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Isso é um acumulado para o ano. Agora, eu não deixei com 800. Quando saí, de fato, ele era superior a isso, porque, com a política de reajuste tarifário, trouxemos o déficit corrente de 1 milhão e 400 para 873; depois, com o pro-



blema do Kuwait, o preço do petróleo começou a subir de novo e permaneceu estável mais ou menos entre maio e julho. Começou agosto e houve uma subida importante; de agosto a setembro, houve um aumento de quase 400 milhões de dólares no déficit corrente.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O Sr. Paulo César Farias teria tido a capacidade de influenciar as operações de títulos no mercado de capitais, teria tido o poder de influenciar a gerência financeira na sua gestão mesmo à revelia da Presidência?

O SR. LUIS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu não sei, creio que não. Aliás, queria abordar um ponto que talvez não tenha ficado bem esclarecido nessa história do **relending**: é que esses títulos são comprados num período de tempo. O nobre Senador critica o fato de que foi comprado talvez num espaço pequeno. A minha alegação é de que talvez existam vantagens em comprar a longo prazo e, sob outro aspecto, vantagem em comprar de uma vez só; porque, uma vez que essa notícia se torna pública, o preço sobe imediatamente. Foi aprovado o voto do Conselho Monetário Nacional **ad referendum** do voto da Ministra Zélia Cardoso de Mello, **ad referendum** do Conselho Monetário Nacional, no dia 16 de outubro de 1990. Em função disso - aí se torna público - é publicado no **Diário Oficial**. Houve um substancial aumento no preço do DFA. E essa última operação que o nobre Senador mencionou como tendo sido feito no último dia da minha estada na PETROBRÁS, que não é exatamente o último dia, mas, enfim, no final da minha Presidência na PETROBRÁS, ela foi feita com a publicidade do voto nº 203 do Conselho Monetário Nacional, que foi publicado no dia 16 de outubro de 1990. Quer dizer, o remanescente da compra da PETROBRÁS já foi feito com o Governo brasileiro anunciando publicamente que a PETROBRÁS iria fazer essa operação.



O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sa. mencionou que o Sr. Pedro Paulo Leoni Ramos procurou fazer indicações para a PETROBRÁS. Pergunto: para a diretoria, alguma das indicações foi aceita?.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Em nenhuma diretoria. Com uma única pessoa, houve coincidência; o pessoal que estava lá indicou, estava na lista das pessoas ou na indicação das pessoas que ele apresentou; uma pessoa...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual era?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu poderia tentar dizer, mas preferiria conferir isso. É fácil ser conferido, mas é uma pessoa que depois veio a ser diretor da PETROBRÁS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Também foi diretor da PETRUS? SP

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, ele veio a ser diretor da PETROBRÁS. Foi para a BRASPETRO na minha gestão e depois foi aproveitado na diretoria da PETROBRÁS. Só havia coincidência em que o diretor da BASPETRO na minha época que foi ser diretor da PETROBRÁS depois.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como, durante a sua gestão, se deu a designação dos diretores da PETRUS? Como Presidente da PETROBRÁS, V.Sa. foi consultado a respeito das operações da PETRUS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Durante a minha gestão, a diretora da PETRUS foi indicada pelo Presidente da PETRUS, sem interferência de ninguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Designação de diretores da PETRUS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ela foi 100% feita pelo Presidente da PETRUS, que foi indicado por mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V.Sa. indicou o Presidente da PETRUS?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu indiquei o Presidente da PETRUS. Quando saí, houve uma mudança na presidência da PETRUS, e, aí sim, uma total reformulação da Diretoria e da Presidência da PETRUS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Constava da direção da PETROBRÁS alguma das grandes operações da PETRUS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em 30 de maio de 90, por exemplo, a PETRUS adquiriu por 1 bilhão 767 milhões o Hipercenter Casa Forte, em Recife. É uma grande aquisição no mercado imobiliário. E há outras.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Existe um Conselho Curador da PETRUS que cuida disso. Isso não vem para a PETROBRÁS. Ela não participa das decisões, isso compete à diretoria. A diretoria foi nomeada em março ou abril, se não me engano, por essa época. O que poderia ser verificado é se essa operação foi feita pela diretoria que estava lá ou pela nova diretoria empossada. O senhor falou que foi...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em 30 de maio de 1990.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho dados para lhe fornecer sobre a data da indicação da nova diretoria da PETRUS, mas é um caso para se ver, porque a nova diretoria da PETRUS não foi indicada logo que eu tomei posse na PETROBRÁS.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A razão dessa pergunta é porque a hipótese de tráfico de influência do Sr. Paulo César Cavalcante Farias dava-se também através de operações nos denominados fundos de pensão. Essa é a razão da pergunta. Inclusive existe a hipótese, numa CPI aqui criada, de que essa influência, de um lado, vinha de Pedro Paulo Leoni Ramos e, de outro lado, de Paulo César Cavalcante Farias. Então, caso V. Sa. tenha alguma informação relevante sobre a influência em opera-



ções, seja no mercado mobiliário, seja no mercado imobiliário, da PETRUS, gostaria que nos dissesse.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Confesso ao senhor que não tenho, e devo dizer o seguinte: a Diretoria da PETRUS, que assumiu comigo, não assumiu logo. Por quê? Porque tínhamos uma quantidade enorme de cargos que teriam que ser preenchidos dentro da própria PETROBRÁS e dentro das empresas subsidiárias. Então, a PETRUS foi deixada por último.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Concluindo, Sr. Presidente, na entrevista à revista **Veja**, V. Sa. menciona que, em determinado momento, foi considerado uma peça que não funciona. Poderia nos dizer, exatamente, o que sentiu, o que compreendeu por essa expressão, e qual foi a pessoa, segundo o seu conhecimento, que disse que V. Sa. seria uma peça que não funcionava?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - A pessoa que disse foi o Presidente da República, numa entrevista à TV Globo, durante uma viagem de trem, em Portugal. Foi gravado, e eu ouvi e vi o Presidente dizendo, quando lhe perguntaram sobre a saída do Presidente da PETROBRÁS, que era uma peça que não funcionava bem e, como toda peça que não funciona bem, tinha que ser substituída.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Só uma última observação, Sr. Presidente.

Certamente, V. Sa., morando em Londres, na Europa, deve ter ouvido e lido muito a respeito do juiz Giovanni Falconi, morto há um mês pela Máfia. Talvez V. Sa. possa conhecer melhor do que nós, pois lê a imprensa européia, a maneira segundo a qual o Juiz Giovanni Falconi foi juntando peças e peças de um esquema que funcionava e, por testemunhos, indícios e pequenas peças foi, finalmente, formando um grande



quebra-cabeça, que tornou evidente a forma como funcionava a Máfia, levando à prisão mais de 300 pessoas.

Nós temos um caso e se V. Sa. conhecer bem, por leitura, o trabalho do juiz Giovanni Falconi, se avaliar que possa ser uma contribuição interessante para o que estamos realizando, na medida em que há um paralelo muito grande, peço apenas que nos diga, como observação final.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acho que essa CPI vai trabalhar assim, com retalhos, com prova testemunhal. Não concordo que a prova testemunhal tenha menor valor que as outras. A prova testemunhal, feita por pessoas com dignidade e com responsabilidade, pessoas que de certa forma sofreram pressões para não prestar esse depoimento, tem um valor muito grande. É muito fácil. Quando as pessoas se dispõem a testemunhar, estão abrindo mão de uma série de coisas, estão se colocando, estão se mostrando, estão se expondo, estão se colocando à mercê de calúnias, de injúrias. Não é uma situação fácil, e ninguém faz isso por prazer, sim para que este País melhore, para que se busque a verdade.

Foi com esse intuito e com essa finalidade que me desloquei de onde eu estava para vir aqui prestar este depoimento. Fico muito contente de ter vindo e muito me honra ter participado desta Comissão.

Creio que a Comissão vai ter que trabalhar como o senhor está dizendo: juntando peças, declarações, indícios - alguns, eu diria, como observador, já bastante robustos - e chegar a uma conclusão que, sem dúvida, será aplaudida pela maioria do povo brasileiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Müller. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Presidente, estive ausente algum tempo. Portanto, se, porventura, eu fizer alguma pergunta que já tenha sido feita, V.Exa. por gentileza a desconsidere.

Sr. Motta Veiga, além do Sr. Paulo César Farias e do Sr. Marcos Coimbra, alguma outra pessoa, seja pessoa física, em nome dela própria, seja representante de Governo Estadual ou Federal, intercedeu em relação a esse empréstimo VASP/PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. WILSON MÜLLER - O senhor foi pressionado pelo Ministro da sua área, Ministro Ozires Silva, sobre esse empréstimo VASP/PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Levei a ele as conversas, enfim, as solicitações que eu vinha recebendo e...

O SR. WILSON MÜLLER - Por parte do Sr. PC Farias?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Por parte do Sr. Paulo César Farias, e então, quando a pressão estava realmente assumindo limites inaceitáveis, inclusive com o telefonema do Embaixador, eu resolvi reportar ao Ministro Ozires o que estava acontecendo.

O SR. WILSON MÜLLER - Sr. Motta Veiga, o Sr. Ministro Ozires Silva fez algum comentário com o senhor acerca dessa conversa que o senhor manteve com o Embaixador Marcos Coimbra? Porque, a meu juízo, parece-me, e V.Sa. pode esclarecer, seria indevida a interferência do Sr. Marcos Coimbra numa área que absolutamente não lhe pertencia.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. WILSON MÜLLER - O Ministro Ozires fez algum comentário?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. WILSON MÜLLER - Não fez nenhum comentário? Não disse rigorosamente nada?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. A conversa com o Ministro Ozires, só a título de esclarecimento, ocorreu antes da ligação do Embaixador Marcos Coimbra.

O SR. WILSON MÜLLER - Então V.Exa. não disse ao Ministro que o Embaixador estava interferindo?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Na segunda vez que falei com o Ministro, cobrei dele uma atitude; eu, aí, relatei. O senhor talvez não estivesse aqui, mas relatei e pedi a ele que tomasse o pulso do negócio, porque estava sempre fazendo uma campanha tremenda e eu queria saber. O cargo estava à disposição quando quisessem, mas eu precisava saber qual era o posicionamento do Governo. E aí, nessa ocasião, o Ministro Ozires também não disse que tinha estado com o Presidente, ou não teve oportunidade de falar disso. Fui, então, mais vezes com o Ministro e disse-lhe que eu precisava dessa resposta e que, a partir de então, eu me sentia livre para tomar a decisão que julgasse mais apropriada.

O SR. WILSON MÜLLER - Pois não.

Sr. Presidente, em razão dessa resposta, requeiro a V.Exa. a possibilidade de chamar também o Ministro Ozires Silva, porque ele conhece bem essa área. Não é a primeira vez. Ele poderia trazer novos esclarecimentos. Esta a sugestão que trago à consideração de V.Exa.

Sr. Motta Veiga, eu, francamente, considero o seu depoimento coerente com a sua entrevista, e muito esclarecedor, também em razão dessa resposta que o senhor deu agora - porque havia dois Ministros, então, tratando desse assunto. O senhor comunicou o fato ao Ministro Ozires Silva. Portanto, eram dois Ministros - , seria procedente a interferência do Ministro da área. Concordo com o senhor, quando diz que a interferência do Sr. Marcos Coimbra foi descabida. Entendo que a in-



terferência ocorreu numa área que não lhe pertencia. Aliás, a área do Ministro Marcos Coimbra não é muito clara.

Eu perguntaria a V.Exa: quando foi chamado de insubordinado, pelo porta-voz da Presidência a quem o senhor se insubordinou? Ao Sr. Paulo César Farias, ao Ministro da sua área, ao Ministro Marcos Coimbra, ao Presidente da República ou ao Sr. Canhedo? A que o senhor atribui essa insubordinação?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Atribuo essa insubordinação ao esquema PC.

O SR. WILSON MÜLLER- Ao esquema PC. Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu faria uma última pergunta, uma consideração a qual já me referi. Creio que o depoimento foi claro, esclarecedor, e demonstrou muitas coisas.

Sr. Motta Veiga, sou obrigado a perguntar: em que época o senhor deixou a empresa multinacional Anglo American?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Em janeiro/fevereiro de 1990.

O SR. WILSON MÜLLER- Posso presumir que nessa época o senhor já pertencia à chamada área econômica da Ministra Zélia?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu diria que participei de algumas reuniões. Não participei do núcleo que formulou o projeto. Estive com a área econômica até o dia 12 ou 15 de janeiro, quando me desliguei. Fiquei fora, no exterior, 45 dias. Quando voltei, fui convidado pela Ministra Zélia a integrar a equipe.

O SR. WILSON MÜLLER- É do conhecimento da Comissão que o Sr. Paulo César Farias arrecadava fundos - alguns deles, segundo se sabe, desviados da campanha - de empresas. O senhor sabe se ele arrecadou fundos da Anglo American?



O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

O SR. WILSON MÜLLER- Não sabe ou não arrecadou?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não arrecadou. Eu era o Presidente da empresa.

O SR. WILSON MÜLLER- Muito bem. Só para concluir, vou deixar consignado - referindo mais uma vez que considero importante seu depoimento - que estranho o fato de o Presidente de uma empresa multinacional desse porte fazer parte da equipe econômica de um governo que está para assumir. Nem na Bolívia isso acontece, muito menos da Inglaterra e outros países. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Muito obrigado, Deputado Wilson Müller.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. (Pausa.)

S.Exa. está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares. (Pausa.)

S.Exa. está ausente.

Concedo a palavra aos Parlamentares não membros, começando pelo PSDB.

O SR. JACKSON PEREIRA - Dr. Motta Veiga, na visão de V.Sa. existe o esquema PC e o esquema PP, ou os dois atuam integrados?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quando eu estava na PETROBRÁS, senti a existência do esquema PC. Aparentemente, pelos jornais, tomei conhecimento da existência do esquema PP, que se instalou na PETROBRÁS. Creio que seria leviano da minha parte falar de esquema PP, dar depoimento sobre algo que acompanhei de longe pela imprensa.

O SR. JACKSON PEREIRA - O senhor não percebeu que havia uma integração dos dois esquemas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não, não percebi.



O SR. JACKSON PEREIRA - Quem indicou o Diretor-Financeiro da PETROBRÁS.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu.

O SR. JACKSON PEREIRA - O senhor, em Londres, tem acompanhado o movimento do lançamento de títulos de empresas brasileiras no exterior. No ano passado, muito embora o senhor já não estivesse na PETROBRÁS, ela lançou no mercado externo cerca de 800 milhões de títulos. Na mesma época, a Vale do Rio Doce fez lançamentos semelhantes. Consta que há uma diferença, em termos de custos, entre o que representou o lançamento de títulos da PETROBRÁS e o que representou o lançamento de títulos da Vale. O senhor, que acompanha esse movimento, tomou conhecimento desses dois lançamentos? O senhor percebeu a diferença de custos entre o lançamento da Vale e o lançamento da PETROBRÁS, quando, na realidade, o País é um só?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Acompanhei. Eu só queria dizer que a Vale é uma empresa que representa menos risco do que a PETROBRÁS, hoje, no mercado internacional.

Esse é o depoimento de uma pessoa que acompanha os fatos. Se o senhor me permite, seria mais apropriado fazermos comparações desse tipo com empresas de petróleo situadas ou localizadas em países similares ao nosso. Acredito que a comparação mais apropriada, talvez, se o senhor me permitisse colocar, seria a PETROBRÁS contra PEMEX no México. Aí realmente demos um ágio, no nosso papel, bem grande.

O SR. JACKSON PEREIRA - Por que o senhor admite esse ágio? Algum esquema?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não. Acho que a PETROBRÁS esteve fora do mercado muito tempo, o México já vinha fazendo um trabalho internacional muito bem feito, há muito tempo. Tanto isso é ver-



dade que a primeira tranche saiu com a taxa de remuneração mais alta e, subsequentemente, essa taxa de remuneração diminuiu.

A comparação da Vale com a PETROBRÁS é tentadora. Apesar de todas essas coisas que falamos, da compra de petróleo, a Vale é uma empresa muito mais internacional do que a PETROBRÁS, e ela é uma empresa muito mais conhecida financeiramente, no mercado, do que a PETROBRÁS. Então, ela pode colocar títulos a preços mais baixos e mais remunerativos.

O SR. JACKSON PEREIRA - Se não me engano, este ano, a PETROBRÁS deveria ter lançado 250 milhões de títulos e houve um cancelado. Pelos comentários no mercado externo, a quem o senhor admite o cancelamento desse lançamento de títulos da PETROBRÁS?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Estava ontem no jornal a situação financeira da empresa. Segundo os jornais, o déficit corrente com o Governo da PETROBRÁS é da ordem de 3 bilhões e 600 milhões de dólares, que é inusitado. Isso aparece nas contas, os analistas financeiros vêm isso, e se torna difícil colocar papel na empresa.

O SR. JACKSON PEREIRA - A INTERBRÁS era uma empresa ligada à PETROBRÁS, e o senhor, por certo, deve ter acompanhado o processo de extinção da INTERBRÁS. Alguma vez chegou ao conhecimento de V. Sa. que a INTERBRÁS era useira e vezeira em operações irregulares com o Ministério da Saúde, principalmente com a CEME, a Fundação Nacional de Saúde, quando realizava operações sem licitação, quando propiciava algumas intermediações suspeitas?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Quando assumi a PETROBRÁS, o Governo Collor decretou extinção de sete ou oito empresas, entre ela a INTERBRÁS. V.Exa. está falando do período em que ela estava em extinção? Porque ela fez negócios durante o período de extinção...



O SR. JACKSON PEREIRA - No período de extinção.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - De acordo com o próprio decreto que estabeleceu a extinção dessas empresas, estabeleceu também que o órgão que administraria essas companhias extintas seria a Secretaria de Administração.

Não tivemos uma ingerência maior. Foi, inclusive, uma situação jurídica, estranha. O representante da PETROBRÁS comparecia nas assembleias gerais, mas a administração, a gerência dessas empresas cabia ao administrador indicado pela Secretaria de Administração.

O SR. JACKSON PEREIRA - Para concluir, Dr. Motta Veiga, o depoente que aqui esteve, José Maria da Fonseca confirmou uma operação irregular na venda de Malathion, 1 milhão 600 mil litros...

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Pela INTERBRÁS?

O SR. JACKSON PEREIRA - Pela INTERBRÁS foi uma venda de DDT, quando houve um superfaturamento de 3 milhões e 500 mil dólares. O senhor, porventura, tomou conhecimento de que a INTERBRÁS teria transferido indevidamente ao Sr. José Maria da Fonseca a condição de negociador com a CEME, para proceder a venda desse DDT?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não.

Como eu disse, a administração da INTERBRÁS, em fase de liquidação, saiu do âmbito da PETROBRÁS, ela deixou de ser, societariamente ela ainda era - eu achei na época uma hipocrisia jurídica ela societariamente, como também a PETROMISA. A totalidade das ações era detida pela PETROBRÁS, mas, por lei, quem indicava a administração era a Secretaria da Administração. Eu não participava do dia-a-dia. Era uma empresa em extinção. O decreto é que estabelecia...a palavra não era liquidação, mas interventores nomeados pela Secretaria de Administração.



O SR. JACKSON PEREIRA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa, o penúltimo orador inscrito.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Depoente, evidente que para nós, a essa altura, revestiu-se de uma importância muito grande o depoimento do Sr. Motta Veiga, pelas confirmações às declarações anteriores e pelas revelações aqui feitas.

Causou-me impressão muito especial a revelação dos seus quatro encontros com o Sr. Paulo César Farias e os 17 telefonemas recebidos dele. Isso, de um lado, contesta a declaração aqui feita, em depoimento juramentado, do Sr. Paulo César Farias que nos afirmou ter telefonado apenas uma vez para o depoente, e que diante das informações do depoente de que o negócio não convinha à PETROBRÁS, ele desistira de qualquer intermediação. No entanto, sabemos agora de que insistentemente, em 17 telefonemas, além de 4 encontros pessoais, ele insistia para que o negócio fosse realizado apesar do negócio desservir à PETROBRÁS.

Sr. Presidente, acho que já temos aqui configuradas duas afirmações opostas uma à outra. Certamente já temos configurada, e esta é uma questão documental não apenas um depoimento do Sr. Motta Veiga, vista pelas anotações da Secretaria da PETROBRÁS, como toda grande empresa tem isso devidamente organizado. Com a posse das anotações dos telefonemas e da sua declaração na CPI, já teremos material para procedimento do Sr. Relator, a respeito do Sr. Paulo César Farias ter faltado à verdade no seu depoimento nesta CPI.

Esta atividade do Sr. Paulo César Farias - chamo a atenção do Sr. Relator - revelada aqui no seu contato com o Sr. Motta Veiga, é o espelho da atividade que ele certamente desenvolveu em sua administração.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



tração pública. Ele era uma pessoa que patrocinava interesses privados com insistência, com determinação, e até ao final da linha, até a exaustão do seu pleito. Creio que isso é exemplar, isso comprova realmente a natureza da sua intermediação e a natureza da sua relação com as suas atividades, que interessa a essa CPI apurar, junto à administração pública como um todo.

Sr. Presidente, esse depoimento se reveste de uma importância muito grande para nós. Foi uma grande contribuição que essa CPI recebeu do Sr. Motta Veiga.

Eu me permitiria fazer uma ponderação ao Deputado Marcelo Barbieri, a respeito da questão da VASP em relação a essa CPI. Pelo que acabamos de saber neste depoimento, efetivamente, o Sr. Paulo César Farias desenvolveu atividades junto à PETROBRÁS em relação ao processo de privatização da VASP. Não tenho dúvidas de que há uma conexão, a essa hora evidente, de que o Sr. Paulo César Farias procurou interferir favoravelmente para se criar condições para que o licitante, o Sr. Wagner Canhedo, tivesse uma posição privilegiada junto à privatização da VASP.

O SR. MARCELO BARBIERI - Permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. NIVALDO BARBOSA - Concedo.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Não vou permitir apartes, depois V.Exa. falará pela ordem que foi citado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Essa consideração está muito evidente para nós, aqui, agora. Está muito evidente que as atividades do Sr. Paulo César Farias, que compete a esta Comissão vasculhar e saber quais sejam, sem dúvida alguma, tem conexão com o processo de privatização da VASP. E aí somos levados e obrigados a conhecer mais de perto o processo de privatização da VASP, para saber até quando, até



que ponto, em que extensão o Sr. Paulo César Farias interferiu nesse negócio.

Temos a impressão, especialmente nós críticos do processo de privatização, de que ele serviu a muitas situações de má utilização dos recursos públicos. Temos, agora, a revelação de que num dado processo de privatização neste País, o Sr. Paulo César Farias influenciou ou tentou influir de maneira decisiva.

De maneira que por essa revelação e pelo mergulho que temos que fazer no processo de privatização da VASP, vamos esclarecer a natureza desse processo e quanto a isso feriu o interesse público.

A esse respeito, Sr. Motta Veiga, é evidente que o senhor tratava da questão, recebia os 17 telefonemas, os encontros e até o telefonema do Sr. Marcos Coimbra, dentro do escopo do processo de privatização da VASP. Naturalmente que isso partia de V. Sa. no sentido de avaliar qual o papel que a PETROBRÁS deveria ter no processo de privatização da VASP. Essa era uma questão que, creio, era colocada para o senhor.

Então, Sr. Presidente, isso revela, realmente, mais uma vez, que havia uma conexão muito estreita entre as atividades que se esperava que a PETROBRÁS tivesse, os negócios que ela viesse a fazer com o Sr. Wagner Canhedo com a privatização da VASP.

Eu também queria saber do depoente....

Sr. Presidente, talvez seja preciso pedir silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Presidência pede silêncio para a conclusão do Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, eu também gostaria que o depoente esclarecesse qual o tipo de comentário, de análise que se fazia no âmbito da diretoria da PETROBRAS ou da sua assessoria ou da



BR PETROBRÁS Distribuidora, sobre o processo de privatização da VASP, a avaliação da VASP; por exemplo, na medida em que chegou um pedido do Sr. Wagner Canhedo, de 60 milhões de dólares inicialmente, depois, baixou, segundo relatório da PETROBRÁS, para 40 milhões de dólares, de empréstimo à PETROBRÁS, sabendo-se que a sua oferta na licitação da VASP foi de 43 milhões de dólares, o senhor sentia, realmente, que esse dinheiro da PETROBRÁS era para pagar o processo de privatização? Os senhores avaliavam, os senhores consideravam que o processo de avaliação da VASP tinha algum vício, algum defeito, ou era um caminho para que esse dinheiro da PETROBRÁS fosse usado para aquisição da VASP?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - De certa forma, não posso falar que esse dinheiro seria usado, mas acho que esse dinheiro constituiria, ou de certa forma colocaria quem o recebesse em situação privilegiada num processo aberto de leilão. Essa consideração, sem dúvida, eu fiz. Não posso dizer, e aparentemente não foi, logo num primeiro momento - depois não sei como foi arranjado o resto - não foi porque o dinheiro não saiu e a VASP foi privatizada ainda assim. Mas acredito que fazia parte de um pacote para viabilizar a operação de privatização da VASP, sendo através de recursos financeiros que seriam colocados à disposição ou vantagens relacionadas a combustível e outras permutas que podem ser feitas em ocasiões semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Vivaldo Barbosa, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, são 12 minutos, tenho mais tempo. Estou falando por 2 argüentes aqui, por mim e pelo Deputado Paulo Ramos.



Sr.Motta Veiga, havia pelo menos uma coincidência de números, porque parece que o depósito inicial do lance da privatização da VASP, feito pelo Sr. Canhedo, consistia em 3 milhões e meio ou 4 milhões de dólares; sendo 43 milhões e 500 mil dólares, a meu ver, o valor do seu lance, é evidente que o seu saldo devedor junto ao Governo do Estado de São Paulo, era mais ou menos os 40 milhões de dólares que ele queria pegar na PETROBRÁS.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - É verdade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Então, havia uma coincidência muito forte, pelo menos em número, era uma coincidência ou um negócio bem engendrado. Por isso eu coloco, até de uma maneira muito estranha, por que o Governo Federal, na voz e na palavra ao Sr. Chefe da Casa Civil, Embaixador Marcos Coimbra, demonstrou esse interesse no processo de privatização da VASP. O Governo Federal tinha um interesse nisso, isto é, demonstrando que o Governo Federal queria munir o Sr. Wagner Canhedo com o dinheiro necessário para ele concretizar o processo de privatização da VASP.

Sr.Motta Veiga, apenas para concluir, V.Exa. trouxe algumas informações, tanto respondendo ao Senador Maurício Corrêa quanto ao Deputado Wilson Müller, de que V.Exa., efetivamente, exerceu a Presidência do grupo Anglo American, que é um grupo sul-africano, que praticamente detém o monopólio do diamante no mundo e que pretende ter uma expansão quase monopolística na mineração do ouro. Acho que é mais ou menos esta a análise que se faz.

Agora, o senhor colocou que sentiu muita dificuldade em administrar a PETROBRÁS, porque ela detinha o monopólio. No entanto, não sentiu a mesma dificuldade em administrar o monopólio do diamante, nem do ouro. Quer dizer, o monopólio não é uma questão que fira os seus



princípios; apenas o monopólio estatal brasileiro é que lhe perturba um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Para concluir, nobre Deputado?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sim, esta é uma questão realmente conclusiva. Não quero nada além disso.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Eu só diria que a Anglo American não dispõe de monopólio de ouro, nem de diamante. Uma empresa subsidiária dela, a Depias, da qual eu não ...

O SR. VIVALDO BARBOSA - É do mesmo grupo econômico.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Mas ela trabalha numa área muito específica. Conhecida internacionalmente, ela detém o monopólio da comercialização do diamante. Com relação ao ouro, permito-me discordar de V.Exa., porque existem empresas de mineração de ouro - a Anglo American, sem dúvida, é a mais importante - muito importantes em termos de produção nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, na própria União Soviética. Na Bolsa de Ouro, existem muitos movimentos, justamente por essa quantidade de agentes que atuam no mercado.

No caso de diamante, concordo com os senhores: há uma canalização para uma empresa chamada Ciesolk, que fica em Londres, que comercializa o diamante para o mundo todo.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O senhor apresentou, teve alguma intermediação, em conversas, dos proprietários ou altos dirigentes da Anglo American com o Senhor Fernando Collor de Mello, enquanto candidato à Presidência da República?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nunca.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Nunca teve encontro com um executivo da Anglo American?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nenhum.



O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, toquei nesta questão, porque, a mim, um nacionalista, filiado a um partido trabalhista nacionalista, um dos grandes responsáveis pela criação da PETROBRÁS e pelo monopólio estatal do petróleo, evidentemente não foi só na época que isso me chocou: que uma pessoa treinada numa empresa multinacional para trabalhar no Brasil viesse a dirigir essa preciosidade da empresa brasileira, que é a PETROBRÁS; e que o monopólio estatal do petróleo fosse administrado por uma pessoa que não aceitava esse monopólio.

A revelação de V.Sa. me chocou um pouco mais - saber que V.Sa. contribuiu decisivamente com essa postura, evidentemente ideológica, para a formulação do programa de governo do Brasil.

Dai talvez os elogios que V.Sa. recebeu do Senhor Presidente, a identidade ideológica que V.Sa. tem com Sua Excelência, que o considerou um executivo exemplar, eficiente e moderno, evidentemente no seu conceito de modernidade.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Obrigado, Deputado Vivaldo Barbosa pela compreensão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra V.Exa., nobre Deputado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Meu requerimento de convocação do ex-Governador Orestes Quêrcia já está sobre a mesa, me parece que é consensual, porque os requerimentos aqui são todos consensuais. Faço um novo requerimento:

"Requeiro, nos termos regimentais, seja oficiada a TELEBRÁS, a fim de remeter a esta egrégia Comissão todas as contas dos telefones da Presidência da PETROBRÁS, referentes ao período entre

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO



março e outubro de 1990.

Gostaríamos de ter registro dos telefonemas efetuados para o Gabinete da Presidência da PETROBRÁS pelo Gabinete do Governador do Estado de São Paulo e vice-versa, mais os telefonemas do Sr. Paulo César Farias em relação a ambos os gabinetes."

Eu gostaria de entregar este requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Mesa acolhe o requerimento de V.Exa.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Marcelo Barbieri, que foi citado elogiosamente.

O SR. MARCELO BARBIERI - Sr. Presidente, a respeito da CPI da VASP, que ora se processa na Câmara dos Deputados, eu disse que ela tem a função de apurar todo o processo de privatização da VASP. A privatização da VASP se deu muito antes dessa tentativa de obtenção de um financiamento junto à PETROBRÁS.

Para quem não conhece, como V.Exa., que não conhece nada do processo, porque falou aqui coisas incorretas.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - A Mesa pede ordem. V.Exa. tem que se dirigir à Mesa e não ao parlamentar.

O SR. MARCELO BARBIERI - É que ele está me aparteando sem que eu lhe tenha dado aparte.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Mas ele está desautorizado também.

O SR. MARCELO BARBIERI - Está desautorizado? Muito obrigado, Sr. Presidente.



Então, o que eu quero dizer é que, na concorrência da VASP, houve várias propostas, e a melhor foi a proposta apresentada pelo Sr. Wagner Canhedo. Era uma proposta financeira e de assunção dos débitos, que, naquela época, somavam 700 milhões de dólares. Ao que me consta, esses débitos ainda existem e estão sendo negociados com o Banco do Brasil; ou seja, o Estado de São Paulo se livrou desses débitos, não é? Então, a informação é de 700 milhões de dólares, e não de 40 milhões - este foi o valor que foi pago. Esse processo foi encaminhado com a associação dos funcionários e foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Quero apenas registrar isso, Sr. Presidente, porque estão se falando algumas coisas aqui, levantando-se suspeitas no ar com uma certa leviandade. Não vou dizer aqui que o Sr. Paulo César Farias, por exemplo, participou da licitação da Linha Vermelha, porque isto seria uma leviandade. Comenta-se isso, mas eu não direi isto aqui, senão vou desvirtuar o papel da CPI.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Se V.Exa. tiver alguma prova, a Mesa agradece.

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, gostaria de iniciar a minha interpelação ao depoente fazendo um apelo à Presidência desta Comissão e aos seus membros no sentido de que, diante da situação extremamente grave que estamos vivendo - e não vamos fazer de conta que está acontecendo fora desta sala - não façamos uma discussão nesse nível.

Eu gostaria de formular ao depoente três questões, que, para mim, não ficaram inteiramente esclarecidas durante o seu depoimento.



Antes, porém, gostaria de dizer que me motiva a maneira tranqüila e calma com que o depoente, prestou o seu depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. As suas posições sobre a política econômica, as suas concepções sobre políticas governamentais não estão em jogo para o nosso objetivo, que é avaliar as informações que esta Comissão precisa para fazer uma das coisas mais históricas neste País, que é uma verdadeira assepsia nesse câncer que estourou dentro da Administração Federal.

Sr. Motta Veiga, o senhor falou, no seu depoimento, que, nos vários telefonemas do Sr. Paulo César Farias, ele citava uma intimidação com o poder, citava o Presidente da República, Senhor Fernando Collor de Mello, e o Sr. Lafaiete Coutinho. O senhor falou que ele citava também outras pessoas. Pergunto: que outras pessoas do Governo o Sr. Paulo César Farias citava, considerando, primeiro, que o Sr. Pedro Collor de Mello disse aqui que os únicos Ministérios com que ele não tinha contato eram os da área militar e que ele tinha uma característica, que era falar muito dos contatos que ele tinha no Governo?

Imagino que, em 17 telefonemas e quatro encontros, ele tenha falado que conhecia mais gente além do Presidente da República e do Sr. Lafaiete Coutinho, os quais V.Sa. já citou aqui. Que outras pessoas com relações dentro da administração federal ele dizia conhecer?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Ele citava nomes de Ministros em geral, como o da Ministra Zélia; e citava nomes de pessoas do Ministério da Economia.

O que quero deixar claro é que, independentemente dos nomes - e, sem dúvida, estão faltando alguns para mim na minha memória - o que se tentava passar era uma intimidade e uma tranqüilidade no transitar; e, ao passar isso, nomes eram citados.



Eu tenho só uma preocupação: a de não cometer injustiça. Eu talvez possa falar um ou outro nome que ele não tenha falado. Mas o Ministério da Saúde era coisa que ele dizia que tinha muito contato, nomes específicos... Prefiro não os citar para não cometer alguma injustiça, pois não tenho certeza. Os nomes os quais eu tinha certeza eu já os citei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - O senhor confirma que, além dos nomes que V. Sa. não tem certeza ele citava a Ministra Zélia e o Ministério da Saúde?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Sem dúvida.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A outra questão é sobre a relação do Sr. Pedro Paulo Leoni, a PETROBRÁS e o Sr. PC. Quero esclarecer, Sr. Motta Veiga, uma questão. Todos nós sabemos que antes da reforma administrativa do Senhor Fernando Collor de Mello, que foi fruto da Medida Provisória, parece-me, nº 151, existia nas estatais a divisão de segurança e informação que era uma espécie de SNI dentro de cada estatal. Não sei se lá era DSI ou se era ASI.

Era ASI, porque DSI era a nível de ministério.

A estrutura de informação e contra-informação da SAE continuou existindo dentro da PETROBRÁS ou a ASI foi extinta no sentido literal com os quadros demitidos, mudanças e etc?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Nós acabamos com a ASI na PETROBRÁS. Nós fizemos uma coisa mais dirigida a proteção de propriedade industrial da PETROBRÁS foi diferente, mudou-se o nome, mudou-se a pessoa e era uma coisa bem menos ligada à polícia e mais à proteção do patrimônio da empresa.

Não creio que estivesse em andamento, vivendo ou sobrevivendo num esquema ligado a SAE. Digo isso até por que nesses casos, mais no-



tórios como VASP e outras que nós citamos aqui, isso demonstra claramente a ignorância sobre o processo decisório na empresa. A PETROBRÁS é uma empresa com vários defeitos e várias qualidades. Uma das qualidades é que ela sabe se proteger, ela já passou por vários governos, já passou por governos militares. É difícil que se faça essas barbeiragens que me propuseram fazer.

Então, só posso atribuir isso a uma profunda ignorância da forma de atuar e de decidir de uma empresa como a PETROBRÁS.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Completaria a pergunta, ainda ligada ao esquema da SAE, porque o ex-líder do Governo afirmou, nesta CPI, que existia uma comissão dentro da SAE que ao invés de espionar politicamente as pessoas, segundo ele, espionava currículos do esquema PC. Pergunto a V. Sa. se teve conhecimento nas várias relações do esquema PP com a Petrobrás, desta comissão que não mais espionava as atividades políticas, mas agora fazia espionagem a fim de enriquecimento. V. Sa. tem conhecimento disso?

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não tenho conhecimento disso..

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Motta Veiga, considerando que V. Sa. teve uma atitude extremamente tranqüila na entrevista que deu à revista *Veja*, quando lemos a entrevista sentimos essa tranquilidade, essa coerência.

V. Sa. comportou-se aqui com muita tranquilidade e as afirmações de V.Sa. são muito peremptórias em relação ao esquema PC. ,

Pergunto: considerando a importância de desmontar esse esquema, de estourar esse "câncer", se V.Sa. já forneceu, se V.Sa. tem condições de fornecer a esta CPI mais provas, mais documentos, mais comprovações sobre as relações do esquema PC nos vários contatos com V.Sa.



na PETROBRÁS.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Exa., eu gostaria que tudo isso que falei e que trouxe à Comissão, como testemunho, se transformasse em provas documentais. Acho que, como foi falado aqui na própria Comissão - ou não sei se o seu Presidente já mencionou - vários requerimentos serão feitos, e espero que comprovem - tenho certeza de que comprovarão - o que falei, no que diz respeito a datas, números e dados.

Não tenho mais nada a acrescentar. De certa forma, quero apenas ressaltar que tais informações já as fiz há dois anos - há quase dois anos -; não fui contestado. As famosas operações de relending, que tanto prejuízo causaram à PETROBRÁS; a do Irã, que tanto prejuízo causou à PETROBRÁS, todas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União - mas que causaram tanto prejuízo à PETROBRÁS, - não foram levantadas, não foram discutidas. E acho que o Poder Público tinha obrigação, tinha o dever de ofício de, em se deparando com algo irregular ou que não atendesse ao interesse da empresa, de tomar as medidas judiciais cabíveis. Não as tomou e levanta agora com o propósito de me intimidar, porque partem do pressuposto, primeiro de que todos somos hipócritas! Segundo que todos temos "telhado de vidro"! Quero dizer a essas pessoas que assacam em verdades, que eu não tenho "telhado de vidro" e não sou exceção. A maioria do povo brasileiro não tem "telhado de vidro"; a maioria do povo brasileiro sai de manhã, às 5h, para trabalhar e volta às 8h para casa. Eles não têm tempo, nem dinheiro para construir um telhado de vidro, mesmo que o quisessem. Então, não me intimidam; não conseguem fazer com que eu pare de dizer o que tenho que dizer. O que falei, falei há dezoito meses ou um pouco mais, há dois anos, repito. Fui citado pelo Presidente da República e pelo Em-



baixador Marcos Coimbra e a minha resposta a esse pedido de interpelação é que não tenho que explicar coisíssima nenhuma! O que falei, falei há dois anos. Se ele quiser, ele que entre com uma medida judicial cabível e vou responder. E a minha pergunta, que está na resposta que meu advogado preparou, é a seguinte: por que não entrou antes?

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, Sr. Presidente.

Vou concluir, Senador Ney Maranhão. É importante!

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra, para concluir, o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Peço a paciência dos representantes governistas.

O SR. NEY MARANHÃO - Temos paciência de Jó com V.Exa.!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A paciência "de Jó" faz parte da tradição nordestina, até para apoiar este Governo, não é, Senador Ney Maranhão?

Sr. Presidente, eu perguntaria ao depoente se dentro da PETROBRÁS, uma estatal, esses vários telefonemas, esses vários contatos, se a PETROBRÁS pode, além dos requerimentos fornecidos, já solicitados aqui, fornecer alguma comprovação, algum tipo de gravação, algum tipo de documento importante para se comprovar a influência do Sr. PC num esquema paralelo de uma estatal da maior importância.

O SR. LUÍS OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA - Não sei dizer a V.Exa. Como isso foi objeto já de conversa, acho que vão oficializar a PETROBRÁS para obtê-lo. No meu entender, acho que pode, mas essa é uma discussão muito longa sobre essas tais evidências, digamos, documentais. Mas, no meu caso específico, quero dizer que o meu testemunho, feito há dois anos e que agora repito e do qual não houve contestação, para mim já é o bastante, já é o suficiente para, pelo menos, não comprovar ou condenar ninguém, mas acho que é um testemunho, onde busco dizer a verda-



de e acho que trago importantes evidências e robustos testemunhos sobre a minha experiência durante o período em que estive na PETROBRÁS.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Quero avisar aos Srs. Parlamentares que já se encontra na Comissão o documento do DAC, com todas as rotas, pousos e decolagens dos aviões pertencentes à Brasil-Jet e à AL-Táxi Aéreo, todas as empresas do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, assim como cópia das contas da TELEBRÁS, da TELESP em São Paulo, com todas as ligações feitas. São documentos sigilosos aos quais só os Srs. Parlamentares terão acesso. Quanto aos documentos do DAC, consultei se são públicos ou não, mas ainda não tive a resposta. Acredito ser documento de caráter público e está à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Comissão.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Tem a palavra o Deputado Roberto Jefferson. Logo após, o Deputado Miro Teixeira.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, eu insistiria na urgência desse requerimento que fiz à TELEBRÁS, quer dizer, TELESP e TELERJ são sistemas TELEBRÁS, nesse encontro dessas contas telefônicas, e eu pediria a V.Exa. que já designasse a data, para que pudéssemos ouvir o ex-Governador Orestes Quércia sobre o processo de privatização. Nós, hoje, ouvimos o ex-Presidente da PETROBRÁS. Amanhã, o Secretário Marcos Coimbra. Quarta-feira tem a convocação do Sr. Francisco Eriberto Freire França. Quinta-feira ainda está em aberto...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Então, vamos marcar quinta-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Depende de requerimento de V.Exa.; requerimento que depende da avaliação do Relator. Se o Relator subscrever, vota-se na hora. O Relator normalmente examina todos. A



regra não tem sido votar-se na hora todos os Requerimentos de consenso. O Relator os examina com os parlamentares de todos os partidos e depois requer, ou não, de acordo com a necessidade da convocação.

Hoje mesmo foi apresentado um requerimento convocando o Presidente da República, houve a discussão e ficou para se examinar no consenso.

O Relator vai examinar o assunto e vamos discutir todos juntos, como tem sido feito até agora. Não há nenhuma exceção nesse caso.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, e os demais? Os outros requerimentos de convocação?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Os documentos e as convocações... Convocação, por exemplo: o Sr. Jacques Eluf, Artur Falk. A Mesa aceitou o requerimento de V.Exa. e vai encaminhar ao Relator, que está selecionando. Há necessidade e há o interesse do Relator e da Comissão para esclarecer...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Todos eles?

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Todos eles. Para esclarecer e saber se eles aqui presentes, como testemunhas, vão ajudar ou não o trabalho da CPI. Então, o Relator faz o relatório e depois nós vamos discutir. Tem sido exatamente assim.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Relator, Senador Amir Lando.



O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu só gostaria de esclarecer que nós temos adotado alguns critérios que nos parecem lógicos, os de sempre. E os depoimentos guardam um nexos causal com as denúncias do Sr. Pedro Collor. Nós temos sido criteriosos nesta análise dos depoimentos. Eu tenho mais de uma centena de pedidos de depoimentos, e até agora ouvimos um número muito pequeno, e da mesma forma nós vamos apreciar...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Nexos causal com quem?

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Com os fatos denunciados pelo Sr. Pedro Collor.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Pedro Collor? Mas aí nem a Dona Ana Acioli nem o motorista estão nesse nexos causal...

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Se tiverem uma relação evidente, como a notícia denuncia, estabelece-se uma atividade ilegal do Sr. Paulo César Farias.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mas nesses casos nós também temos o nexos causal.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Até agora, não vi uma relação de causa e efeito entre alicitação da VASP e o Sr. Paulo César Farias. Até esse momento não vi. Não indeferi, poderei verificar e oportunamente, vou analisar com cuidado e com prudência.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - V.Exa. me comove.

O SR. RELATOR (Amir Lando) - Eu fico agradecido, porque a razão comove todas as pessoas, inclusive V.Exa.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, a imparcialidade de V.Exa. me comove.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

115. 719
Secretaria



O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, penso que este microfone aqui está prejudicado, mas não faz mal. Existem documentos que nós solicitamos e oficialmente não sabemos se chegaram ou não, a respeito de abertura de contas bancárias. Não penso que este seja um assunto para discussão em reunião pública. Deixo a critério de V.Exa.: ou realização de uma reunião secreta, logo em seguida, ou uma reunião na Secretaria da Comissão com os membros que desejarem participar dessa reunião. Mas imagino necessário que se tenha hoje uma conversa sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Deputado Miro Teixeira, todos os documentos chegados à Comissão estão na Secretaria. V.Exa. pode ir agora à Secretaria e verificar, checar todos. No entanto, não posso convocar uma sessão secreta. São 6 horas de depoimento, nós precisamos realmente trabalhar em outros processos, outras informações. Amanhã, às 10 horas vamos ter o depoimento do Embaixador Marcos Coimbra e, logo após, poderíamos fazer uma reunião secreta, se V.Exa. admitir.

Mas, V.Exa. poderá, agora, se dirigir à Secretaria da Comissão e obter todos os documentos que já chegaram.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Para fazer justiça a V.Exa. que V.Exa. até me exibiu o documento ao qual estou me referindo; mas depois de examiná-los é que eu julguei necessário que imediatamente se tomem providências para que se evitem falsificações.

Agora, a decisão é de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h.20min.)